ANDREZZA MARIA BATISTA DO NASCIMENTO TAVARES
&
VALDETE BATISTA DO NASCIMENTO
ORGANIZADORAS

# TÓPICOS ESPECIAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES TRANSFORMADORES

editora FAMEN

ORGANIZAÇÃO

ANDREZZA MARIA BATISTA DO NASCIMENTO TAVARES
&
VALDEVE BATISTA DO NASCIMENTO

# TÓPICOS ESPECIAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESORES TRANSFORMADORES

**Copyright © 2023 TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À FACULDADE METROPOLITANA NORTE RIOGRANDENSE – FAMEN**. De acordo com a Lei n. 9.610, de 19/2/1998, nenhuma parte deste livro pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou armazenada num sistema de recuperação de informações ou transmitida sob qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico sem o prévio consentimento do detentor dos direitos autorais. O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos autores.

**DOI**: https://doi.org/10.36470/famen.2023l10

**FICHA CATALOGRÁFICA**
Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

T674 Tópicos especiais para a formação de professores transformadores [e-book] / Organização de Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares e Valdete Batista do Nascimento. – Natal, RN: Editora FAMEN, 2023.

2,70 Mb ; PDF ; il.

ISBN: 978-65-87028-25-5.
DOI: https://doi.org/10.36470/famen.2023l10.

1. Ciências da Educação. 2. Educação infantil. I. Tavares, Andrezza Batista do Nascimento (Org.). II. Nascimento, Valdete Batista do (Org.). III. Título.

CDD: 370
CDU: 37

**Elaborada pelo Bibliotecário Miqueias Alex de Souza Pereira**
**CRB – 15/925**

**Índice para Catálogo Sistemático:**
1. Educação – 370
2. Educação – 37

Rua São Severino, n. 18, Bairro Bom Pastor, Natal/RN, CEP: 59060-040 CNPJ: 23.552.793/0001-57, Inscrição Estadual: 204392322, Inscrição Municipal: 2142633, editora@famen.edu.br e telefone: (84) 3653-6770.

## CONSELHO EDITORIAL

**Editora-Chefe**: Doutora Andrezza M. B. do N. Tavares, Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Natal, RN, Brasil.
**Editor Adjunto**: Doutor Fábio Alexandre Araújo dos Santos, Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Natal, RN, Brasil.
**Diagramação**: Eddean Riquemberg C. Xavier
**Normalização**: Miqueias Alex de Souza Pereira
**Revisão de Textos**: Professor Doutor Dayvyd L. M. de Medeiros
**Arte e Capa**: Julian Taluan de Oliveira Silva

## CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

**Presidente: Doutor Manuel Tavares** (Universidade Nove de Julho – Brasil)
**Doutor Bento Duarte da Silva** (Universidade do Minho – Portugal)
**Doutor Dionísio Luís Tumbo** (Universidade Pedagógica de Maputo – Moçambique)
**Doutor Gabriel Linari** (Universidade de Buenos Aires – Argentina)
**Doutora Cristina Rafaela Riccí** (Universidade Nacional de Lomas de Zamora – Argentina)
**Mestre Gustavo Adólfo Fernández Díaz** (Centro de Formación Técnica de la Pontificia Universidad Catolica de Valparaiso – Chile)
**Mestre Manuel Teixeira** (Instituto Superior de Ciência de Educação – Angola)
**Doutora Antonia Dalva França Carvalho** (Universidade Federal do Piauí – Brasil)
**Doutora Elda Silva do Nascimento Melo** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Brasil)
**Doutora Karla Cristina Silva Sousa** (Universidade Federal do Maranhão – Brasil)
**Doutora Márcia Adelino da Silva Dias** (Universidade do Estado da Paraíba – Brasil)
**Doutor Adir Luiz Ferreira** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Brasil)
**Doutora Giovana Carla Cardoso Amorim** (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Brasil)
**Doutora Lucila Maria Pesce de Oliveira** (Universidade Federal de São Paulo – Brasil)

## COMITÊ CIENTÍFICO DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS

**Presidente: Doutora Juliana Alencar de Souza** (Faculdade Metropolitana Norte Riograndense – FAMEN – Psicologia)
**Doutor Júlio Ribeiro Soares** (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN – Educação)
**Doutora Leila Salim Leal** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN – Comunicação Social)
**Doutora Christiane M. T. de M. Gameleira** (Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA – Engenharia Civil)
**Doutor José R. L. de P. Cavalcanti** (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UFRN – Psicobiologia)
**Doutora Kadydja K. N. Chagas** (Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN – Educação Física)
**Doutor Avelino de Lima Neto** (Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN – Filosofia)
**Doutor Sérgio L. a Trindade** (Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN – História)
**Doutor Eduardo Henrique Cunha de Farias** (Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNIRN – Biologia)
**Doutor Bruno Lustosa de Moura** (Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN – Física)
**Doutora Maria da C. M. Cavalcanti** (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB – Administração)
**Doutor José M. B. N. da Silva** (Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN – Matemática)
**Doutora Francinaide de L. S. Nascimento** (Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN – Educação)
**Doutor José Paulino Filho** (Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy – IFESP –
Matemática)
**Doutor Marcos Torres Carneiro** (Faculdade Metropolitana Norte Riograndense – FAMEN –
Educação)
**Doutor José Flávio da Paz** (Universidade Federal de Rondônia – UNIR – Estudos Linguísticos)
**Doutora Laércia Maria Bertulino de Medeiros** (Universidade Estadual da Paraíba- UEPB – Educação)
**Doutora Maria das G. de Almeida Baptista** (Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Educação)
**Doutor Antonio Marques dos Santos** ((Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN – Física)

**Mestre Maria Judivanda da Cunha** (Faculdade Metropolitana Norte Riograndense – FAMEN - Biologia)
**Mestre João Maria de Lima** (Escola da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte – Linguística)
**Mestre Eric Mateus Soares Dias** ( Escola da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte - Gestão Ambiental)
**Mestre Adriel Felipe de Araújo Bezerra** (Faculdade Metropolitana Norte Riograndense – FAMEN – Antropologia)
**Mestre Luiz A. da Silva dos Santos** (Faculdade Metropolitana Norte Riograndense – FAMEN - Educação Informática)
**Mestre Rayssa Cyntia Baracho Lopes Souza** (Faculdade do Maciço do Baturité – FMB –Educação)
**Mestre Valdete Batista do Nascimento** (Faculdade Metropolitana Norte Riograndense – FAMEN - Direito)
**Mestre Bernardino Galdino de Sena Neto** (Faculdade Metropolitana Norte Riograndense – FAMEN - História)
**Mestre Wendella Sara Costa da Silva** (Faculdade Metropolitana Norte Riograndense – FAMEN - Geografia)
**Mestre Rylanneive L. Pontes Teixeira** (Faculdade Metropolitana Norte Riograndense – FAMEN - Políticas Públicas).

## SOBRE OS ORGANIZADORES

### ANDREZZA MARIA BATISTA DO NASCIMENTO TAVARES

É pós-doutora pela Universidade do Minho, em Portugal e pela UFPI. Doutorado e mestrado em Ciências da Educação pela UFRN. Pedagoga, Psicopedagoga e Jornalista pela UFRN. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), onde realiza atividades de ensino, pesquisa, extensão e internacionalização. No IFRN, atua como Professora do Programa de Pós-Graduação Acadêmica (PPGEP/IFRN), do Mestrado Profissional em Ensino de Física (MNPEF/IFRN) e dos Cursos Superiores de Graduação. Coordenadora Institucional do Programa Pibid/IFRN, financiado pela agência de fomento CAPES, no período de 2013 até 2018. Coordenadora Institucional do Programa de Residência Pedagógica/IFRN, financiado pela agência CAPES, de 2018 até o ano corrente. Coordenadora do Projeto de Extensão "Diálogos sobre Capital Cultural e Práxis do IFRN" desde 2017. Membro dos Grupos de Pesquisa vinculados ao CNPQ: "Escola Contemporânea e Olhar Sociológico" (ECOS), da UFRN e "Observatório da Diversidade" (ObDiversidade), do IFRN. No Jornalismo, integra a equipe de redação e de reportagem dos veículos de comunicação "Potiguar Notícias" (jornal eletrônico) e "PNTV" (TV digital). As atividades profissionais realçam proximidade com os objetos de pesquisa: Formação Profissional de professores, Educação Profissional, Ensino Superior, Processos Cognitivos, Teorias da Aprendizagem, Teorias da Comunicação, Educação Escolar e Não-Escolar.

E-mail: andrezza.tavares@ifrn.edu.br.

**VALDETE BASTISTA DO NASCIMENTO**

Valdete Batista do Nascimento é uma profissional altamente qualificada, com Mestrado em Ciências da Educação com especialização em Educação de Adultos pela Universidade do Minho (UMINHO-PT), com graduações em Direito pela UNINASSAU/RN (2012), Licenciatura em Pedagogia pela FCE - Faculdade Campos Elísios/SP (2022), Filosofia pelo Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP/PE (2017). Além disso, possui uma pós-graduação em Psicopedagogia Institucional e Clínica (ISEP), Pós graduação em Sociologia e Filosofia (FCE), Pós graduação em Psicanalise (Faculdade Serra Geral), bem como com uma trajetória marcante, atua como Diretora Geral da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense (FAMEN), liderando estrategicamente todas as áreas acadêmicas e operacionais. Sua expertise inclui abordagens andragógicas na educação de adultos, fomentando a autonomia e a aprendizagem significativa, como evidenciado por sua pesquisa de mestrado. Com habilidades em administração, desenvolvimento curricular e comunicação, Valdete é uma líder engajada na promoção da excelência educacional e na inovação.

E-mail: valdetenascimento2060@gmail.com.

# ÍNDICE REMISSIVO

**A**
Ambiente hospitalar – 20, 21, 22, 23, 25, 29, 30, 32, 33.
Aluno especial – 56.
Autismo – 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132.
**B**
Bullying – 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 98.
**C**
Coordenação motora – 107, 108, 118, 141, 142, 149, 158, 160.
Contação de história – 145.
Contemporaneidade – 37, 47, 49.
**D**
Dificuldades na leitura – 107, 167.
Dislexia – 102, 103, 104, 110, 111, 113, 114, 117, 118, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 167.
Distúrbios de aprendizagem – 56, 156.
**E**
Escola inclusiva – 54, 56, 57, 58, 130.
Educação de Jovens e Adultos – EJA – 172, 174, 177, 178, 180, 184.
Educação inclusiva – 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 126, 128.
Educação infantil – 62, 137, 138, 141, 143, 144, 145, 189, 190, 192, 193, 194, 196, 198, 201.
Ensino regular – 59.
Espaço de aprendizagem – 196.
Evasão escolar – 20, 63, 88, 172, 180, 181, 182.
**G**
Gestão democrática – 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49.
Gestão escolar – 37, 38, 39, 40, 45, 47, 48, 49.
Gestão participativa – 42, 43, 44.
**J**
Jogos e brincadeiras – 189, 190, 191, 194, 198, 201.
**L**
Leitura e escrita – 118, 155, 156, 159, 161, 167.
Literatura infantil – 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149.
**P**
Pedagogia hospitalar – 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33.
Políticas públicas – 49, 55, 56, 57, 60, 62, 130, 137.
**V**
Violência escolar – 70, 71, 77, 80, 81.

# APRESENTAÇÃO

## APRESENTAÇÃO

O manuscrito eletrônico intitulado "Tópicos Especiais para a formação de professores transformadores", vinculado ao curso de Pedagogia da Faculdade do Maciço de Baturité (FMB), por meio da Educação a Distância (EaD), na cidade de Lagoa Salgada RN, tem como foco contribuir para a divulgação de resultados de pesquisas científicas na área da Pedagogia.

Sistematizado para socializar pesquisas realizadas a partir do ano de 2022, possui caráter interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, ao receber contribuições de diversas áreas e campos de saberes. O manuscrito disponibiliza por meio de versão eletrônica acesso internacional e gratuito para as ideias relacionadas ao campo da educação. O livro "Tópicos Especiais para a formação de professores transformadores" possui 11 (onze) capítulos que abordam diversos temas das ciências da educação.

O livro inicia com o capítulo intitulado "Pedagogia Hospitalar: a importância do pedagogo no ambiente hospitalar", de autoria de Ariane Feitosa de Lima e Evanilda de Brito Lopes. Os autores mostram como o pedagogo hospitalar contribui na articulação de todo o processo pedagógico, utilizando de diversas habilidades para que o aluno mude o foco daquele ambiente hospitalar e se concentre em atividades que trazem momentos de alegria e distração, de maneira que assim, o indivíduo tenha melhoras em sua saúde como coopera para o seu desenvolvimento educacional.

No segundo capítulo, "Gestão escolar democrática e participativa na contemporaneidade", os autores Francisco Pereira da Silva e Evanilda de Brito Lopes toma por foco a participação da comunidade para gestão democrática da escola na contemporaneidade. Para o desenvolvimento de tal problemática a pesquisa procura estruturar-se em três objetivos fundamentais, os quais direcionam os três tópicos pertencentes ao corpo do texto.

O terceiro texto "O professor no contexto da escola inclusiva: políticas e práxis", escrito por Gardênnia de Souza Silva Mesquita e Evanilda de Brito Lopes discutem sobre o professor no contexto da escola inclusiva com foco nas políticas e práxis na educação inclusiva, refletindo acercado do processo de inclusão

escolar e as dificuldades que os profissionais da educação percebem, quanto a questão das crianças com deficiências e outras necessidades.

O quarto capítulo "Violência escolar um desafio para o pedagogo", de Heloíse Pereira da Costa Roseno e Evanilda de Brito Lopes tem como principais objetivos identificar o significado da violência no sistema educacional; compreender por que ainda é algo tão resultante nas escolas; a importância da conscientização, do respeito no ambiente escolar e analisar a relação entre família e escola.

Os autores José Aílson Ferreira de Oliveira e Evanilda de Brito Lopes escrevem o quinto capítulo intitulado "O bullying nas escolas e suas consequências para o estudante", traz uma reflexão sobre a temática e afirma que é de extrema relevância no ambiente escolar, onde é possível observar a urgência de práticas educativas e que enfrentem essa problemática, potencializando a prevenção como mais um meio de promover o bem-estar social.

O sexto capítulo, intitulado "Dislexia: contexto escolar, familiar e social", escrito por Josefa Rozeane Silva Rocha e Evanilda de Brito Lopes tem como proposição geral mostrar as principais dificuldades que a dislexia gera em crianças que estão em processo de desenvolvimento da leitura, destacando como podemos identificá-los e ter um diagnóstico mais preciso, facilitando assim, para o pedagogo junto à família e profissionais da área, a busca de métodos fundamentais que supram as necessidades que, por circunstância do problema, fica a desejar.

Escrito por Levi Nascimento Silveira e Evanilda de Brito Lopes, o capítulo sete "A inclusão da criança com autismo no ensino regular" mostra que a inclusão da criança com autismo traz benefícios para o comportamento das mesmas, bem como para a sua família, além de crescimento profissional para o ambiente escolar, pois a convivência das crianças especiais com as demais crianças pode colaborar com a promoção de aprendizagens diversas.

Lianeide Silveira Lira e Evanilda de Brito Lopes, no capítulo oito, "A importância dos pré-requisitos da literatura para a educação infantil", vem com uma investigação sobre a forma como a literatura adentra nas salas de aulas, e a relação das professoras da Educação Infantil com a literatura, constituindo-se,

assim, o tema central da pesquisa: a importância da literatura na educação infantil.

No nono capítulo, Maria Aparecida Gustavo da Silva e Evanilda de Brito Lopes, "Como trabalhar com alunos disléxicos no processo da construção da leitura e escrita?" busca através de pesquisa bibliográfica de cunho descritivo e qualitativo, meios de se trabalhar leitura e escrita com alunos disléxicos. Tendo finalidade em discutir a dislexia como um dos sérios problemas dentro do sistema de ensino-aprendizagem que interfere a capacidade de leitura, de entendimento das palavras, da escrita, a soletração, bem como a compreensão e interpretação de textos e de atividades que envolvem o raciocínio lógico.

Para o décimo capítulo, Maykelle Geiza de Souza e Evanilda de Brito Lopes, com a temática principal "Ensino da educação de jovens e adultos na contemporaneidade: Um olhar diferenciado sobre a evasão", analisa os principais fatores que contribuem para a evasão escolar no cotidiano, visando também, buscar meios para que possamos combater, ou até mesmo, diminuir o índice de evasão no EJA, pois tendo em vista que houve um grande aumento no índice de evasão escolar devido a pandemia da COVID19.

Por fim, o décimo primeiro capítulo "A importância dos jogos e das brincadeiras na educação infantil", de autoria de Suzane Peixoto do Nascimento e Evanilda de Brito Lopes, tem como perspectiva uma reflexão sobre a importância dos jogos e das brincadeiras na educação infantil, sendo assim, realizou-se um trabalho de pesquisa bibliográfica, qualitativo e virtual, com enfoque na aprendizagem do docente da educação infantil, objetivando sensibilizar que o brincar é uma ferramenta que contribui para o desenvolvimento afetivo, cognitivo e social da criança, haja vista que, quando as crianças estão mais preparadas para atuar com a brincadeira na educação infantil o desenvolvimento do mesmo é bem mais satisfatório.

Este e-book se constitui em oportunidade de compartilhamento de saberes, reflexões, questões teóricas e práticas de professores pesquisadores que atuam na área da infantil com domínio teórico nos campos epistêmicos assinalados e com autoria de conhecimento para responder aos desafios colocados para a

formação de cidadãos e profissionais de educação críticos e transformadores.

Que o manuscrito favoreça uma leitura prazerosa e proporcione bons debates!!!

# PREFÁCIO

## PREFÁCIO

A temática do *e-book* pertence ao importante campo da Pedagogia enquanto ciência da educação. O livro digital intitulado "Tópicos Especiais para a formação de professores transformadores" apresenta ricos relatos de experiências de acadêmicos da graduação da Faculdade do Maciço de Baturité (FMB), realizados em diferentes contextos formativos que foram *locus* de imersão na travessia do curso de graduação em Pedagogia.

O Programa de graduação em licenciatura da Faculdade FMB é uma das ações que integram a Política de Formação de Professores da Instituição de Ensino Superior. A oferta de licenciatura em Pedagogia tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática dos profissionais da educação, inclusive com o estudo sobre a atuação do pedagogo em áreas correlatas à educação, por meio da imersão de acadêmicos em laboratórios de aprendizagens teóricas e práticas, conforme orienta o Ministério da Educação (MEC).

Com o intuito de ressaltar a importância que a graduação em Pedagogia possui para os trabalhadores da educação no Brasil, o presente *e-book* registra as impressões de pesquisadores da Faculdade FMB em nível de graduação, em um livro que possibilita conhecer melhor o importante Programa de formação inicial de professores tão necessário para o desenvolvimento do Brasil. Ademais, o *e-book* é também um rico instrumento de avaliação dessa oportunidade formativa proporcionada pela graduação EaD da Faculdade FMB promovida no Rio Grande do Norte.

O *e-book* contempla, entre outras atividades: 1) regência de sala de aula, 2) intervenção pedagógica em escolas, 3) socialização de experiência na área de ensino e 4) orientação de docentes da Instituição Formadora FMB. A qualificada imersão na pesquisa possibilitou aos autores dos capítulos desenvolverem habilidades e competências que lhes possibilitam condições de desenvolvimento profissional sintonizada com qualidade de práticas em diversos contextos educativos.

Ao prestigiar este livro, o leitor perceberá a preocupação de seus organizadores em valorizar as experiências relatadas

pelos autores e pesquisadores dando ênfase à superação de dificuldades e aos obstáculos encontrados nas experiências formativas.

É fascinante compreender e valorizar a Graduação EaD da Faculdade FMB a partir dos desafios enfrentados pelos seus acadêmicos de Pedagogia que se esforçaram para estudar e desenvolver pesquisas, metodologias de ensino mediadoras, aulas criativas e transformadoras no Rio Grande do Norte.

Para quem se interessa pela temática da educação, em particular, pelo campo da Pedagogia, este *e-book* é leitura recomendada e indispensável.

Boa leitura!

**Profa. Dra. Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares**
**Chefe da Editora FAMEN (2019 - Atual)**

**SUMÁRIO**

1 PEDAGOGIA HOSPITALAR: A IMPORTÂNCIA DO PEDAGOGO NO AMBIENTE HOSPITALAR
Autoria: Ariane Feitosa de Lima // Evanilda de Brito Lopes // Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares ..... 20

2 GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NA CONTEMPORANEIDADE
Autoria: Francisco Pereira da Silva // Evanilda de Brito Lopes // Valdete Batista do Nascimento ..... 37

3 O PROFESSOR NO CONTEXTO DA ESCOLA INCLUSIVA: POLÍTICAS E PRÁXIS
Autoria: Gardênnia de Souza Silva Mesquita // Evanilda de Brito Lopes ..... 54

4 VIOLÊNCIA ESCOLAR: UM DESAFIO PARA O PEDAGOGO
Autoria: Heloíse Pereira da Costa Roseno // Evanilda de Brito Lopes // Valdete Batista do Nascimento ..... 70

5 O BULLYING NAS ESCOLAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O ESTUDANTE
Autoria: José Ailson Ferreira de Oliveira // Evanilda de Brito Lopes // Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares ..... 86

6 DISLEXIA: CONTEXTO ESCOLAR, FAMILIAR E SOCIAL
Autoria: Rozeane Silva Rocha e Evanilda de Brito Lopes ..... 102

7 A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM AUTISMO NO ENSINO REGULAR
Autoria: Leví Nascimento Silveira e Evanilda de Brito Lopes ... 122

8 A IMPORTÂNCIA DOS PRÉ-REQUISITOS DA LITERATURA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
Autoria: Lianeide Silveira Lira e Evanilda de Brito Lopes ..... 137

9 COMO TRABALHAR COM ALUNOS DISLÉXICOS NO PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DA LEITURA E ESCRITA?
Autoria: Maria Aparecida Gustavo da Silva e Evanilda de Brito Lopes.....155

10 ENSINO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CONTEPORÂNEIDADE: UM OLHAR DIFERENCIADO SOBRE A EVASÃO
Autoria: Maykelle Geiza de Souza e Evanilda de Brito Lopes .....172

11 A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E DAS BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Autoria: Suzane Peixoto do Nascimento e Evanilda de Brito Lopes .....189

# CAPÍTULO 1:

## PEDAGOGIA HOSPITALAR: A IMPORTÂNCIA DO PEDAGOGO NO AMBIENTE HOSPITALAR

# 01
# PEDAGOGIA HOSPITALAR: A IMPORTÂNCIA DO PEDAGOGO NO AMBIENTE HOSPITALAR

Ariane Feitosa de Lima[1] // Evanilda de Brito Lopes[2] // Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares[3]

## INTRODUÇÃO

Essa pesquisa busca evidenciar a importância e a atuação do pedagogo no ambiente hospitalar. A atuação do pedagogo não se restringe somente ao ambiente escolar, e é preciso que ele descubra e conquiste novos espaços.

A educação é um direito de todos garantido por lei, e os alunos que necessitam de uma hospitalização por um período longo ou indeterminado, têm direito a educação hospitalar.

O pedagogo hospitalar é indispensável mediante a internação de crianças e adolescentes, tendo em vista que, esse profissional é quem está habilitado para promover um ensino de qualidade, para que as crianças, consigam, dar continuidade aos estudos, diminuindo a evasão escolar, contribuindo também, para que o aluno mude o foco daqueles ambientes concentre em atividades que trazem momentos de alegria e distração significativa, para sua melhora e reinserção na vida escolar.

Assim, a pedagogia hospitalar é uma técnica inovadora, uma alternativa de ensino, pois vem como proposta diferenciada de ensino, onde se utiliza a ludicidade e diversos métodos para que haja a aprendizagem.

Nesse sentido, é pertinente destacar a importância de se ter um pedagogo em ambiente hospitalar e mostrar a necessidade

---

[1]Graduanda de pedagogia pela Faculdade do Maciço de Barurité. Email: arianefeitosa21@gmail.com.

[2]Mestre em Ciências da Educação pela /ULHT, Especialização em Políticas Públicas /FIP, Gestão Escolar e Psicopedagogia Institucional e Clinica. Graduada em PEDAGOGIA pela UFRN. Professora da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense/FAMEN. Email: evanilda@famen.edu.br.

[3] Pós-doutora pela Universidade do Minho, em Portugal e pela UFPI. Email: andrezza.tavares@ifrn.edu.br.

do aluno que está em processo de internação em continuar seus estudos mesmo em ambiente não escolar.
Também evidenciar que ao ter contato com esse profissional da educação, pode fazer com que o aluno se concentre nas atividades propostas pelo pedagogo.

Para a fundamentação desse artigo utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, elegendo como principais teóricos Amorim (2011), Fontes (2004), Fonseca (2008) e Matos (2012) entre outros.

Com base na pesquisa, podemos destacar que, para além do trabalho na área da docência no ambiente hospitalar, o curso de pedagogia possibilita a formação para atuar na organização do trabalho pedagógico em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, objeto que se propõe a discutir.

O estudo busca contribuir com investigações voltadas à garantia da continuidade do processo de escolarização realizada em ambiente hospitalar, destacando a importância do papel do pedagogo na promoção da garantia do acesso à educação, independente da condição imposta pelo tratamento de saúde, que é direito constitucional e fundamental de todas as crianças.

## REVISÃO DE LITERATURA

A proposta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) é a de que toda criança disponha de todas as oportunidades possíveis para que os processos de desenvolvimento e aprendizagem não sejam suspensos.

Nesse contexto, para atuar em ambientes hospitalares, é indispensável levar em consideração a realidade de todos que estão internados. A classe hospitalar tem como função a responsabilidade de atender às necessidades pedagógicas e fazer com que a criança que esteja hospitalizada, continue os estudos.

Em concordância com o exposto anteriormente, Silva (2012) afirma que a capacitação de docentes que pretendem trabalhar com a pedagogia hospitalar devem ter como foco a multidisciplinaridade, além disso, ao selecionar um candidato para a incumbência de pedagogo hospitalar, se faz necessário, analisar os seus requisitos básicos, como relacionar a realidade escolar com

a realidade hospitalar, propondo assim, suprir as necessidades da criança e do adolescente, respeitando sempre o ritmo de aprendizagem de cada educando, além de auxiliar na promoção de sua qualidade de vida.

A continuidade de um atendimento educacional em âmbito hospitalar certamente dependerá do empenho com que os diferentes profissionais e pesquisadores conheçam a qualidade de vida da criança enferma. E principalmente do pedagogo que deve ter acesso de respeitar o sofrimento, ou seja, o estado emocional da criança, "todos os sentimentos da criança doente durante as atividades pedagógicas, além de lhe dar à oportunidade de expressar-se, que dá a certeza da continuidade da vida" (FONTES, 2004, p. 7).

Podemos afirmar que o ensinar e o aprender no ambiente hospitalar constituem um desafio que pode e deve ser superados a cada dia, através dos diversos recursos ludo pedagógicos.

A presença dos profissionais da educação nas instituições hospitalares traz um grande avanço para educação e com isso, visa também diversos desafios e empecilhos para que este exerça seu papel com conformidade e qualidade em seus atendimentos.

Essa modalidade de ensino em hospitais favorece a continuidade no desenvolvimento pedagógico da criança e adolescente hospitalizado para tratamento de saúde.

## A história da pedagogia hospitalar no Brasil

A pedagogia hospitalar surgiu durante a II Guerra Mundial, na década de (1940), onde várias crianças e adolescentes ficaram feridas, e precisaram ficar internadas. Algumas até apresentavam casos de hanseníase e tuberculose. Como a demanda de crianças internadas cresceu consideravelmente, com isso ficaram impossibilitadas de ir à escola.

Assim, de acordo com Amorim (2011, p. 45), foi criada por Henri Sellier a classe hospitalar, que tinha como objetivo amenizar a dor e o sofrimento causados pela guerra, permitindo que os alunos tivessem o direito de prosseguir com seus estudos ali mesmo no hospital. A classe hospitalar é definida esteticamente

e fisicamente como uma extensão da sala de aula, com a estrutura física e organização semelhante de uma sala formal de ensino.

Uma das principais mudanças é que o pedagogo atuante em ambiente hospitalar é protagonista nessa nova modalidade de ensino em um espaço não-formal. Conforme Amorim (2011) a Pedagogia Hospitalar no Brasil é recente, a autora cita que os primeiros estudos e pesquisas sobre o tema foram realizados por Fonseca (2008, p. 93). De acordo com as pesquisas realizadas, a pedagogia hospitalar no Brasil teve origem na década de 1950, na cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente em 24 de agosto de 1950, no Hospital Menino Jesus, o qual até hoje é referência.

Em São Paulo no mesmo ano, a classe hospitalar foi implantada no Hospital Santa Casa da Misericórdia, sendo que os primeiros atendimentos pedagógicos não dispunham de uma sala ou espaço específico, e por isso os atendimentos eram realizados na própria enfermaria do hospital.

Somente em 1997, o Serviço Social de Assistência a pacientes internados e o Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina, entraram com um pedido oficial junto a Secretaria de Educação, para que fosse criado um projeto nos moldes atuais que beneficiasse aos pedagogos de classes hospitalares no Brasil.

As Classes Hospitalar descontam ainda com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2012), com o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, na Resolução N° 41, de 13 de outubro de 1995 (BRASIL, 2015), onde o Artigo 9 "[...] o direito de desfrutar de alguma forma de recreação, programas de educação para a saúde, acompanhamento do currículo escolar durante sua permanência hospitalar." Conta também, com o documento do trabalho pedagógico no hospital, que frisa:

> Tem direito ao atendimento escolar os alunos do ensino básico internados em hospital, em serviços ambulatoriais de atenção integral à saúde ou em domicilio; alunos que estão impossibilitados de frequentar a escola por razões de proteção à saúde ou segurança abrigados em casas de apoio, casas de passagem, casas-lar e residências terapêuticas (BRASIL.

> Ministério da Educação e Secretaria de Educação Especial, 2002, p. 14)

Sendo assim, por parte dos organismos do poder público, o discurso dá importância do acompanhamento daqueles que estão cursando a Educação básica e acabam interrompendo suas atividades educacionais por conta de internação, ou tratamento hospitalar.

Um marco importante na história da pedagogia hospitalar foi que a Organizações das Nações Unidas – ONU, através de suas Comissões de Direitos Humanos, por meio de um grupo de trabalho, redigiu um texto sobre a Convenção dos Direitos da Criança, obrigando todos os países signatários, dentre ele o Brasil, a adaptarem as novas normas às suas legislações internas.

Até o ano de 2002, quase todos os países do mundo, já tinham ratificado a Convenção (UNICEF, 2002), sendo assim, no Fórum infantil da ONU foi discutido saúde, educação, exploração infantil, conflitos armados, pobreza, meio ambiente, Aids: ao final uma declaração "Um mundo para nós" selou as novas metas para mais dez anos:

> [...] juntos construiremos um mundo onde todas as meninas e todos os meninos possam aproveitar sua infância um tempo de brincar e aprender, quando são amados, respeitados e tratados com carinho, quando seus direitos são promovidos e protegidos, sem qualquer tipo de discriminação, quando sua segurança e seu bem-estar são prioridades e quando podem se desenvolver com saúde, paz e dignidade (UNICEF, 2002).

Os pioneiros em Pedagogia hospitalar sofriam muita dificuldade no Brasil e eram semelhantes a outros países, aos poucos a classe ganhava seu espaço dentro dos hospitais. E em 15 de outubro de 1987, foi inaugurada a escola Schwester Heine, instalada na ala pediátrica do Hospital do Câncer A.C. Camargo, situado no Bairro da Liberdade em São Paulo/SP, através de um convênio com a prefeitura. O nome da escola foi uma homenagem a uma

enfermeira alemã, que na década de 1940 conscientizava seus pacientes sobre a importância da educação.

Desde então vem acontecendo inúmeras ações educativas. Outro ponto importante foi a aprovação da Lei n° 11.104, de 21 de março de 2005, que aponta sobre a obrigação de acomodação de brinquedotecas em espaços de saúde que proporcionam recepção pediátrica quando da internação. É se tratando de um país como o Brasil, onde o analfabetismo atinge elevados índices, todo esforço é benéfico em relação as crianças e adolescentes.

## Qual o papel do pedagogo no ambiente hospitalar

Tal abordagem se impõe a necessidade de mostrar que em cada ambiente hospitalar atue um pedagogo, pois ele irá trabalhar com o aluno não somente conteúdos teóricos, mas, também irá auxiliar o paciente e sua família. O papel do pedagogo é de extrema importância para assessorar os alunos que por questões de saúde, deixam de participar das aulas regularmente.

Assim, é necessário que esse profissional se capacite para atender com excelência seus alunos e busque sempre novos conhecimentos. Trabalhar métodos diferenciados, por exemplo, as que utilizam o lúdico, atividades que auxiliam no processo de aprendizagem, socialização, e que estimulem o raciocínio como: pintura musica jogos, dramatização, com isso o aluno irá demonstrar mais interesse pela aprendizagem.

A criança por se encontrar em ambiente hospitalar, é provável que esteja debilitado, sem força de vontade de aprender. Nesse sentido, cabe ao pedagogo trabalhar de forma diferenciada para prender a atenção do aluno, Matos (2012), revela que:

> A brincadeira é uma ferramenta de auxílio do entendimento da hospitalização pela criança. Esta que, ao brincar, expressa seus sentimentos interpretando-os e ressignificando de acordo com o desenrolar da brincadeira. Do mesmo modo, o jogo favorece a construção emocional pela criança quando obtém êxito na construção (MATOS, 2012, p. 9).

Sendo assim, é importante que o pedagogo trabalhe em conjunto com o hospital, analise o prontuário do aluno, para saber a causa da internação, faça anotações de todas as atividades realizadas, pois o paciente ao receber alta, possa entrega a escola. Além de ser em parte, uma terapia para o aluno, uma vez que ao aprender ele conseguirá se distrair da sua condição de saúde enquanto se encontra internado.

É fundamental, que o ambiente onde seja realizado o atendimento do pedagogo hospitalar, seja um espaço lúdico, agradável com objetos que remetam a alegria.

Outro fator interessante é que o pedagogo esteja sempre contente durante o atendimento com seus alunos. "Em seu livro Pedagogia da Autonomia, Paulo Freire diz que sempre se preocupou em desenvolver sua prática educativa em clima de alegre" (SALES *et al*, 2014 *apud* Freire, 2016).

Cabe ao pedagogo hospitalar a função de estimular a aprendizagem do aluno em um ambiente que nada remete a uma sala de aula. Sendo assim a criança ou adolescente não se sente excluído da sua vida escolar.

Segundo Matos e Mugiatti (2012, p.79), compreende-se que:

> A pedagogia hospitalar é aquele ramo da Pedagogia, cujo objeto de estudo, investigação e dedicação é a situação do estudante hospitalizado, a fim de que continue progredindo na aprendizagem cultural, formativa e, muito especialmente, quanto ao modo de enfrentar a sua enfermidade, com vistas ao auto cuidado e à prevenção de outras possíveis alterações na sua saúde (MATOS; MUGIATTI, 2012, p. 79).

A rotina do pedagogo no hospital exige que ela tenha desenvoltura e improviso para atender adequadamente a demanda de pacientes internados, pois o hospital representa um ambiente que não favorece o processo de ensino-aprendizagem.

O pedagogo deve estar preparado para a escuta pedagógica, cujo o objetivo é "acolher a ansiedade e as dúvidas da criança

hospitalizada, criar situações coletivas de reflexão sobre elas, construindo novos conhecimentos que contribuam para uma nova compreensão de sua existência, possibilitando a melhora de seu quadro clínico" (FONTES, 2005, p. 135).

Nesse sentido, o pedagogo possui o papel de transmissor do conhecimento, de segurança, um porto seguro e uma esperança para os acompanhantes e alunos pacientes. Ao se encontrar em um ambiente de internação, a criança ou adolescente já está frágil, com medo e longe da sua rotina.

A inexistência desses aspectos positivista do professor pode prejudicar sua infância ou até mesmo piorar o seu estado de saúde, dificultando assim sua recuperação. Portanto, a pedagogia hospitalar é classificada como modalidade de atendimento especial, pela Secretaria de Educação Especial do MEC. Segundo Silva (2012, p. 5), o trabalho do pedagogo hospitalar também intervém como uma terapia para o aluno.

O trabalho do pedagogo hospitalar também tem como proposta, a intervenção terapêutica procurando resgatar seu espaço sadio, provocando a criatividade, as manifestações de alegria, "os laços sociais e a diminuição de barreiras e preconceitos da doença e da hospitalização, a metodologia deve ser variada mudando a rotina da criança no qual permanece no hospital" (SILVA, 2012, p. 5).

Nesse contexto, a pedagogia hospitalar é uma técnica inovadora, uma nova alternativa de ensino, e pode ser vista também como uma nova forma de inclusão, pois surge como uma proposta diferenciada de aprendizagem, onde se utiliza o lúdico e diversos métodos para que haja a aprendizagem.

Portanto, o pedagogo hospitalar deve ser flexível em sua forma de trabalhar, pois muitas vezes hospital não dispõe de recursos para a aquisição dos materiais necessários para a realização da atividade pedagógica. Uma sugestão é que ele possa contar histórias e interpretar o personagem usando roupas que condizem com o personagem e até mesmo modificando o seu tom de voz, para dar mais veracidade à história.

## Métodos Maria Montessori como suporte na pedagogia hospitalar

Ao abordarmos sobre os Métodos Maria Montessori, é importante destacar que ela foi uma educadora, médica e pedagoga italiana. É conhecida pelo método educativo que desenvolveu e que ainda é usado nos dias atuais em escolas públicas e privadas em diversas cidades do mundo.

Ela vivenciou as agruras das duas grandes Guerras Mundiais, amparando crianças com os mais diversos problemas. Passava seu maior tempo no hospital com crianças hospitalizadas.

Montessori criou um método, segundo Sebarroja (2013), que, partindo do concreto rumo ao abstrato, possibilitasse as crianças aprenderem melhor pela experiência direta de procura e descoberta. Para tornar esse processo o mais rico possível, a educadora italiana desenvolveu os materiais didáticos, os quais constituem um dos aspectos mais conhecidos de seu trabalho e tem como objetivo preparar as crianças para vida, através do desenvolvimento de autonomia e também de competências, habilidades, talento e potencialidades da criança.

O Método que foi desenvolvido por Maria Montessori e seus colaboradores, tem com o objetivo observar o comportamento das crianças, ajudando-as no seu desenvolvimento.

Para Maria Montessori, cada criança aprende no seu tempo, pelo toque, sem cobranças do tempo ou do modo como ela interioriza os conhecimentos. "A criança, livremente e pelo toque, vai explorando e decodificando o mundo ao seu redor, sem qualquer cobrança quanto ao tempo e a forma de aprender." (MONTESSORI, s/d).

O método Montessori é fundamental para a Pedagogia hospitalar, percebe-se uma relação próxima entre os dois. Valorizar a suavização do ambiente hostil proporcionado pelas unidades de saúde, além de proporcionar inovações e recursos lúdicos e didáticos que cooperam na recuperação das crianças e adolescentes e auxiliam no desenvolvimento de aprendizagem.

Matos e Mugiatti, vão além, quando descrevem:

> O educador como participe da equipe de saúde, tem, portanto, a incumbência de retomar esse papel na sociedade, como agente de mudanças, mediante ações pedagógicas integradas, em contexto de educação informal, com vistas à formação de consciência crítica de todos os envolvidos, numa atuação incisa, na reestruturação dos sistemas vigentes para uma nova ordem superior Matos e Mugiatti (2014, p. 24).

Vale ressaltar que o trabalho desenvolvido pelo pedagogo no ambiente hospitalar deve ser sistematizado e possuir uma intencionalidade, um objetivo a ser conquistado para lidar com a multiplicidade de informações e ter capacidade de assimilá-las.

O hospital em nada remete a um ambiente escolar, já é difícil para criança estar aliem processo de internação, longe da família, dos amigos, da escola, da rotina do dia a dia, o fato de o pedagogo estar ali para dar um suporte a criança, não somente escolar, físico, mais também emocional é importante, pois o Pedagogo age também como um bom ouvinte e orientador, auxiliando o aluno e também a sua família.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a elaboração deste estudo foi a pesquisa bibliográfica, por meio de livros impressos, revistas, artigos científicos disponíveis em site acadêmicos, site especializados nessa temática e teses. O instrumento básico para o estudo e análise da realidade, que permite obter conhecimento acerca da pedagogia hospitalar, no intuito de compreender a importância do pedagogo no ambiente hospitalar.

Nesse sentido, esta pesquisa bibliográfica, encontra-se fundamentada teoricamente a partir das contribuições de autores e pesquisadores renomados na área da educação especial, que abordam o tema pedagogia hospitalar.

A pesquisa bibliográfica está inserida principalmente no meio acadêmico e tema finalidade de aprimoramento e

atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas.

Para Andrade (2010, p. 25):

> A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (ANDRADE, 2010, p. 25).

A pesquisa científica é iniciada por meio da pesquisa bibliográfica, em que o pesquisador busca obras já publicadas relevantes para conhecer e analisar o tema problema da pesquisa a ser realizado.

Os instrumentos que são utilizados na realização da pesquisa bibliográfica são: livros, artigos científicos, teses, dissertações, anuários, revistas, leis e outros tipos de fontes escritas que já foram publicados.

A pesquisa bibliográfica, para Gil (2002), é realizada

> [...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas

> com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (GIL, 2002, p. 32).

A pesquisa baseia-se no estudo da teoria já publicada, assim é fundamental que o pesquisador se aproprie no domínio da leitura do conhecimento e sistematize todo o material que está sendo analisado.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O propósito dessa pesquisa foi demonstrar a relevância da pedagogia hospitalar e o quanto à classe hospitalar é favorável para o desenvolvimento psíquico e cognitivo do paciente.

A pedagogia hospitalar é muito importante porque reivindica os direitos das crianças e adolescentes desde que acompanha o tempo de hospitalização de crianças através de espaços pedagógicos, que levam em conta seus interesses, desenvolver propostas contextualizadas e é reconhecido como ator principal dentro desse processo.

O trabalho do pedagogo hospitalar, também tem como proposta a intervenção terapêutica procurando resgatar seu espaço sadio, provocando a criatividade, as manifestações de alegria, os laços sociais e a diminuição de barreiras e preconceitos da doença e da hospitalização, a metodologia deve ser variada mudando a rotina da criança no qual permanece no hospital. (SILVA, 2012, p. 5)

Uma prática multidisciplinar consiste em trabalhar a diversidade de saberes e ciências do ambiente hospitalar para promover a vida com mais qualidade; a interdisciplinaridade se configura em integrar as relações profissionais dentro do hospital; e a prática transdisciplinar perpassa os aspectos físicos e biológicos (MATOS; MUGIATTI, 2012).

Espera-se com essa pesquisa ter mobilizado o leitor a refletir sobre o papel do pedagogo um profissional tão importante e necessário em um hospital.

Embora o pedagogo hospitalar, seja membro da equipe multidisciplinar do hospital, ele ainda desempenha funções bem específicas, seu papel é garantir a continuidade dos estudos para os pacientes.

A educação é um processo imprescindível para o desenvolvimento geral das crianças e apresenta do professor no ambiente hospitalar também é muito importante porque, eles devem estimular as crianças a aprenderem e sedes envolverem, pois se elas forem privadas da interação social isso dificultará a construção da sua identidade.

O papel dos professores nos hospitais e assunto controverso, porém, é de grande relevância. Ele é a peça-chave para um ensino de qualidade compreendendo criticamente seu papel e função no contexto da educação no Brasil, principalmente na área de educação hospitalar.

Segundo Fontes (2005, p. 39), afirma que "a pedagogia hospitalar além de dar o suporte pedagógico que fornece assessoria na parte humanística", facilita a vidado paciente e de seus familiares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do presente trabalho podemos conhecer melhor sobre a pedagogia hospitalar. Assim como nas escolas, os pedagogos que atuam em ambiente hospitalar deve ser a ponte entre os alunos hospitalizados e o conhecimento, levando em consideração as limitações e condições clínicas de cada aluno-paciente, pois o processo de ensino-aprendizagem não ocorre de forma regular.

Vimos que o processo de ensino aprendizagem, em um ambiente hospitalar tem como um dos objetivos reafirmarem que os pedagogos que atuam nessa área devem contribuir no aprendizado das crianças e adolescentes, para que, ao retornarem à escola de origem, não estejam em desvantagem em relação à turma, além de conhecer a realidade e o contexto que os cerca.

O pedagogo pode fazer readaptações no processo de um ensino, de forma que ela seja flexível e elaborar projetos para as crianças hospitalizadas, para que consigam dessa forma mediar os conhecimentos aos alunos.

Portanto, o educador hospitalar deve estar atento a tudo, precisa atenderá necessidades das crianças internadas e dar atenção as questões emocionais, e pedagógicas se ele desejar atingir seus objetivos.

Em suma, este estudo busca evidenciar a relevância, e a compreensão dos direitos da criança e adolescente hospitalizados. E a efetivação do cumprimento desses direitos só ocorrerá quando a comunidade for consciente sobre a existência dessa modalidade de ensino educacional, uma vez que a pedagogia hospitalar tem essa função da educação no âmbito hospitalar.

Assim sendo, podemos considerar que o pedagogo é o profissional qualificado para atuar em ambientas não escolar, nesse caso em um ambiente hospitalar, contribuindo para a qualidade de vida do educando hospitalizado, como também no processo de ensino e aprendizagem, buscando desenvolve-lo integralmente dentro de suas necessidades e dificuldades, por meio de uma prática que englobe as diversas áreas do conhecimento.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010

AMORIM, N. S. **Histórico da pedagogia hospitalar**: a pedagogia hospitalar enquanto prática inclusiva. Porto Velho, 2011.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Ministério da Justiça. 1997.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n° 9.394, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial**. Classe Hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar**: estratégias e orientações. Brasília – DF. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. **Educação Especial**: um direito assegurado. Livro 1. Brasília, 1994, 1995.

DANTAS, O. M. A. da N. A.; SOUSA, J. C. T. de; AMORIM, V. M. **O ensinar e o aprender no hospital**. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16092_8169.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

FONTES, R. S. A escuta pedagógica à criança hospitalizada: discutindo o papel da educação no hospital. **Revista Brasileira de Educação**, 2005.

FONTES, R. S. **A reinvenção da escola a partir de uma experiência instituinte em hospital**. Petrópolis: Vozes 2004.

FARFUS, D. **Espaços educativos: um olhar pedagógico**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

FONSECA, E. S. **Atendimento Escolar no Ambiente Hospitalar**. 2. ed. São Paulo: Memnon, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

MATOS, E. L. M.; MUGIATTI, M. M. T. D. F. **Pedagogia Hospitalar**: A humanização integrando educação e saúde. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MONTESSORI, M. **Mente Absorvente**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1987.

ORITZ, L. C. M. Ensinando a alegria à classe Hospitalar. **Vida, Saúde, Educação e Meio Ambiente**. n. 1. 1999.

SEBARROJA, J. C. **Pedagogias do século XX**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

SILVA, S. A. S. A. F. Pedagogia Hospitalar: a ação pedagógica em hospitais pediátricos. **Revista Educação Batatais**, v. 3, 2012.

# CAPÍTULO 2:

# GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NA CONTEMPORANEIDADE

# 02
# GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NA CONTEMPORANEIDADE

Francisco Pereira da Silva[4] // Evanilda de Brito Lopes[5] // Valdete Batista do Nascimento[6]

## INTRODUÇÃO

O referido artigo trata do tema gestão democrática e participativa na contemporaneidade, isso significa trazer à discussão a categoria "participação" nos processos educativos e decisões da escola, como princípio orientador importante nas políticas públicas para a educação.

Nesse cenário, a discussão sobre gestão democrática pode ser necessária e recorrente, visto que se trata de um princípio constitucional, mas que ficou sob incumbência dos entes federados, em suas jurisdições, que deveriam propiciar condições para que a gestão democrática fosse implementada, o que tem sido considerado um dos desafios para a sua implementação de acordo com alguns pesquisadores.

A participação da gestão escolar democrática e participativa baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe. Acentua-se na importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos.

Defende uma forma coletiva de tomada de decisões. Entretanto, uma vez tomada as decisões coletivamente, advoga que cada membro da equipe assuma sua parte no trabalho, admitindo a coordenação e supervisão e a avaliação sistemática da operacionalização das liberações. Na ótica de (PARO, 2004, p. 149) "A

---

[4] Graduando de pedagogia pela Faculdade do Maciço de Baturité. Email: f.co.p@hotmail.com.

[5] Mestre em Ciências da Educação pela /ULHT, Especialização em Políticas Públicas /FIP, Gestão Escolar e Psicopedagogia Institucional e Clinica. Graduada em PEDAGOGIA pela UFRN. Professora da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense/FAMEN. Email: evanilda@famen.edu.br.

[6] Mestra em Ciências da Educação, área de especialização em Educação de Adultos, pela UMINHO-PT.

gestão escolar precisa ser entendida no âmbito da sociedade política comprometida com a própria transformação social."

A participação da gestão escolar democrática e participativa reflete diferentes posições políticas e pareceres, acerca do papel das pessoas na sociedade. Portanto, o modo pelo qual a escola se organiza e se estrutura tem dimensão pedagógica, pois se deve observar se os objetivos gerais da instituição estão relacionados o seu compromisso com a conservação ou com a transformação social. Assim, a gestão escolar democrática e participativa, valoriza o poder e a autoridade, exercidos unilateralmente. Enfatizando relações de subordinação, rígidas determinações de funções, e supervalorizando a racionalização do trabalho, tende a retirar das pessoas, ou ao menos, diminuir nelas, a faculdade de pensar e decidir sobre seu trabalho. Com isso o grau de autonomia, e de desenvolvimento
profissional, fica enfraquecido.

Portanto, elas consideram essencial levar em conta o contexto social e político, as construções de relações sociais mais humanas e justas e a valorização do trabalho coletivo e participativo, ainda sobre as formas mais concretas de organização, e de gestão e coordenação.

Intercede, pois, que a gestão participativa, além de ser a forma de exercício democrático da gestão e um direito de cidadania, implica deveres e responsabilidades. Assim, a referida pesquisa elegeu como principais teóricos Alonso (2003), Libâneo (2008), Luck (2006) e Paro (2004) entre outros estudiosos sobre essa temática. Portanto, a gestão de participação, ou seja, a gestão democrática, por um lado, é atividade coletiva que implica a participação e objetivos comuns; por outro, depende também de capacidades de responsabilidades individuais de uma ação coordenada e controlada.

Sabe-se que a participação é o principal meio de assegurar a gestão escolar democrática e participativa, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima

de trabalho favorável, e maior aproximação entre professores, alunos e pais.

Neste sentido, o gestor democrático e participativo, deve se conscientizar que ele, sozinho, não pode administrar todos os problemas da escola. O caminho é a descentralização; isto é, o compartilhamento de responsabilidades com alunos, pais, professores e funcionários. O que se chama de gestão escolar democrática e participativa onde todos os atores envolvidos no processo, participam das tomadas de decisões. (Santos, 2007, p.130).

O trabalho está organizado em uma fundamentação teórica na metodologia utilizada para desenvolver o estudo e sistematizar os dados, e nas considerações finais, são apresentados os resultados e as sugestões para ou minimizar o problema apontado.

Diante do exposto, podemos perceber que a gestão escolar democrática e participativa é um dos temas na área educacional que representa um desafio no que se refere a efetivação de políticas educacionais em pleno desenvolvimento do cotidiano escolar.

## REVISÃO DE LITERATURA

Para refletir sobre a gestão escolar democrática participativa na escola brasileira, deve-se fazer uma análise das perspectivas atuais das políticas em educação, a partir da Constituição Federal de 1988 (art. 206, inciso VI), que afirma "Gestão Democrática do ensino público, na forma de lei". Assim, a gestão democrática participativa é um valor público definido em lei, cujos limites são estabelecidos na lei de Diretrizes e Bases da educação LDB n. 9.3940/96:

> Art.14 – Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com a sua peculiaridade e conforme os seguintes princípios: I participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola. II participação das comunidades

> escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

A referida lei define que os sistemas de ensino devem estabelecer normas para o desenvolvimento da gestão escolar democrática participativa, nas escolas de educação básica e essas normas devem primeiro estar em sintonia com suas especificidades, garantir a participação de profissionais da educação na construção do Projeto Político Pedagógico da escola, além da participação das comunidades escolar e local, em conselhos escolares ou similares.

Neste sentindo, a gestão escolar democrática participativa de educação requer mais do que simples alterações nas estruturas organizacionais, determina ruptura de paradigmas que fundamentam a elaboração de uma proposta educacional e uma gestão diferente da que hoje é vivenciada. Segundo Libâneo (2002, p. 5) "A gestão escolar democrática participativa exige uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar".

Portanto, devemos entender que a educação como função de todos que participam do cotidiano escolar, sabendo manifestar opiniões, resolvendo problemas coletivamente, buscando encontrar as devidas soluções.

## Concepção e história da gestão democrática

Para tratarmos da gestão escolar democrática é preciso que, antes, lancemos um breve olhar sobre o conceito de administração em geral e, em seguida, tracemos alguns apontamentos históricos. Para Ribeiro (1998), destaca que os fundamentos teóricos acerca da administração passam por transformações em razão da industrialização e a urbanização, que foram marcadas pelas profundas modificações e por novas exigências do sistema capitalista.

Na visão de Ribeiro (1998), a "[...] administração escolar antes de mais nada deve atender a uma filosofia e a uma política de educação, no que elas se aplicarem ao funcionamento das escolas" (Ribeiro, 1998, p.36). Devido à crescente e complexa mudança na realidade sócio histórica desencadeou-se um novo cenário nas

políticas de instrução da escola, as atividades referentes à organização nas instituições agregam outras culturas e valores.

Contudo, a escola não poderia ficar de fora diante de tais mudanças de cenário na sociedade, a partir do sistema econômico. Assim, exigia-se uma nova organização para atender à produção em massa e ao mercado de trabalho, favorecendo a nova reestruturação para atender à demanda de mão de obra.

Segundo Ribeiro (1988), fica evidente a necessidade de implantar novas filosofias de educação devido à urbanização, surgindo a necessidade de a escola ter uma nova organização, pois "suas atividades específicas começam a ser sobrecarregadas pela multiplicação, variação e extensão das coisas que devem ensinar e fazer aprender" (RIBEIRO, 1988, p. 27).

Partindo das teorias de Taylor, Ribeiro (1998) entende que o processo de administrar uma escola assemelha-se a administrar uma empresa, pois os princípios administrativos da primeira fundamentam-se nos mesmos da segunda.

Ribeiro (1998, p. 95), nas suas palavras:

> a) A Administração escolar é uma das aplicações da Administração Geral; ambas têm aspectos, tipos, processos, meios e objetivos semelhantes. b) A Administração escolar deve levar em consideração os estudos que se nos fazem outros Campos da administração e, por sua vez, pode oferecer contribuições próprias utilizáveis pelos demais.

Assim, a função do administrador que ecoa o peso da responsabilidade na nomenclatura que lhe foi auferida durante décadas, precisa ser ponderada, quando na atualidade traz no seu bojo a figura do gestor, que não mais direciona sozinho, mas que gerencia a escola coletivamente, com a participação da comunidade escolar.

## Desafios da gestão democrática na atualidade

Na gestão democrática e participativa, a escola é vista como um espaço coletivo. Isso significa que todos devem se comprometer e for responsável pelas decisões tomadas pela instituição obre diversos setores do sistema escolar.

Nesse modelo de gestão, é preciso ouvir a opinião de todos os atores envolvidos na organização escolar diretores, coordenadores, professores, pais, alunos e comunidade.

Para ser classificada como gestão participativa, é preciso que três princípios estejam presentes no modelo de gerenciamento escolar. O primeiro é a descentralização, nesse modelo, todas as decisões, tanto administrativas quanto pedagógicas, são tomadas de maneira descentralizada.

A Segunda é a participação, que permite a todos os envolvidos tomar ciência de suas decisões O terceiro princípio é a transparência, em que qualquer decisão tomada pela escola seja do conhecimento de todos.

A prática educativa resume-se, em um processo social envolvendo todos os agentes na de uma busca educação de qualidade. Na escola, os agentes são todos da comunidade escolar, pais, alunos, professores, funcionários, gestor. Esta instituição além de se comprometer com o conhecimento teorizado busca a formação integral, incluindo-se valores e atitudes, sentimentos e emoções. Logo, mais uma vez, mostra-se de suma importância a participação das famílias, que precisam estas recentes e acreditar em no trabalho desenvolvido pela escola.

A escola é o local que deve proporcionar uma educação de qualidade a todos, é neste lugar, onde se forma indivíduos críticos, que buscam exercer sua cidadania, com perspectivas de cumprir seu papel frente à sociedade em que vive.

Assim, a tarefa pedagógica e administrativa, não é um atarefa simples, requer raciocino, observação, planejamento, busca de novos caminhos para superar os desafios e os fracassos. Sendo assim, o ambiente escolar necessita de democracia, ao ponto em que todos os envolvidos possam participar das decisões de forma consciente, para isso é preciso disposição, trabalho em equipe e

redistribuição de responsabilidades, o que irá promover o sucesso da escola.

Conforme Lück (2006, p. 54), no sentido que "democracia e participação são paráveis, à medida que um conceito remete ao outro."

Para Libâneo (2008, p. 87), a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade e propicia um clima de trabalho favorável e maior aproximação entre professores, alunos e pais.

Portanto, nas escolas, buscam-se bons resultados, mas há nelas um sentido mais forte da prática da democracia, de experimentação de formas não autoritárias de exercício do poder, de oportunidade ao grupo de profissionais para intervir nas decisões da organização e definir coletivamente o rumo dos trabalhos.

Nesse sentido, Luck (2002, p. 66), diz que:

> A intervenção dos profissionais da educação e dos usuários na gestão da escola. Há dois sentidos de participação articulados entre si: a) a de caráter mais interno, como meio de conquista da autonomia da escola, dos professores, dos alunos, constituindo prática formativa, isto é, elemento pedagógico, curricular, organizacional; b) a de caráter mais externo, em que os profissionais da escola, alunos e pais compartilham, institucionalmente, certos processos de tomada de decisão.

Nessa perspectiva, a participação da comunidade possibilita à população o conhecimento de avaliação dos serviços oferecidos e a intervenção organizada na vida escolar.

Entende-se, que para a gestão participativa se tornar realidade no âmbito escolar, é necessário que haja o interesse em se

buscar e que seja apreendida por todos. A gestão democrática então passa a adotar um caráter diferente, mais humanizado, direcionado para o aluno e para o seu pleno desenvolvimento, segundo Hora (2006, p.52), passa a "ser o resultado do exercício de todos os componentes da comunidade escolar, sempre em busca do alcance das metas estabelecidas pelo projeto pedagógico construído coletivamente".

## Como lidar com os desafios da gestão participativa

Por ser uma questão complexa, encontram-se várias dificuldades na gestão, gestores ipês contribuem de alguma forma para deixar a escola menos democrática participativa, dificuldades essa de ser implementada pela comunidade escolar.

O que se percebe é que aluno professore. O corpo diretivo da escola tem o desafio de aprender a escutar outras opiniões, entender as críticas e, mais que isso, aceitar que as decisões sejam tomadas coletivamente.

A gestão educacional no Brasil tem seguido por décadas um modelo centralizado, no qual as decisões são tomadas por poucas pessoas, ou seja, apenas diretores e coordenadores que opinam sobre questões importantes referentes à educação.

Nesse modelo, professores, alunos e pais tinham suas tarefas bem definidas, ou seja, ensinar, aprender e acompanhar a evolução do aluno, respectivamente. O maior desafio com relação aos alunos é fazer com que eles percebam que precisam deixar o papel de estudantes e participar de questões importantes na escola.

Quanto aos pais, o grande desafio é levá-los à escola para participar de reuniões e debates, haja vista suas justificativas geralmente são as de falta de tempo. É preciso que eles se conscientizem da importância de suas opiniões para que todo o processo funcionasse da maneira eficaz.

Diante da globalização econômica, da transformação dos meios de produção e do avanço acelerado da ciência e da tecnologia, a educação escolar precisa oferecer propostas concretas à sociedade, preocupando-se em oferecer um ensino de qualidade que possa elevar a capacidade intelectual das crianças,

adolescentes e jovens para compreenderem o universo competitivo e os valores sociais, econômicos e culturais intrínsecos na formação pessoal e profissional ao qual estarão submetidos.

Segundo Santos (2007, p. 45), no âmbito da educação escolar, o ensino público ou privado de qualidade para todos é uma necessidade e um desafio fundamental. Atualmente, há o reconhecimento global de sua importância para o mundo do trabalho, para o desempenho da economia e para o desenvolvimento técnico-científico. Esse reconhecimento tem sido transformado em reformas, em políticas educacionais e essencialmente na quebra de paradigmas quanto o papel da gestão escolar e dos professores como autoridades intelectuais na sala de aula.

Na realidade, a educação busca a formação de um novo paradigma, que situa o problema da qualidade, uma pedagogia da qualitativa.

Conforme Silva (2005, p. 44), apesar de receber recursos das esferas federal, estadual e municipal e lidar com resultados, a escola não pode ser vista como uma empresa, o aluno não é cliente da escola, mas parte dela. É sujeito que aprende que constrói seu saber, que direciona seu projeto de vida.

Silva (2005, p. 52), a esse respeito diz ainda que:

> A escola implica formação voltada para a cidadania, para a formação de valores-valorização da vida humana em todas as dimensões. Isso significa que a instituição escolar não produz mercadorias, não pode pautar-se pelo zero defeito, ou seja, pela perfeição.

Nesse sentido, e segundo os estudos realizados por Antunes (2000, p. 72), acredita-se que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola, gestor, professores e pais, promovem no domínio dos conhecimentos e do desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas, indispensáveis ao atendimento as necessidades individuais e sociais dos alunos, bem como a inserção no mundo e a constituição da cidadania também como poder de participação, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, a educação deve ser entendida como um fator de realização da cidadania, na superação das desigualdades sociais e da exclusão social.

## Os atributos da gestão democrática e a participação na escola

A direção da escola, além de uma das funções do processo organizacional, é um imperativo social e pedagógico. O significado do termo direção, no contexto escolar, difere de outros processos direcionais, especialmente os empresariais. Ele vai além da mobilização das pessoas para a realização das atividades, pois implica intencionalidade, definição de um rumo educativo, tomada de posição entre objetivos escolares sociais e políticos, em uma sociedade concreta.

Para Apple (2007, p. 56), a escola, ao cumprir sua função social de mediação, influi significativamente na formação da personalidade humana, por essa razão, são imprescindíveis os objetivos políticos e pedagógicos da educação escolar.

A função social da escola leva a equipe escolar à busca deliberada, consciente, planejada, de integração e unidade de objetivos e ações, além do consenso sobre normas e atitudes comuns.

Segundo Apple (2007, p. 58):

> O caráter pedagógico da ação educativa consiste precisamente na formulação de objetivos sociopolíticos e educativos e na criação de formas de viabilização organizativa e metodológica da educação com o propósito de melhorar a qualidade da educação desenvolvida pela equipe.

Nesse sentido, há que destacar a função do diretor da escola na gestão da organização do trabalho escolar. A participação, o diálogo, a discussão coletiva, a autonomia são práticas indispensáveis da gestão democrática, mas o exercício da democracia não significa ausência de responsabilidade, uma vez tomada as decisões coletivamente, participativamente, é preciso pô-las em prática.

Nesse contexto, conforme Luck (2002, p. 102), para que a escola por meio de sua gestão democrática e participativa ofereça a todos aos seus agentes a qualidade educacional, é necessário desenvolver os seguintes princípios da concepção de gestão democrática e a autonomia da escola e da comunidade educativa; relação organizacional entre a gestão e a participação dos membros da equipe escolar; planejamento de atividades.

Portanto, para o desenvolvimento pessoal e profissional dos integrantes da comunidade escolar; utilização de informações concretas e análise de cada problema em seus múltiplos aspectos, com ampla democratização das informações; avaliação compartilhada; relações humanas produtivas e criativas, assentadas em uma busca de objetivos comuns.

## METODOLOGIA

Para desenvolver o presente artigo, o método utilizado teve como base pesquisas bibliográficas referentes à Gestão escolar democrática e participativa na contemporaneidade.

A referida pesquisa faz uso da metodologia qualitativa de cunho bibliográfico. À gestão da escola cabe o papel de incentivar e liderar a formação continuada que equalize as demandas estabelecidas pela sociedade.

De acordo com Gil (2002, p.44):

> A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Nesse sentido, é pertinente destacar que a pesquisa bibliográfica é fundamental para coletarmos informações que possam ser coerentes, seja para qual for à pesquisa que estamos desenvolvendo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como vimos, a gestão escolar democrática e participativa torna-se uma chave para o bem da educação brasileira, mais se sabe que ainda existem muitos gargalos que perpassam os limites escolares, os quais impossibilitam que tal gestão democrática e a participação da sociedade sejam de fato os meios principais de operação organizacional dentro das escolas.

No entanto, para que a escola seja de fato democrática e participativa, todos que fazem parte dela, devem participar de modo mais ativo e eficiente, devem passar por avaliação, em que se observarão as falhas de cada segmento e em seguida prosseguirem nas capacitações, para que possam tomar decisões e agir em busca da resolução das demandas apresentadas.

Com escolas geridas de forma democrática, certamente nos aproximará ao ideal do qual almejamos desde o princípio de uma escola de qualidade.

Há escolas onde os diretores, já são escolhidos por meio de eleição, onde votam alunos, pais, funcionários e professores; no entanto, se percebe a falta de reuniões escolares, com a presença da comunidade escolar, para deliberar sobre as demandas que possam surgir na escola, como as capacitações que são quase inexistentes, as avaliações de desempenho profissional para se descobrir onde se acertou ou errou e assim buscar uma tomada de decisão, visando o acerto.

Compreendemos a partir da pesquisa realizada em autores como Libâneo (2008), que discute sobre o conceito de gestão democrática, que a escola democrática está divorciada de seu termo, pois a mesma se concretiza em práticas utilitaristas próprias dos valores postas pela sociedade capitalista calcada em interesses clientelistas e excludentes, não se reconhecendo como emancipadora, mas sim, por uma retórica utópica de democracia e participação.

Contrapondo-se essa perspectiva, Alonso (2003, p. 18) destaca que "o processo educacional pode significar a emancipação humana através de novas formas de convivência e não aporte de modelo social de exclusão." Tendo tal possibilidade em vista, salientamos que esta pesquisa contribuiu para o estudo da temática: Gestão escolar democrática e participativa na contemporaneidade.

O gestor educacional, estando seguro das suas ações, não tem motivo para impor-se à equipe, mostrando quem é o líder e o liderado, quem manda e quem obedece, ou seja, de mostrar a todos os seus status, de modo autoritário.

Libâneo (2004, p. 277), nos aponta algumas atribuições ao diretor de uma instituição: supervisionar as atividades administrativas e pedagógicas, promover a integração entre escola e comunidade; conhecer a legislação educacional, buscar meios que favoreçam sua equipe, dentre outras.

Assim sendo, a investigação contribuiu com informações, acerca da temática e buscou promover uma reflexão no que se refere a necessidade e aos desafios que se impõem à gestão democrática na contemporaneidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A referente pesquisa objetivou analisar Gestão escolar democrática e participativa na contemporaneidade, considerando os desafios vivenciados pela educação brasileira nos dias atuais.

Além disso, desdobrou-se por outros dois objetivos específicos, sendo o primeiro destinado apresentar os sentidos e os fundamentos da administração, bem como da gestão escolar democrática, a partir de uma perspectiva conceitual e histórica. O segundo visou apresentar os principais impactos e os desafios impostos à democratização do ensino na atualidade, em virtude das políticas neoliberais e o processo de globalização da economia.

Por fim, entendemos que, a gestão democrática da educação pública consiste em um princípio importante a ser observado na implementação de políticas públicas, a qual tem seu fundamento na participação coletiva em assuntos educacionais

referentes, não apenas à gestão da educação nacional e à sua organização, mas à qualidade do ensino de forma mais ampla.

Portanto, é importante que os alunos exercitem e percebam a democracia sendo vivenciada dentro a escola e assim estejamos realmente formando pessoas capazes de intervir no meio em que vivem.

Contudo essa inovação implica em mudanças de concepções, quebrando antigos padrões conservadores que tanto atrapalham o desenvolvimento da nossa educação com um todo, elevando a mentalidade de nossos educadores para algo maior com responsabilidade em se tornar uma alavanca no crescimento das nossas gerações.

Só é possível a escola alcançar seu objetivo quando o ser humano for valorizado e ouvido por aqueles que conduzem o processo educacional, sendo assim, a eleição é um caminho que responsabiliza todos os envolvidos (alunos, pais, comunidade, professores e profissionais da escola) promovendo o exercício da cidadania e na garantia da construção de uma escola que compartilha seus deveres com a comunidade.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho pedagógico**. São Paulo: Biótipo, 2000.

APPLE, M. **Escolas democráticas**. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. **Lei N°9394/96 de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselhos escolares democratização da escola e construção da cidadania**. Brasília/DF. V. 1, 2005.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 13 mar. 2022.

FERNANDES. **Citado em Orientação Pedagógica - SEE/DF**. 2012.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HORA, D. L. **Gestão democrática na escola**. São Paulo: Papirus, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e Prática. 5 ed. Goiânia: Alternativa 2008.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**. Goiânia: Alternativa, 2002.

LUCK, H. **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCK, H. **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. São Paulo: Cortez, 2006.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004.

RIBEIRO, A. I. M; MENIN, A. M. C. **Formação do gestor educacional**: necessidades da ação coletiva e democrática. São Paulo: Arte e Ciência, 1998.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-cientifico informacional. São Paulo: Hucitec, 2007.

SILVA. R. C. **Educação e qualidade**. Piracicaba SP: Unimep, 2009.

# CAPÍTULO 3:

## O PROFESSOR NO CONTEXTO DA ESCOLA INCLUSIVA: POLÍTICAS E PRÁXIS

# 03
# O PROFESSOR NO CONTEXTO DA ESCOLA INCLUSIVA: POLÍTICAS E PRÁXIS

Gardênnia de Souza Silva Mesquita[7] // Evanilda de Brito Lopes[8]

## INTRODUÇÃO

O presente artigo cientifico discute sobre; o professor no contexto da escola inclusiva com foco nas políticas e práxis na educação inclusiva, refletir acercado processo de inclusão escolar e as dificuldades que os profissionais da educação percebem, quanto a questão das crianças com deficiências e outras necessidades.

Após a LDB 9394/96, a presença das crianças com deficiência na escola se efetivou como direito. Sua efetivação na prática depende da articulação dos diferentes atores sociais, ou seja, da família, da sociedade, do Estado. Na escola, surge a necessidade de uma nova concepção da prática pedagógica, que dê conta de atender a partir de então, a diversidade.

As individualidades começam a imperar e o professor sente que o que sabe sobre o ensino e a aprendizagem, já não é suficiente, sendo forçado a rever seus conceitos e renovar seus conhecimentos para atender aos princípios do movimento de inclusão educacional.

A análise da questão proposta se apoia nos argumentos de que, mesmo os professores tendo recebido formação nas áreas de educação geral e específica na área de inclusão, julgam-se despreparados, demonstrando como pano de fundo, as lacunas dos processos formativos da docência.

A política de Educação Especial voltada para o atendimento dos alunos incluídos e ao apoio do docente em sala

---

[7] Graduanda de pedagogia pela Faculdade do Maciço de Barurité.
[8] Mestre em Ciências da Educação pela /ULHT, Especialização em Políticas Públicas /FIP, Gestão Escolar e Psicopedagogia Institucional e Clinica. Graduada em PEDAGOGIA pela UFRN. Professora da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense/FAMEN. Email: evanilda@famen.edu.br.

de aula vem apresentando insuficiência para atender os desafios dos alunos incluídos.

Que os alunos estão na sala de aula, porém, sem participação e sem aprendizagem, levantando um questionamento sobre a eficácia do processo de inclusão.

Para fundamentação sobre a temática recorremos a contribuição de autores como Carvalho (2012), Mittler (2003), Ferreira (2018), Moscovici (2003) entre outros, além de pesquisas em sites especializados, revistas eletrônicas e artigos que abordam sobre o tema.

Sabemos que a escola necessita atualizar seu projeto político pedagógico objetivando atender as crianças com suas necessidades específicas, promovendo a formação continuada dos profissionais em educação para que possam trabalhar de maneira inclusiva que ele seja prepara dopara trabalhar com a diversidade.

Portanto, a inclusão escolar constitui uma proposta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável. Impõe-se como uma perspectiva a ser pesquisada e experimentada na realidade brasileira, reconhecidamente ampla e diversificada.

Diante desse contexto, abordaremos o direito à educação sob a ótica da legislação, discutindo não só a garantia legal, mas situando, também, as práticas pedagógicas, como aspectos fundamentais na concretização desse direito.

## REVISÃO DE LITERATURA

A inclusão é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos e é uma prática social que se aplica no trabalho, na arquitetura, no lazer, na educação, na cultura, mas, principalmente, na atitude e no perceber das coisas, de si e do outrem (CAMARGO, 2017, p. 1).

A inclusão de pessoas com necessidades especiais tem sido alvo de grandes reflexões, debates e discussões, e mesmo em meio a tantas políticas públicas inclusivas ainda se pretende responder à exclusão, tão marcante em nossa sociedade

contemporânea.

Segundo (Ferreira, 2018, p. 4), fala que:

> A escola inclusiva é uma escola comum ou regular que acolhe todos os tipos de alunos, independente das diferenças. Nela, são criadas situações que favoreçam e respeitem os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, oferecendo em ensino de qualidade para rodos.

Na escola inclusiva, o processo educativo deve ser entendido como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal (Rodrigues, 2017, p. 3). A escola inclusiva deve ser entendida como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal.

Portanto, é no dia a dia escolar que crianças e jovens, enquanto atores sociais têm acesso aos diferentes conteúdos curriculares, os quais devem ser organizados de forma a efetivar a aprendizagem (BRASIL, 2004).

Para que a Educação Inclusiva seja bem-sucedida na escola é imprescindível que apresente acessibilidade desde a entrada até os equipamentos que favoreçam o ensino e a aprendizagem de todos os alunos. A acessibilidade pode ser definida como a forma de organizar os espaços para que todas as pessoas possam utilizá-lo de forma autônoma.

## As políticas públicas que contribuíram para a melhoria da qualidade do aluno especial

Nos últimos anos o governo federal vem apresentando políticas, planos, programas e ações voltadas para educação inclusiva. Bonetti (2006), traz contribuições para o entendimento do campo de políticas públicas, ao analisar a

origem, princípios e determinantes na definição e aprovação dessas políticas.

Na sua compreensão, as políticas públicas são ações que nascem do contexto social, mas que perpassam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, seja para fazer investimentos ou para regulamentação administrativa, como resultado da dinâmica do jogo de forças entre grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é um documento importante apresentado em 2008, pelo governo federal, através do Ministério da Educação, com o objetivo de constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

O documento apresenta um diagnóstico da educação especial, estabelece objetivo, define os alunos atendidos pela educação especial e traça diretrizes. A referida política tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, superlotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2008).

A escola inclusiva requer a superação dos obstáculos impostos pelas limitações do sistema regular de ensino. Seu ideário defronta-se com dificuldades operacionais reais como falta de recursos humanos, pedagógicos e físicos ainda não contemplados em todas as regiões do país, mesmo nos grandes centros. Essa condição, a serem plenamente conquistadas em um futuro remoto, supõe-se, que são exequíveis na atualidade, em condições restritamente específicas de programas-modelos ou experimentais.

De acordo com a série "Saberes e práticas da inclusão", publicado pelo Ministério da Educação:

De acordo com (BRASIL, 2003, p. 24), diz que:

> O que se afigura de maneira mais expressiva ao se pensar na viabilidade do modelo de

> escola inclusiva para todo o país no momento é a situação dos recursos humanos, especificamente dos professores das classes regulares, que precisam ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente.

A Educação Inclusiva tem sido atualmente definida no Brasil, segundo uma perspectiva mais ampla, que ultrapassa a simples concepção de atendimentos especializados, tal como vinha sendo a sua marca nas últimas décadas.

Conforme define a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/1996, já citada anteriormente trata-se de uma modalidade de educação escolar, voltada para a formação do indivíduo, com vistas ao exercício da cidadania.

De acordo com a LDB/1996 em seu Art. 58º: "a educação especial, consiste na a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, par aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento exaltas habilidades ou superdotação" (BRASIL, 2014, p. 33).

Como elemento integrante e indistinto do sistema educacional, realiza-se transversalmente, em todos os níveis de ensino, nas instituições escolares, cujo projeto, organização e prática pedagógica devem respeitar a diversidade dos alunos, a exigir diferenciações nos atos pedagógicos que contemplem a aprendizagem e a participação dos mesmos no processo educativo.

Os serviços educacionais especiais, embora diferenciados, não podem desenvolver-se isoladamente, mas devem fazer parte de uma estratégia global de educação e visar suas finalidades gerais. O professor tem grandes desafios a serem superados, dando a sua participação para a contribuição social e para o desenvolvimento do aluno e tem um papel fundamental, que é o sucesso da educação.

A análise de diversas pesquisas brasileiras identifica

tendências que evitam considerar a educação especial como uns subsistemas à parte e Curriculares Nacionais preconizam "a atenção à diversidade da comunidade escolar baseiam-se no pressuposto de que a realização de adaptações curriculares pode atender as necessidades particulares de aprendizagem dos alunos".

Consideram que "a atenção à diversidade deve se concretizar em medidas que levam em conta não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos dos alunos, mas, também, seus interesses e motivações" (BRASIL, 2003, p. 26).

## Educações inclusivas e os desafios em sala de aula

Para uma educação inclusiva eficaz, os professores precisam olhar para as competências dos alunos, mais do que para suas limitações. Podemos dizer, que esse é um ponto de partida para enfrentar os desafios da formação e da atuação em sala de aula.

Dentre os inúmeros desafios que os professores enfrentam no cotidiano escolar, podemos afirmar que os maiores deles estão relacionados a prática diária e a falta de formação. A educação especial não é mais paralela a educação regular e é preciso respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos.

Para Mantoan (2012), o propósito da educação inclusiva é não deixar ninguém fora do sistema escolar, mas, para ter sucesso não basta apenas modificações na estrutura física das escolas, é preciso mudança de postura da comunidade escolar e da sociedade como um todo.

Muitos são os desafios para uma educação inclusiva. O sistema educacional brasileiro passou por grandes mudanças nos últimos anos e tem conseguido cada vez mais respeitar a diversidade, garantindo a convivência e a aprendizagem de todos os alunos.

A educação apresenta como desafio a possibilidade e valorização da pluralidade existente dentro das instituições escolares em uma perspectiva inclusiva. Abordar essas questões é relevante perante as mudanças que ocorrem nos

documentos que regem a educação.

As diversidades nas abordagens sobre políticas públicas educacionais inclusivas se inserem em um contexto amplo e junto delas se encontram as políticas de educação especial na perspectiva inclusiva.

Assim, a formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema que inclui a todos verdadeiramente (BRASIL, 1998).

Diante do exposto, a apresentação de um projeto para educação inclusiva demanda vontade política, planejamento e estratégia para capacitação continuada dos professores de ensino regular em parceria com professores especializados, visando constituir uma prática pedagógica que lide com níveis de desenvolvimento e processo de aprendizagem e inclusão de todos.

De acordo com Mantoan (2004, p. 39):

> Os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para atender às diferenças nas salas de aula, especialmente aos alunos com deficiência, pois seus colegas especializados sempre se distinguiram por realizar unicamente esse atendimento e exageraram a capacidade de fazê-lo aos olhos de todos.

Assim, observa-se que a formação continuada é fundamental para os professores, tornando-os capazes de analisar com precisão as diferentes necessidades apresentadas no processo de ensino e aprendizagem, refletir no sentido de intervir com segurança, repensando sua prática constantemente e planejando novas estratégias inclusivas que de fato atendam este público escolar.

## O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Sabemos que ao longo do tempo, a educação no Brasil, vem enfrentando grandes mudanças e desafios com a

inclusão de crianças com Necessidades Educacionais Especiais na rede regular de ensino. Para atender essa demanda, esses alunos precisam estar totalmente inseridos no contexto escolar, para que assim possam se desenvolver positivamente tanto no ensino acadêmico, como no seu desenvolvimento físico, sensorial, cognitivo e emocional.

Portanto, o professor é a peça principal para fazer com que a "inclusão" realmente aconteça, portanto, e necessário que ele esteja qualificado para atuar com competência juntos aos alunos. Ele não pode se sentir sozinho, necessita ser amparado e orientado para agir com segurança e habilidades didáticas para atuar positivamente.

Ainda há profissionais que sentem dificuldades para receber crianças especiais em suas salas de aula, pois enfrentam o problema da capacitação deficiente e preconceito de alguns pais.

Como afirma Mitler (1997, p. 7), "o professor tem direito a ter treinamento e apoio" para o enfrentamento das questões que uma educação inclusiva impõe.

Nesse sentido, a educação tem por base quatro pilares aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver; e aprender a ser. Firmar a educação inclusiva em todos esses pilares é garantir que a aprendizagem de crianças e jovens com deficiência aconteça por meio das várias possibilidades de desenvolvimento que podemos encontrar na escola. Ferreira, (2018, p. 4). Isso tudo com a atuação de toda comunidade escolar.

Segundo Carvalho (2012), há um conjunto de aspectos que devem ser considerados para que as escolas se tornem espaços inclusivos, dentre os quais, a melhoria na formação inicial e continuada dos professores, considerando que a inclusão começou a vincular a necessidade de mudança na mentalidade da comunidade escolar.

Ao transformarem o incomum em comum, amplia-se o sistema conceitual do docente que sente a necessidade de criar uma realidade para tais conceitos. Trata-se do que Moscovici (2003 p. 71) denomina de objetivação: "[...] está fundamentada na arte de transformar uma representação na realidade da representação; transformar a palavra que substitui a coisa, na

coisa que substitui a palavra".

Assim, podemos afirmar que objetivar é reproduzir um conceito em uma imagem.

Nesse estudo, percebemos que por traz dos conceitos que os docentes atribuem a educação inclusiva, está a imagem do aluno diferente, anormal, concretizada através da presença física desse aluno no ensino regular.

A formação dos professores inclusivos consiste em um dos fatores de maior relevância para os padrões de qualidade da educação, por isso, a capacitação dos profissionais dessa área seja tão essencial, assim como o investimento de políticas públicas voltadas a sua formação.

De acordo com Oliveira, (2004, p.11), diz que:

> No Brasil a relevância da questão profissionais que atuam na área a tem levado vários estudiosos e promover discussões e elaborar propostas para a formação do profissional na educação inclusiva especialmente daqueles que estão em sala de aula.

Com essa ótica, os profissionais de educação Infantil, devem está diretamente ligado ao conhecimento técnico e ao desenvolvimento de habilidades para realizar atividades diversas, interagindo com as crianças e com o mundo no qual ela está inserida.

Durante a formação do professor, são imprescindíveis conteúdos capazes de promoverem não só a reflexão, a compreensão sobre o significado da inclusão educacional, como também a respeito da prática pedagógica inclusiva.

Sabemos que o direito ao processo de escolarização de alunos com deficiência está preconizado no aparato legal nacional, apoiado em diversos documentos internacionais, que fundamenta as propostas educativas sob a perspectiva da educação inclusiva que se compreende o direito de todos os sujeitos, ao acesso, permanência e aprendizagem com qualidade na educação, independentemente de suas condições étnicas, econômicas, culturais e de desenvolvimento.

## METODOLOGIA

O artigo teve como métodos a pesquisa qualitativa e bibliográfica, será baseada em uma investigação bibliográfica em livros, artigos científicos, fontes que fortalecem os resultados desse estudo.

Conforme Gil (2001), a pesquisa bibliográfica fundamenta-se em conhecimentos proporcionados pela Biblioteconomia e documentação, entre outras ciências técnicas empregadas de forma metódica envolvendo a identificação, localização e obtenção da informação, fichamento e redação do trabalho científico. Esse processo requer uma busca planejada de informações bibliográficas para elaborar e documentar um trabalho de pesquisa científica.

Portanto, a abordagem qualitativa de um tipo de pesquisa dá-se por se realizar leituras diferentes sobre este tipo de situação social que envolve a educação inclusiva, ou seja, descreve de maneira minuciosa o que diferentes autores pensam sobre este tema educacional e suas implicações na aprendizagem, dos alunos especiais.

Com o intuito de conhecer melhor a realidade da Educação inclusiva, visando em compreender aos desafios que uma criança com deficiência passa no dia a dia na escola, considerando que esta, pode trazer consigo dificuldades de aprendizagem e desistência escolar.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente artigo busca compreender a realidade dos alunos com deficiência, sua história e problemática até chegarem na escola. Também nessa perspectiva busca compreender a baixa estima dos docentes em sala de aula, dificuldade de aprendizado que ocasionam a evasão escolar.

Entretanto, pensando na realidade da educação inclusiva, que surgiu o a ideia em pesquisar quais metodologias podem ser aplicadas em sala de aula, como esses alunos interagem, se existem uma boa assimilação dos conteúdos aplicados pelos docentes é relevante para o aprendizado das crianças especiais.

Com vistas às análises dos indicadores definidos, pode-se constatar que, se por um lado a promulgação de políticas públicas específicas para o público-alvo da Educação Especial favoreceu sobremaneira a garantia de acesso de alunos com deficiências ao ensino regular, por outro lado, privou o debate das políticas de formação inicial e continuada quanto aos postulados democráticos de oportunidades de alunos com necessidades educacionais especiais, não atreladas a deficiências, nos diferentes contextos escolares, para além das diferenciações ou especificidades.

Estudos como o desenvolvido por Boneti (2006, p. 84), apontam "como as discussões políticas, demarcadas pelo descaso do poder público, impactam consideravelmente o sucesso da implementação dos postulados educacionais inclusivos". A autora ainda enfatiza que parte efetiva dessas dificuldades toma forma pela falta de profissionais qualificados e da oferta de recursos adequados para a revisão e instauração de novos postulados educacionais nas escolas brasileiras.

Porém, a educação tem que se tornar uma prática libertadora onde docente seja capaz de ser o desencadeador diferenciado para esse novo mundo que o decente está vivenciando e não uma simples transmissão de informações; fazendo com que o aprendizado produza a liberdade do senso crítico que levem o sujeito a entender e reedificar e se transformar tendo uma visão de mundo diferenciado, mesmo com suas necessidades especiais.

Assim, alinhamos à defesa de que configurar a formação docente nos contextos iniciais e continuados é outro núcleo das proposições educacionais inclusivas na perspectiva da democratização de oportunidades para alunos com necessidades educacionais especiais, não atreladas a deficiências.

Compreendemos que os contextos de formação qualificada possibilitam ao professor reconhecer-se como sujeito protagonista de sua história, em suas experiências; uma formação que também favorece a compreensão do aluno como sujeito histórico e social em seu desenvolvimento.

A escola precisa refletir sobre o seu papel nesse processo, com vistas a transformar a cultura escolar, prevendo

mudanças na sua organização e nas práticas escolares, a escola é desafiada a romper com o modelo tradicional de educação, acabando com a homogeneidade e a discriminação e tornando-se, de fato, uma escola aberta a todos.

Atualmente, a Educação Inclusiva se apresenta como um dos temas mais debatidos no contexto educativo brasileiro. Esse lugar de destaque foi conquistado pela chegada dos alunos com deficiência às escolas comuns e pela situação insatisfatória de escolarização desses indivíduos, que é encontrada, principalmente, nas instituições públicas de ensino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a inclusão escolar de alunos com deficiência, apesar dos avanços existentes, ainda traz desafios à comunidade escolar, principalmente aos professores que recebem em suas salas de aula alunos com deficiência e que precisam desenvolver um trabalho voltado ao seu aprendizado.

A inclusão é possível, porém ela não pode ser simplesmente implantada, há a necessidade de formar e dispor professores atuantes comprometidos com o aprendizado, de espaços planejados, de recursos permanentes e reorganização pedagógica institucional juntamente com a família.

A educação inclusiva pressupõe que todas as pessoas devem ter o direito à educação, isso implica no direito das pessoas com deficiência de frequentarem as escolas regulares.

Portanto, não basta apenas garantir o acesso, é necessário realizar mudanças na organização das escolas para que as mesmas sejam capazes de incluir os alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo, além do acesso, a permanência e a aprendizagem dos alunos.

Os desafios para a inclusão nas escolas são diversos, contudo acredita-se que pequenas atitudes tornam-se grandes passos para flexibilizar práticas em ambientes educacionais, como também educadores em sua função mais humana, o de ensinar independente de ser aluno com necessidade educacional especial ou não.

A inclusão resulta de um complexo processo de

mudanças qualitativas e necessárias para definir e aplicar soluções adequadas e viáveis. Falar de inclusão nos remete ao direito à cidadania de todas as crianças.

Discutir a inclusão dos alunos com deficiência na educação inclusiva percebendo as diferentes concepções de deficiência e com elas todo o problema de avaliação, currículo, recursos, reações dos professores, as limitações da escola em sua estrutura e organização e o amparo legal, tão necessário para a inclusão.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva**. Brasília: Dados do Censo Escolar (MEC/SEESP). 2006. Disponível em: http://obancomundial.org/content/downloadblob.php? cod-blob= 925. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Gestão da Educação 2003-2010**. Brasília: MEC. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação: **Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais Para Educação Especial Na Educação Básica**. MEC: SEESP, Brasília, 2001.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1998.

BONETI, L. W. **Políticas Públicas por Dentro**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

CARVALHO, R. E. **Escola Inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

CAMARGO, E. P. de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciênc. Educ.**, Bauru, 2017.

FERREIRA, F. **Educação inclusiva**: quais os pilares e o que a escola precisa fazer? Disponível em: https://www.pro-esc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer/. Acesso em: 02 abr. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São

Paulo: Atlas, 2001.

MAGALHÃES, R C. B. P.; CARDOSO, A. P. L. B. Educação Especial e Educação Inclusiva: conceitos e políticas educacionais. *In.:* MAGALHÂES, R. C. B. P. (Org.). **Educação Inclusiva**: escolarização, política e formação docente. Brasília: Líber Livro, 2011.

MANTOAN, M. T. E. **O direito de ser, sendo diferente, na escola. Direito da Educação**. Brasília: Vozes, 2004.

MANTOAN, M. T. E. **O direito de ser, sendo diferente, na escola**: Direito da Educação, Brasília: Vozes, 2012.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

# CAPÍTULO 4:

## VIOLÊNCIA ESCOLAR: UM DESAFIO PARA O PEDAGOGO

# 04
# VIOLÊNCIA ESCOLAR: UM DESAFIO PARA O PEDAGOGO

Heloíse Pereira da Costa Roseno[9] // Evanilda de Brito Lopes[10] // Valdete Batista do Nascimento[11]

## INTRODUÇÃO

Sabemos que a violência nas escolas é algo predominante e corriqueiro não só nos dias atuais, mas no passado, tornando-se um grande problema social.

A violência escolar tem um crescimento assustador, estando presentes em todos os lugares todas as culturas, classes sociais e faixas etárias, e faz parte do nosso dia a dia, mediante os fatos ocorridos com mais frequência devido aos comportamentos agressivos, ao vandalismo e comportamentos delinquentes. O *Bullying* e a agressividade na escola estão ligados aos maus tratos, rejeição de um aluno sobre outro.

Desse modo, o desenvolvimento deste artigo tem como concepção identificar a violência nas escolas, a importância de mostrar as várias faces, motivos e causas da violência escolar. A referida pesquisa usou a metodologia bibliográfica e qualitativa, e elegeu como principais teóricos, Barreto (2002), Fonte (2005), Neto (2005) e Silva (2010) entre outros pesquisadores.

Assim, a violência escolar tem se tornado cada vez mais preocupante no Brasil, uma vez que tem o aumento de distintas formas de se praticar a violência, faz-se necessário ter uma atenção maior para as investigações sociais, políticas e psicológicas, para que se tenha uma ampliação e compreensão de um pensamento crítico sobre esse tema.

---

[9] Graduanda de pedagogia pela Faculdade do Maciço de Barurité. Email: heloiseroseno123@gmail.com.

[10] Mestre em Ciências da Educação pela /ULHT, Especialização em Políticas Públicas /FIP, Gestão Escolar e Psicopedagogia Institucional e Clinica. Graduada em PEDAGOGIA pela UFRN. Professora da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense/FAMEN. Email: evanilda@famen.edu.br.

[11] Mestra em Ciências da Educação, área de especialização em Educação de Adultos, pela UMINHO-PT.

O espaço escolar reflete o contexto histórico de um período, marcado por distintos fatores sociais, econômicos e políticos, portanto culturais, assim "[...] a educação não pairou acima das contingências políticas, sociais e econômicas, mas delas recebeu influências marcantes" (BARRETTO, 2002, p. 57).

Portanto, a escola é um ambiente que permite a aprendizagem e a socialização entre os sujeitos, contudo as afinidades estabelecidas nesse espaço vêm sofrendo um aspecto conflituoso, gerando um clima de tensão nos indivíduos que o compõe. Esse aspecto conflituoso parece evoluir a proporções que acabam caracterizando a presença do bullying nesse espaço de formação. Isso tem levado alguns alunos a se sentirem desmotivados, perdendo o encanto de estar no ambiente escolar.

Assim, as práticas violentas no ambiente escolar em diversas partes do mundo têm motivado numerosas discussões acerca do bullying, principalmente sobre a sua definição, percebendo-se uma visão sobre as práticas cruéis que envolvem direta e indiretamente a comunidade escolar e a sociedade e é o cenário do bullying que vem transformando a escola em um ambiente desconfortável.

O bullying é um fenômeno que muitas vezes vem sendo confundido com a indisciplina, e passa a ser ignorado pelos profissionais da escola, pelo fato de a indisciplina se ruma prática até certo ponto comum no cotidiano da escola.

Neste contexto é possível definir que se têm como principais objetivos: Identificar o significado da violência no Sistema Educacional; compreender por que ainda é algo tão resultante nas escolas, a importância da conscientização, do respeito no ambiente escolar e analisar a relação entre família e escola.

A partir desta perspectiva se tem como questão a seguinte indagação: No processo educacional os alunos que sofrem violência escolar são ouvidos e vistos de maneira adequada pela a família e escola do aluno?

Para aprofundar os estudos sobre a violência nas escolas têm os seguintes temas: primeiro tópico apresentando-se os tipos de violências no ambiente escolar, pequenos atos dentro da sala de aula e escola; no segundo tópico define A

classificação de alguns tipos de violência, tais como ameaça e agressão física; no terceiro e último tópicos Bullying como prevenir e conscientizar; pois mediante este tópico, observa-se que a parceria família e escola são necessárias para o desempenho progressivo do educando no Sistema de Ensino.

Para o desenvolvimento acadêmico deste artigo foi necessário realizar pesquisa bibliográfica, mediante os seguintes recursos: Livros impressos e digitais, monografias e teses de mestrado e doutorado, artigos científicos, revistas e sites especializados nessa temática, com o propósito de reunir leituras diversificadas, para construção e reconstrução de significados, ideias e conceitos sobre o processo em sala de aula.

## REVISÃO DE LITERATURA

A educação como direito social está garantida no artigo 205 da Constituição Federal (1988): "A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

No contexto escolar, a criança se encontra tanto na posição de vítima quanto na de agressor e o ambiente é atingindo de modo avassalador, transformando a escola em um palco de explosão de conflitos sociais, comprometendo seriamente a sua verdadeira função de socialização, aprendizagem e formação.

Segundo, Welchen e Oliveira, (2013, p. 5):

> A escola, entendida como um local que possibilita uma vivência social diferente do grupo familiar deve oferecer a oportunidade de o aluno ter acesso a informações experiências novas e desafiadoras, capazes de provocar transformações e de desencadear processos de desenvolvimento e comportamento.

Nesse contexto, o bullying e as violências leves, assim

como a segregação, exclusão indiferença que são outras formas de manifestações de violência, não são assumidas pelas escolas. Assinala que essa violência mascarada pode tornar-se perigosa porque como não é controlada, passa a ocorrer cotidianamente.

## Escolas, violência e bullying

O termo bullying é de origem inglesa e sem tradução no Brasil, é empregado para expressar comportamentos agressivos no ambiente escolar, praticados pelos alunos. Os atos de violência ocorrem de maneira intencional e repetitiva contra um ou mais indivíduos, que se encontram impossibilitados de reagir às agressões sofridas. Esses comportamentos não apresentam motivações justificáveis, os mais fortes utilizam os mais frágeis como objetos de diversão, prazer e poder, com a intenção de maltratar, intimidar, humilhar e amedrontar suas vítimas (SILVA, 2010).

A violência nas escolas é um fato de extrema importância, que precisa ser estudado, e é necessário que se tenha uma atenção cada vez mais urgente no que diz respeito a medidas que possam diminuir ou extinguir esses acontecimentos.

De acordo com um conceituado filosofo francês Debarbieux (2001, p. 164), ele afirma que estudar a violência no ambiente escolar é "antes mostrar como ela é socialmente construída em sua própria designação, como seu campo semântico se amplia a ponto de se tornar uma representação social central."

A expressão escola (do grego *scholé*, através do termo latino *schola*) tinha como significado "lazer, tempo livre, ocupação do tempo com estudos livre e prazeroso".

Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 233):

> Embora a tradição greco-romana desvalorizasse o trabalho manual e a formação profissional o que significa a compreensão do termo escola como lugar de ócio, do não trabalho foi o ideal grego de educação que forneceu as bases das instituições escolares ocidentais, à medida que a escola se ia

> constituindo como instituição de aprendizagem organizada, dirigida para um objetivo.

Libâneo (2012) entendia que educação grega antiga era restrita apenas para os "homens libertos". Com o passar do tempo as primeiras unidades escolares adotaram as atividades de pratica do dia a dia, na maioria das vezes dotada para instrução e treinamentos de ordem militar. A princípio buscavam-se qualidade, excelência física, bravura, coragem, nobreza de caráter e obediência às leis.

O Colégio dos Meninos de Jesus foi a primeira escola fundada em 1549, em Salvador-BA, conhecido como colégio da Bahia, onde foram criadas pelos os jesuítas, segundo Veiga (VEIGA, 2007).

No começo as disciplinas ministradas eram a alfabetização na língua portuguesa por meio do tupi-guarani e tinham também aula de aritmética, canto, catequese e aprendiam a manejar instrumentos musicais, era destinada apenas para os meninos índios (VEIGA, 2007).

Sabemos que o conceito de violência é algo complexo e extenso. Em concordância comichada (1989, p. 8):

> Violência vem do latim violência, que significa violência, caráter violento ou bravio, força. O verbo violar significa tratar com violência, profanar, transgredir. Tais termos devem ser referidos a vis, que quer dizer força, vigor, potência, violência, emprego de força física, mas também quantidade, abundância, essência ou caráter essencial de alguma coisa.

A definição de violência é bastante extensa e está quase sempre relacionada à agressão física ou infrações. São acontecimentos muito incompreensivos, nenhuma área consegue determinar seus distintos fatores no que diz respeito ao ambiente social ou individual. A origem desses acontece desde o início das primeiras civilizações, originando-se a partir de disputas territoriais, crença religiosa status, poder e de luta pela

sobrevivência.

Com base entre agressor e vítima, a Organização Mundial de Saúde (*apud* DAHLBERG, 2002) subdivide em três partes a violência.

- A interpessoal: é a violência nas escolas, violência juvenil, violência nos locais de trabalho, moral ou sexual, aparece com um indivíduo em ocasião familiar e público.
- Violência coletiva: dirige-se para os combates armados; são manuseadas pelos componentes de um grupo contra outro grupo ou comunidade; muitas vezes determinada por razões econômicas ou políticas.
- Violência auto dirigida: Vítima e o ofensor são o mesmo individuo; inclui a automutilação e o suicídio.

As diferenças entre as modalidades de violência nem sempre são claras, esta subdivisão inclui uma classificação em função da violência, que pode se manifestar de forma psicológica, física, sexual, entre tantas outras.

Neste cenário, há uma grande diversidade religiosa, política e socioeconômica, convivendo intensamente e, ao mesmo tempo, nesse ambiente, constituindo o palco dos possíveis resultados da combinação das distintas realidades trazidas pelos alunos e funcionários, desta forma, criando e desenvolvendo as situações sob as quais, o grupo escolar deverá agir.

Portanto, é um problema que sabemos que está longe de ser resolvido, uma vez que a escola deixou de ser considerada um lugar seguro, diante disso é necessárias medidas que contribuam para os educadores e estudantes para diminuir cada vez mais esse número de agressões.

## Ameaça e agressão física na escola

Violências sentidas e vividas são ameaças, é considerado ameaça um ato cujo objetivo é amedrontar, intimidar, criar uma situação de insegurança, para a criança ou adolescente que sofre violência e bullying escolar.

Agressão física, as escolas estão sendo palcos para diversos tipos de violências, a agressão física se manifesta

através de socos, empurrões, queimaduras, entre outros. As brigas com agressões físicas em maior parte ocorrem entre alunos, mas não se podem desconsiderar as agressões que se dão entre alunos aos professores, na maioria das vezes as brigas são por simples motivos, como um esbarrão, futebol, romance, lugar na sala de aula, olhar demais para o outro, entre outros motivos os quais considera-se motivos fúteis.

Abramovay (2005, p. 143) relata que:

> A violência nas escolas se delineia como uma problemática que galvaniza atenção, considerando a mídia e a crescente produção acadêmica sobre o tema. Cada vez mais repercute a ideia de que as escolas estão se tornando territórios de agressões e conflitos. Notícias sobre homicídios e uso de armas em estabelecimentos de ensino surgem em diversas partes do mundo, intensificando a percepção de que esses deixaram de ser um território protegido.

É importante esclarecer também que o bullying é um conjunto de comportamentos agressivos, intencionais e repetitivos que são adotados por um ou mais alunos contra outros colegas, sem motivação evidente. Em princípio pode parecer uma brincadeira simples, mas não deve ser visto dessa forma.

Na verdade, ao primeiro vestígio do Bullying o tema deve ser discutido entre os alunos por agente escolar e depois informado ao gestor da unidade de ensino toda e qualquer situação de bullying, seja agressão moral, verbal e até corporal sofrida pelos alunos provoca dor, angústia e sofrimento na vítima da "brincadeira", podendo em alguns casos causar até depressão.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, todas as crianças e os adolescentes, sem distinção, desfrutam dos mesmos direitos e sujeitam-se a obrigações compatíveis com a peculiar condição de desenvolvimento que desfrutam, rompendo, definitivamente, com aldeia e que

os Juizados de Menores seriam uma justiça para os pobres e desvalidos.

Segundo Saraiva (2010, p. 73), pode-se dizer que "o estatuto da Criança e do Adolescente é a versão brasileira da Convenção das Nações unidas de direitos da Criança.

Para Barretto (2002), ao estabelecer que crianças e adolescentes têm direito à liberdade ao respeito e à dignidade como pessoas em fase especial de desenvolvimento, assegurando lhes direitos civis, humanos e sociais, o Estatuto da Criança e do Adolescente elevou-os à condição cidadãos, retirando-os da situação de meros receptores de benefícios para satisfação de suas necessidades básicas, considerando-os agentes que podem trabalhar, direta ou indiretamente, para a conquista dos direitos contemplados, assumindo, em contrapartida, as obrigações que lixo naturais.

## A preocupação do Bullying como fator de violência na educação

A palavra "Bully" vem de origem inglesa que significa "valentão". Bullying, palavra que não existe na língua portuguesa, revela as formas de agressões propositais repetidas por um indivíduo ou grupo de pessoas contra uma certa vítima. Entende-se, que todas as formas de atitudes agressivas, repetidas e intencionais, que se dão sem motivos evidentes, são condutas prejudiciais que causam angústia e dor.

Segundo Cléo Fante (2005), autora do livro Fenômeno Bullying: Como Prevenir a Violência nas Escolas e Educar para a Paz, é comum a vítima não expor que foi agredida aos pais ou professores, devido ao medo de não ser compreendido e ser repreendido por ambas as partes.

Casos de violência escolar, sem dúvida, são os assuntos mais vistos em manchetes de jornais e revistas, em programas de televisão e de rádios, em filmes e em livros, a agressão ela está direcionada não só aos alunos, mas também aos professores e funcionários do ambiente escolar. Os pequenos atos são praticados repetidamente dentro da sala de aula e escola.

Nesse contexto, urinário, pode-se caracterizar o *bullying*, por atos físicos ou verbais que são dirigidos significativamente

de alunos para alunos no ambiente escolar, acarretando consequências nocivas a sua integridade corporal e ou psicológica.

Segundo Lopes Neto (2005, p 25):

> O bullying compreende todas as atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudante contra outro, causando dor e angústia, sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder [...] consequente da diferença de idade, tamanho, desenvolvimento físico ou emocional, ou do maior apoio dos demais estudantes.

Com essa ótica, a violência é um dos assuntos mais preocupantes e comentados que tem tirado a paz e tranquilidade no dia a dia das pessoas. Não existe lugar certo para a violência acontecer, pode ser nas áreas urbanas, nas áreas rurais, dentro da sua própria casa, nas escolas, nos hospitais, em qualquer lugar, a pessoa não tem mais segurança

A violência e o bullying necessariamente acontecem de maneira explicita, como o direto, que vem em formas de alguma "brincadeira", implicância, boatos, deboche, caretas, apelidos, agressões e o indireto, que vem pela indiferença, quando se é excluído do grupo de trabalho da escola, do time de futebol, das brincadeiras da sala, causando uma tortura para a criança ou adolescente que sofre com essas ações.

O bullying começou a tomar espaço entre os pesquisadores depois da grande incidência de casos ocorridos que ganharam espaço na mídia. Os casos que tiveram um maior destaque no Brasil:

Na visão de Laudano (2017, online), diz que:

> O tiroteio ocorrido nesta sexta feira (20) em escola particular de Goiânia, que deixou dois adolescentes mortos e outros quatro feridos, não chega a ser exceção no país. Casos similares e acontecera em diferentes regiões

> do país, com atiradores (aluno sou não) dentro de escolas abrindo fogo contra estudantes e outras pessoas nesses locais. Os casos mais conhecidos aconteceram em Taiova, no interior de São Paulo, em 2003; e em Realengo, no Rio, em 2011.

Citamos alguns casos que tiveram uma maior repercussão na mídia, todos esses casos tiveram uma única, alegação, o *bullying*.

Perante os pontos de vista tratados, estabelece o *bullying* como uma revelação da violência no ambiente escolar defina pela união de atitudes agressivas, repetitivas e intencionais que propõem o assédio moral da vítima por meio do poder, para responder os interesses dos possuidores de uma posição privilegiada.

## METODOLOGIA

Para efetivar a referida pesquisa foram realizadas a pesquisa bibliográfica, qualitativa, com foco na revisão da literatura em artigos científicos, livros, entre outras fontes que abordam o referido tema.

A pesquisa bibliográfica necessita ser subsidiada através do planejamento do trabalho e adoção de critérios para facilitar à produção do estudo científico, ou seja, a pesquisa é entendida como planejamento, que envolvimento dos lógicos e etapas, dentro do trabalho.

De acordo com Fonseca (2002, p. 32), é realizada:

> [...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meio de gritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na

> pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Dessa maneira, a metodologia resulta de procedimentos a serem utilizados pelo pesquisador não obtenção do conhecimento. É a aplicação do método, por meio de processos e técnicas, que dão legitimidade do saber obtido.

## RESULTADO E DISCUSSÃO

Como se pôde observar no decorrer do trabalho, a violência é um fenômeno que aflige a toda sociedade, não se restringindo a cor, sexo, grupo ou condição social. Ela afeta a todos em qualquer lugar.

E a escola, por ter o seu papel de formação social, torna-se vulnerável, além de reproduzir as mais variadas formas de violência, ela acaba produzindo formas novas, decorrentes das mais variadas situações, como o bullying e a oposição a regras instrucionais, que podem passar de meros atos de indisciplina a situações de violência mais graves.

Assim, a violência na escola mostra a realidade não vista por um todo, este tema aborda as verdadeiras dificuldades vividas e não solucionadas entre crianças e adolescentes.

Qual a solução para diminuir o número de casos de violência nas escolas, analisar as principais causas e problemas que ajuda o favorecimento da violência escolar, assim como os agentes que motivam:

- Mostrar opções a que venha ajudar o comportamento dos alunos que causam.
- Quais motivam que levam o agressor a fazer tais atos;
- Identificar maneiras eficazes para inserir crianças e adolescentes que sofreram agressões na vida social e psicologicamente;
- Supor medidas que ajudem os órgãos públicos e responsáveis a diminuir o percentual de violências nas escolas

públicas;

• Mostra diferença da violência escolar entre escolas públicas e privadas.

É notório que a agressividade verbal e física tem se tornado uma constante nas escolas e proporcionando assim o surgimento de problemas para os educadores e familiares.

Segundo o autor Barreto (2002, p. 27), no livro "Violência na escola" retrata a opinião da pedagogia institucional. Trata-se da tentativa de entender o fenômeno da violência nas escolas contra as instalações, contra os professores e dos alunos uns contra os outros, analisa os fundamentos socioeconômicos e familiares da violência, em uma tentativa de apontar possíveis soluções para o problema.

Sabemos que a violência escolar é um assunto abrangente, isso implica no surgimento de diferentes tipos de violência. As mais comuns praticadas é violência física, onde o agressor pode usar força física através de murros, chutes entre outras. Além da violência verbal, onde a vítima na maioria das vezes fica oprimida e triste diante da situação que foi colocada, causando danos psicológicos, levando até a morte e a violência em ambientes virtuais.

Diante do exposto, destacamos que a compreensão da palavra "violência", não é tema de debates atuais, mas de longa data, há uma dificuldade para se acordar um significado comum, já que "é definitivamente uma palavra-valor, uma palavra que implica referências éticas, culturais, políticas" (CHARLOT, 2006, p. 24), ou seja, proporciona uma considerável abrangência de significados possíveis, carregados de intenções, ideologias e valores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que a "violência escolar" vem ganhando uma proporção cada vez maior, é um problema que afeta muitas pessoas no âmbito escolar e com isso existe uma parcela de pessoas mais prejudicada. Esse tema é de extrema importância, já quem a percentagem de pessoas que sofrem graves problemas em consequência da violência escolar é relevante, e com isso

profissional e familiar devem se atentar em sinais demonstrados pelas vítimas em tais agressões, buscando assim adotar políticas para ameninar e solucionar tais problemas. Trazendo assim para crianças e adolescentes um ambiente prazeroso e saudável.

Com isso, é possível afirmar que a direção pode contribuir na organização da equipe escolar, para que os agentes envolvidos direcionem seus esforços na mesma direção, em outras palavras, trabalhar em harmonia para o pleno funcionamento da escola, elevando a qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem, além disso, minimizando os eventos de violência que são considerados "comuns" por causa da sua frequência de ocorrência.

Diante do exposto e levando em consideração o tamanho da complexidade do problema, que pode apresentar diversas possibilidades com situações variadas e que muitas vezes são situações entendidas de forma equivocada, percebemos que o Bullying traz danos não apenas para a vida escolar, pessoal e psicológica dos alunos, como para as instituições escolares, logo, deve ser algo analisado e prevenido por todos que compõem a escola.

A violência vem adquirindo cada vez mais importância e dramaticidade no mundo contemporâneo. Segundo os autores pesquisados, a violência tem suas raízes na cruel desigualdade social, econômica e cultural que perpassa as relações humanas, sendo muitas as suas expressões, os sujeitos envolvidos e as suas consequências.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: UNESCO; Observatório de Violência; Ministério da Educação, 2005.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BARRETTO, V. Educação e violência: reflexões preliminares. *In:* ZALUAR, A. (Org.) **Violência e educação**. São Paulo: Cortez, 2002.

CHARLOT, B. Prefácio. *In:* ABRAMOVAY, M. (Coord.). **Cotidiano das escolas**: entre violências. Brasília: UNESCO; Observatório de Violência; Ministério da Educação, 2006.

DEBARBIEUX, E. A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto. **Educação e Pesquisa**, v. 27, n. 1, Jan./jun., 2001.

DEBARBIEUX, E.; BLAYA, C. (orgs.) **Violências nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

FANTE, C. **Fenômeno Bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. São Paulo: Verus, 2005.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar Políticas, Estruturas e Organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LARISSA, L. **De Taiúva a Realengo, relembre outros casos de**

**atiradoresemescolas do país.** Disponível em: https://diariodegoias.com.br/de-taiuva-a-realengo-relembre-outros-casos-de-atiradores-em-escolas-do-pais/. Acesso em: 03 maio 2022.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

LOPES NETO, A. A. Bullying: Comportamento agressivo entre estudantes. **Revista da Sociedade Brasileira de Pediatria**, 2005.

SANTOS, J. V. T. A violência como dispositivo de excesso de poder. **Soc. estado**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 281-298, 1996.

SILVA, A. B. B. **Bullying**: Cartilha 2010- Projeto Justiça nas Escolas. Brasília, 2010.

SARAIVA, J. B. C. **Compêndio de direito penal juvenil**: adolescente e atoinfracional. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

VEIGA, C. G. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VANNUCHI, P. de T.; OLIVEIRA, C. S. de. **Direitos humanos de crianças e adolescentes20 anos do Estatuto**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

# CAPÍTULO 5:

## O BULLYING NAS ESCOLAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O ESTUDANTE

# 05
# O BULLYING NAS ESCOLAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O ESTUDANTE

José Ailson Ferreira de Oliveira[12] // Evanilda de Brito Lopes[13] // Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares[14]

## INTRODUÇÃO

O presente artigo cientifico discute sobre o trabalho do profissional pedagogo frente ao *bullying* nas escolas e suas consequências para o estudante. Portanto o *bullying* possui diversas formas de se apresentar, todavia, segundo Constatini (2004), o *bullying* se apresenta como um comportamento ligado a agressões de diversas etiologias, sendo físicas, verbais ou até mesmo psicológicas que podem ser efetuadas tanto individual quanto grupal.

A agressão geralmente ocorre em crianças consideradas fora do padrão estipulado pela sociedade, ou de classe inferior à que está inserida, com isso, acaba sofrendo inúmeros ataques de natureza citada acima. A grande maioria dos autores que publicam e abordam a temática do *bullying* nas escolas articulam que a prática do *bullying* configura um crime segundo a Lei de nº 13.185/2015, ela classifica o ato do *bullying* como uma intimidação sistemática com a presença de violência de diversos tipos, de maneira contínua.

A lei nº 13.185/2015 institui o Programa de Combate a intimidação Sistemática em todo o território nacional. Ela passa a obrigar que todos os ambientes escolares adotem medidas de combate e prevenção ao *bullying*.

---

[12] Graduando de pedagogia pela Faculdade do Maciço de Barurité. Email: joseailsonjjx@gmail.com.
[13] Mestre em Ciências da Educação pela /ULHT, Especialização em Políticas Públicas /FIP, Gestão Escolar e Psicopedagogia Institucional e Clinica. Graduada em PEDAGOGIA pela UFRN. Professora da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense/FAMEN. Email: evanilda@famen.edu.br.
[14] Pós-doutora pela Universidade do Minho, em Portugal e pela UFPI. Email: andrezza.tavares@ifrn.edu.br.

Anterior a aparição da pandemia do covid-19, onde se foi obrigado manter o distanciamento social, e com isso as aulas serem de forma virtual, o *bullying* é praticado dentro do contexto escolar, sendo o profissional pedagogo o maior mediador de tal conflito. Atualmente, dentro da atual circunstância de isolamento social ainda pode-se observar o bullying se apresentando como *cyberbullying*, ou seja, *bullying* inserido no contexto da internet.

A temática é de extrema relevância no ambiente escolar, onde é possível observar a urgência de práticas educativas e que enfrentem essa problemática, potencializando a prevenção como mais um meio de promover o bem-estar social.

Nesse sentido, a referida pesquisa fez uso da metodologia bibliográfica e qualitativa e elegeu como principais teóricos Antunes (2008), Lopes (2005), Silva (2010), Sousa (2010), entre outros pesquisadores os quais afirmam que aqueles alunos mais tímidos e retraídos serão alvos de *bullying* e que as testemunhas necessariamente terão algum tipo de transtorno durante a fase adulta.

Um problema tão sério, preocupante e recorrente nas instituições escolares como o cyberbullying, para Wendt *et al* (2014), é denominado como um novo tipo de *bullying* sendo realizado no ciberespaço (internet), tendo como apoio todas as milhares de ferramentas tecnológicas de fácil acesso.

Sendo o profissional pedagogo que se encontra a frente da turma, e o profissional mais próximo dos alunos, os conhecendo bem tem total capacidade de reconhecer quaisquer mudanças no comportamento de determinado aluno, e é de suma importância que o mesmo saiba identificar o *bullying* e suas derivações.

O pedagogo deve ainda, intervir ao identificar qualquer tipo de agressão, e sempre se valer da família dos e dos próprios alunos para que possa instituir medidas de prevenção, fazendo com que não sejam trazidos prejuízos de curto e longo prazo aos seus estudantes mediante o sofrimento de tal prática.

A família ou responsável do estudante é de fundamental importância para a identificação precoce de quaisquer atos

violentos, e que tal ato seja referido o mais rápido possível ao professor, para que o mesmo possa tomar as medidas cabíveis, evitando maiores transtornos e sofrimentos. A família pode e deve contar com o total apoio e ajuda do pedagogo para solucionar o problema, pois, alguns familiares não sabem conduzir a situação da maneira apropriada, causando assim maiores sofrimentos.

Antunes (2008, p. 127), "diz que a aceitação pelos companheiros é fundamental para o desenvolvimento da saúde de crianças e adolescentes, aprimorando suas habilidades sociais e fortalecendo a capacidade de reação diante de situações de tensão"

Assim, as vítimas do bullying muitas vezes fazem parte do quadro de evasão escolares, por não conseguirem suportar tamanha pressão e por não encontrarem apoio no espaço escolar, por medo de denunciar, por falta de informação dos professores que não conseguem identificar o problema, dessa forma não dando a devida orientação ao caso, de toda forma a vítima sofre, acaba se retraindo e se isolando socialmente. Segundo Lopes (2005, p. 39) "para os alvos de bullying, as consequências podem ser depressão, angústia, baixa autoestimas, estresse, absentismo ou evasão escolar."

A escola é de grande significância para as crianças e adolescentes, e os que não gostam dela têm maior probabilidade de apresentar desempenhos insatisfatórios, comprometimentos físicos e emocionais à sua saúde ou sentimentos de insatisfação com a vida.

Os relacionamentos interpessoais positivos e o desenvolvimento acadêmico estabelecem uma relação direta, onde os estudantes que perceberem esse apoio terão maiores possibilidades de alcançar um melhor nível de aprendizado.

## REVISÃO DE LITERATURA

É importante apontar que o *bullying* é atitude de cunho intencional e premeditada, sistematizados e planejados, realizado de forma repetitivo nos mais diferentes tipos de agressões, sobretudo no meio escolar ou fora dele. Essas

atitudes geralmente não apontam causas especificas ou justificáveis, que de forma quase espontânea os denominados mais fortes utilizam os mais fracos como simples objeto de diversão e humilhação as suas vítimas (MELO, 2010).

Portanto, o agressor pode agir sozinho ou em grupo. Os agressores apresentam, desde muito cedo, aversão às normas, não aceitam serem contrariados ou frustrados, geralmente estão envolvidos em atos de pequenos delitos, como furtos, roubos ou vandalismo, com destruição do patrimônio público ou privado. Para Silva, (2010, p. 43) "Odes empenho escolar desses jovens costuma ser regular ou deficitário", no entanto, em hipótese alguma, isso configura uma deficiência intelectual ou de aprendizagem por parte deles.

## O *bullying* no ambiente escolar

O bullying tem se mostrado cada vez mais presente no espaço escolar e os educadores precisam estar atentos à identificação de agressores e agredidos de forma que seja preservada a integridade física, psicológica, com garantia do aprendizado na sala de aula.

A escola é o local onde os jovens passam a maior parte do seu tempo, e tem contato com um elevado número de pessoas, logo, são nesses locais que ocorrem o maior índice de crime de bullying.

Para Ramos, (2009 p. 29), diz que:

> Entre as atividades exercidas pelos alunos está o fato de ser incentivado a competir e estar sempre comparando os padrões pré-determinadas juntamente como o modelo que é apresentado na escola, que na grande parte são modelos de cunho competitivos e capitalistas. Alguns modelos pedagógicos apresentam de forma mascarada aspectos culturais que de certa forma podem promover a pratica do bullying.

Portanto, são impostos os padrões de beleza, então, os

alunos que não se encaixam neles, acabam sendo vítimas de agressões verbais ou até físicas, por outros alunos, o que desencadeia futuros problemas psicológicos.

A incidência de agressões verbais, psicológicas ou físicas vem crescendo significativamente nas escolas brasileiras, onde no ano de 2021, segundo dados do IBGE (instituto brasileiro de geografia e estatística) 23% dos estudantes relataram terem sido vítimas de casos de bullying. Na mesma pesquisa, uns em cada cinco jovens vítimas de agressões na escola afiram que não valia a pena viver.

Mediante crescente dos casos, o pedagogo deve estar preparado para atuar em situações de violência entre alunos, sabendo então identificar possíveis casos, como agir interrompendo-os.

Segundo Lopes, (2005 p. 84) nos afirma que:

> O problema de bullying na escola é evidente e muitas culturas e que se julga, sim, necessária a intervenção de profissionais especializados para instruir os responsáveis por ambientes que possa vir a desenvolver essa prática que pode resultar traumas carregados para sempre na vida dessas pessoas.

Nesse sentido, se faz necessário possibilitar e ampliar a relação escola e família, pois é através dela que muitas vezes conseguimos vencer obstáculos. A relação entre família e escola deveria ocorrer com maior troca de informações e não apenas a participação em eventos formais, tais como reuniões e outros.

De acordo com, Pereira (2009, p. 83) afirma que:

> A família é uma organização social complexa, um microcosmo da sociedade, onde ao mesmo tempo se vivem as relações primárias e se constroem os processos identifica tórios. É também um espaço em que se definem papéis sociais de gênero, cultura de classe e se reproduzem as bases de poder.

Dessa forma devem estar atentos os responsáveis pelos estabelecimentos de ensino para identificar os envolvidos com o bullying. Divertem-se à custa do sofrimento alheio. Já as vítimas, no recreio encontram-se isoladas do grupo, ou perto de adultos que possam protegê-las; na sala de aula apresentam postura retraída, faltas frequentes, mostram-se comumente triste, deprimidas ou aflitas; nos jogos ou atividades em grupo sempre são as últimas a serem escolhidas ou são excluídas, aos poucos vão se desinteressando das atividades e tarefas escolares.

## O papel do pedagogo ao enfrentamento do *bullying*

O contexto de violência no âmbito escolar são ações que ocorrem diariamente, consequentemente, o profissional pedagogo tem um papel de suma importância no que diz respeito à identificação e prevenção de casos bullying nas escolas. Ele deve estar apto para reconhecer situações de agressões e como contorná-las, além de problemas futuros deixados pelos atos sofridos durante o período escolar.

Fante faz uma alerta que as vítimas de Bullying podem suportar os ataques sem que nenhum responsável fique sabendo da sua dor, por isto é interessante que o pedagogo tenha um bom relacionamento com seus alunos, para que possa detectar ações de injúria (ANTUNES, 2008).

É primordial que o professor não despreze ou desvalorize situações de *bullying*, e vá a fundo à investigação, buscando a família de ambas as partes, tanto a agredida quanto do agressor, para que tais atos cessem, e não evoluam para problemas maiores.

Nesse sentido, é comum na prática pedagógica o docente observar quer certos alunos possuem dificuldades em se relacionar com os colegas, seja por timidez, por traços característicos de personalidade ou se não se sente seguro, ou possui baixa estima, seja por não se enquadrar nos padrões físicos exigidos pela mídia atual, por baixa condição financeira, ou se ainda sofre algum tipo de bullying seja no ambiente familiar, ou mesmo escolar.

De acordo com a Silva (2010 p. 49) afirma que:

> Identificar precocemente o fenômeno bullying na escola, por pais e professores é de suma importância. Já que as crianças normalmente não relatam o sofrimento ou constrangimento vivenciado na escola, por medo até de represálias ou vergonha, diante disso a observação dos pais sobre o comportamento dos filhos é fundamental, assim como o diálogo honesto entre eles.

Assim, a escola é um leque de possibilidades para a exploração e identificação das possíveis estratégias que fariam parte da prevenção e intervenção do *bullying*, considerando a realidade que vive e convivem as personagens deste cenário, destacando também a formação continuada dos professores, projetos educativos, palestras educacionais e de conscientização para todos que fazem parte do corpo escolar e que incluem a família.

A escola e alunos teriam consciência de que as ações de preconceito trazem consigo consequências pesadas pela lei, pois, afligem o código de convivência em sociedade.

Para isso, a escola deve instituir práticas que possam eliminar a prática do *bullying*, semeando a inclusão, a tolerância, o respeito e a felicidade, podendo ajudar as vítimas e também os agressores do *bullying* a perceberem que estão diante de um mundo desumano que pode ser mudado através de relações saudáveis que buscam edificar uma cultura de paz.

## A educação como meio de combate ao *bullying*

No âmbito escolar, são diversas as manifestações de violência, algumas são direcionadas a professores e a funcionários; outras, a alunos.

No entanto, a análise que se pretende realizar é a respeito da violência que é silenciada pelo medo e que se convencionou chamar de *bullying*, denominação inglesa que é utilizada para qualificar comportamentos agressivos, manifestados na escola e realizados de maneira recorrente intencional por parte dos

agressores (SOUZA, 2010), através de agressões físicas ou psicológicas como chutar, empurrar, apelidar, discriminar e excluir, que ocorre entre colegas sem motivação aparente e com uma reincidência significativa.

Ao pensar que o *bullying* só é problema dos educadores quando ocorre do portão para dentro. É papel de a escola construir uma comunidade na qual todas as relações sejam respeitosas. A escola também é responsável nos casos de *bullying*, pois é lá onde os comportamentos agressivos e transgressores se evidenciam ou se agravam na maioria das vezes.

Com essa ótica, a instituição escolar não pode legitimar a atuação do autor da agressão nem o humilhar ou puni-lo com medidas não relacionadas ao mal causado, como proibi-lo de frequentar o intervalo. O alvo de *bullying* precisa ter a autoestima fortalecida e sentir que está em um lugar seguro para falar sobre o ocorrido. Quando o aluno resolve conversar, não recebe a atenção necessária, pois a escola não acha o problema grave e o trata de forma inadequada os casos relatados por pais e alunos, responsabilizando a família pelo problema.

Muzell (2011, p. 29) diz que é "papel dos educadores sempre dialogar com os pais sobre os conflitos, seja o filho alvo ou o autor do *bullying*." É preciso conversar com os pais sobre alguns comentários simples, que julgam inofensivos e divertidos, são carregados de ideias preconceituosas. O ideal é que a questão da reparação da violência passe por um acordo conjunto entre os envolvidos, na qual todos consigam enxergar em que ponto o alvo foi agredido é importante restaurar a relação de amizade.

Portanto, a função da educação diante do *bullying* é reconhecer a existência da problemática e traçar estratégias para estaca também que mais amplamente e para além das responsabilidades definidas no âmbito das escolas, a preocupação em prevenção ao *bullying* e das formas de violência que em geral devem e podem ser pensadas desde os primeiros anos de vida do indivíduo, dessa forma a família seria a primeira a se preocupar em transmitir uma cultura de paz, porém a escola, a sociedade e o Estado não estão eximidos dessa responsabilização.

Vale destacar que os problemas relatados, em sua

maioria, apresentam uma marcação genética considerável, ou seja, podem ser herdados dos pais ou de parentes próximos.

No entanto, a vulnerabilidade de cada indivíduo, aliada ao ambiente externo, às pressões psicológicas e às situações de estresse prolongado, pode deflagrar transtornos graves que se encontravam, até então, adormecidos.

Desta forma, devemos refletir de maneira bastante conscienciosa que, além de o *bullying* se ruma prática inaceitável nas relações interpessoais, pode levar a quadros clínicos que exijam cuidados médicos e psicológicos para que sejam superados.

Percebemos que o *bullying* se apresenta como um fenômeno social complexo, com características próprias que o diferencia de outros atos violentos. A importância de se estudar o fenômeno decorre do aumento da incidência da violência no ambiente escolar nas últimas décadas.

Esse fenômeno é apresentado como sendo físico, verbal, relacional, sexual ou virtual e as vítimas podem ser atacadas pela combinação destas formas de bullying.

## METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão da literatura com foco na metodologia bibliográfica e qualitativa. A revisão da literatura visa resumir todas as informações pesquisadas sobre o tema abordado, de maneira imparcial e completa.

De acordo com Gatti (2004, p. 136):

> [...] A pesquisa qualitativa tem por objetivo trazer a tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só aminha visão em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem ame dizer a respeito, não desconectamos esse sujeito de sua estrutura, buscamos entender os fatos, a partir da interpretação que faz os mesmo sem relação a sua vida cotidiana.

A revisão integrativa da literatura é definida como um meio de estudo o qual possibilita resumir os resultados encontrados durante as pesquisas sobre um determinado tema escolhido previamente. Logo, o presente estudo que foi elaborado através de interpretações, reflexões e análises de variados livros, artigos e revistas científicas.

Gil (2002, p. 12), relata que:

> A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Desta maneira poderemos obter informações sobre a situação atual do fenômeno *bullying* e de como o mesmo é definido por autores brasileiros e estrangeiros, identificando suas possíveis ambiguidades, falhas de demarcação do conceito e disputas teóricas no campo acadêmico sobre a autoridade de quem pode falar sobre a violência na escola.

Assim, a sociedade vem se deparando com o aumento da violência nas escolas, sendo vários episódios envolvendo agressões verbais, físicas e simbólicas aos atores da comunidade escolar.

A escola é um local onde se espera que haja conhecimentos e valores que proporcionem condições para se desenvolver as diferentes competências, comunicativa, autonomia, e não alguma forma de violência.

## RESULTADO E DISCUSSÃO

Este estudo buscou relatar de forma reflexiva sobre as causalidades impostas pelo *bullying* na escola, sempre tentando fazer uma relação entre as causas da prática da violência na escola e o seu meio de formação social, que é o ambiente familiar e escolar. O assunto por muito amplo e por envolver

diversas opiniões, necessita se estudos mais profundos acerca do mesmo, para que um dia se possa ter uma real certeza do que pode levar a existência da agressão na escola e um método que possa ser eficaz no combate a estas práticas de violência na escola.

A escola, junto com a família tem a missão de proporcionar aos alunos um ambiente harmonioso que contribua na formação de seres humanos autênticos, participativos e de autoestimas elevada, pois assim estar se formando pessoas que se amam, que se cuidam, que se aceita, se respeitam e se fazem respeitar, se sentem seguras de si, reconhecem seus valores e virtudes, assim como suas limitações.

Dessa forma, é fundamental que se construa uma escola que não se restrinja a ensinar apenas o conteúdo programático, mas também onde se eduquem as crianças e adolescentes para a prática de uma cidadania justa, juntamente com a comunidade e pais tanto os, pois, como a criança já traz consigo sua bagagem de conhecimento, de casa ou da rua, o preconceito e a intolerância já vêm implantados no mesmo e é trazida para dentro da escola, por isso a escola tem que trabalhar com todos, a partir do respeito e solidariedade com o outro.

Portanto, é caracterizado por agressões físicas e psíquicas, o bullying vem se tornando cada vez mais comum nas escolas brasileiras, tornando cerca de 16,2% de jovens e 43% de crianças vítimas dessa ofensiva prática, trazendo transtornos maiores como a depressão, ansiedade e TDAH (transtorno de déficit de atenção com hiperatividade), fazendo com que jovens e crianças necessitem de acompanhamento psicológico, para superar traumas advindos do bullying. Algumas crianças chegam a precisar de atendimento médico, devido às agressões físicas realizadas por grupo contra uma só pessoa.

Logo, cabe ao pedagogo conhecer as inúmeras formas de apresentação deste crime, para que consiga erradicá-lo, combatê-lo e preveni-lo.

As escolas em conjunto com seus professores, devem adotar o Programa de Combate à intimidação sistemática, tendo como objetivo combater a prática de intimidação, implantar campanhas de educação e conscientização, da

assistência psicológica além de capacitar os docentes e toda a equipe pedagógica no que diz respeito a solucionar problemas advindos das práticas abusivas.

Os estudos evidenciaram que a violência não pode ser analisada de forma simplificada e que requer uma reflexão sobre as transformações sociais e sobre como as relações estão sendo constituídas.

Os estudos destacaram a importância de um trabalho com os educadores, uma vez que estes estão próximos dos alunos no cotidiano escolar e podem identificar as situações de bullying. Apontaram para a responsabilidade da escola com a comunidade, precisa atuar no sentido de criar um espaço de convívio sadio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a luz dos fatos apontados no decorrer do estudo, evidencia-se a necessidade do bullying ser alvo de discussão entre professores e escola, professores e pais/responsáveis, bem como entre professores e alunos. Só mediante várias conversas, exposições sobre as consequências acarretadas pelo bullying, é que será possível ter um ponto final.

Os pedagogos, sendo os profissionais mais próximos aos alunos, os conhecem bem, logo, são peças fundamentais para o reconhecimento de um cenário de atos de intimidação, podendo conversar com ambas as partes envolvidas e pôr um fim, *bullying*, através de ações, rodas de conversas e palestras de profissionais psicólogos demonstrando na prática as reais consequências psíquicas que ficam no aluno violentado.

Mediante o exposto, toda a comunidade escolar deve saber combater o mal do *bullying* e *cyberbullying*, para que nenhuma outra criança e adolescente passe por tais atos.

O *bullying* não possui um único fator para sua ocorrência no ambiente escolar, tendo a violência física, a violência indireta ou a violência simbólica como ações presentes em suas manifestações. A violência na escola nesse sentido é vista como uma extensão da problemática social. Sendo assim, políticas de combate ao *bullying* devem considerar a violência e suas

causas desde uma perspectiva social.

Com o presente estudo, buscaram-se relatar a veracidade, evidência e efetividade do *bullying* nas escolas e na sociedade, buscando-se os mecanismos de combate e eliminação de tais práticas, depreciativamente, interpessoais. Para que isso ocorra é necessário que todos se sensibilizem e se conscientizem que o problema existe nas diferentes culturas e sociedades.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, D. C.; ZUIN, A. A. S. Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. **Psicologia e Sociedade**, v. 20, n. 1, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistémica (Bullying). Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério da educação. **Especialistas indicam formas de combate a atos de intimidação**. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34487. Acesso em: 10 maio 2022.

GATTI, B. A. Estudos Quantitativos em Educação. **Periódico Educação e Pesquisa**. São Paulo, 2004.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOPES, N. A. A. L. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. **J. Pediatr**, vol. 81, n. 5, 2005.

MELO, J. A. de. **Bullying na escola**: como identificá-lo, como preveni-lo, como combatê-lo. 3. ed. Recife: EDUPE, 2010.

MUZELL, L. E. Debarbieux fala sobre o combate ao bullying. **Nova escola**, 2011.

PEREIRA, S. M. de S. **Bullying e suas implicações no ambiente escolar**. São Paulo: Paulus, 2009.

RAMOS, E. F. **Violência escolar e bullying**: o papel da família e da escola. Brasil escola. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, A. B. B. **Bullying:** Cartilha 2010 Projeto Justiça nas Escolas. Brasília, 2010.

SOUSA, M. A. *et al*. Estratégias de ações do pedagogo diante de alunos que praticam e dos que são alvos de bullying. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense, vol.1, 2010.

WENT, G. W. *et al*. Compreendendo o fenômeno do cyber bullying. **Temas da psicologia**, vol. 22, n. 1, 2014.

# CAPÍTULO 6:

## DISLEXIA: CONTEXTO ESCOLAR, FAMILIAR E SOCIAL

# 06
# DISLEXIA: CONTEXTO ESCOLAR, FAMILIAR E SOCIAL

Josefa Rozeane Silva Rocha[15] // Evanilda de Brito Lopes[16]

## INTRODUÇÃO

Ao abordar o assunto "Dislexia", percebe-se uma grande insegurança em relação ao educador e suas práticas pedagógicas. A realidade vista é que, não só o professor em sala tem uma certa dificuldade e desconhecimento sobre o tema, o principal desconhecedor é a família, onde há o maior interesse no aprendizado do aluno. Baseando-se nessa temática foi construído o propósito deste artigo, tentando mostrar o que realmente é a dislexia, quais suas causas e como lidar com ela.

Dislexia é uma dificuldade desproporcional de aprendizagem da leitura, onde a pessoa disléxica não consegue ler. Conforme o conceito do autor, Dehaene (2012, p. 253), "a dislexia está associada a um déficit na manipulação mental dos fonemas". Onde a criança aponta várias anomalias características. A análise do lobo temporal está desorganizada, fazendo assim, com que sua ativação no fluxo da leitura seja insuficiente.

O referido autor afirma que a dislexia se trata de uma dificuldade enorme de aquisição da leitura, que não pode se explicar por um retardo mental, déficit sensorial, por um ambiente social ou familiar desajustado.

No entanto, estudos de genética comportamental, conduzidos na universidade do Colorado por John de Fries mostram que, quando um indivíduo é cometido de dislexia, há 50% de chance de que um parente mais direto sofra da mesma patologia, pois a dislexia, na maioria dos casos, contém fortes

---

[15] Graduando de pedagogia pela Faculdade do Maciço de Barurité. Email: rozerocha1408@gmail.com.

[16] Mestre em Ciências da Educação pela /ULHT, Especialização em Políticas Públicas /FIP, Gestão Escolar e Psicopedagogia Institucional e Clinica. Graduada em PEDAGOGIA pela UFRN. Professora da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense/FAMEN. Email: evanilda@famen.edu.br.

bases genéticas.

Para associação Brasileira de Dislexia (ABD), a dislexia é entendida como uma condição hereditária com alterações genéticas. Alguns estudos realizados mostram que há predominância da dislexia no sexo masculino.

Topezews kiconcordado (2010, p. 19) afirmar que:

> A dislexia é considerada como quadro hereditário; o risco estimado de um homem disléxico ter um filho com as mesmas características é de 40% e uma mulher disléxica é de 36%. As várias publicações revelam que 23% a 80% dos portadores de dislexia têm parente disléxico. Estudos realizados com gêmeos idênticos e gêmeos fraternos indicam que a probabilidade é maior dos idênticos serem disléxicos do que os fraternos. Em cerca de 70% dos gêmeos idênticos ambos são disléxicos. Os estudos genéticos revelam a existência de alterações em nove cromossomos mapeados e em quatro genes considerados candidato.

Portanto, este artigo tem por finalidade mostrar as principais dificuldades que a dislexia gera em crianças que estão em processo de desenvolvimento da leitura, destacando como podemos identificá-los e ter um diagnóstico mais preciso, facilitando assim, para o pedagogo junto à família e profissionais da área, a busca de métodos fundamentais que supram as necessidades que, por circunstância do problema, fica a desejar.

## REVISÃO DE LITERATURA

A dislexia é associada a anomalias no deslocamento dos olhos sobre a página, ou a má aplicação do contexto significativo ou sintático das palavras na frase. É difícil para pais e professores reconhecer uma criança disléxica, porque fora sua inabilidade para aprender a ler e a escrever, ela é geralmente como uma criança qualquer.

Segundo Ellis, (2005, p. 135), define que,

> Dislexia é uma dificuldade de aprendizagem de origem neurológica. É caracterizada pela dificuldade com a fluência correta na leitura e por dificuldade na habilidade de decodificação e soletração. Essas dificuldades resultam tipicamente do déficit no componente fonológico da linguagem que é inesperado em relação a outras habilidades cognitivas consideradas na faixa.

De acordo com Dehaene (2012), para os descobridores da dislexia Morgan, Hinshelwood e Orton, compreendiam como uma patologia fundamentalmente visual. Para eles o processo visual dos disléxicos embaralhava e confundia as letras, principalmente aquelas que se parecem perante o espelho como, "b" e "p" ou "b" e "d". "A grande maioria das crianças disléxicas, com efeito, de um déficit particular na conversão dos signos escritos aos fonemas de sua língua" (DEHAENE, 2012, p. 256).

**Como lemos e o que é a dislexia?**

Baseando-se em estudos do autor Dehaene é visto que, o desenvolvimento da leitura começa no olho. O nosso olho tem uma retina, conhecida como fóvea, que possui uma resolução bastante eficiente para reconhecer os detalhes das letras.

Para que a leitura aconteça, colocamos o olhar sobre a folha, identificando, a cada pausa do olho, uma ou duas palavras que são divididas em milhões de fragmentos, que devem ser restaurados antes de ser reconhecido. Em seguida são transferidas para duas vias paralelas de tratamento, a via fonológica, que permite converter a cadeia de letras em sons da língua, e a via lexical, que permite acessar um dicionário mental onde está armazenado o significado de cada palavra, e assim acontece a leitura.

Existem casos de lesões cerebrais, onde algumas pessoas que sofreram essa lesão têm uma extrema dificuldade de ler,

essa contrariedade é chamada de "alexia pura e dislexia". Isso pode ocorrer quando o indivíduo sofre um acidente vascular. Essas doenças também podem ser genéticas.

Alexia pura é uma perturbação da leitura sem comprometimento da escrita, associada a uma "cegueira verbal". É chamada de alexia pura porque está intacta a linguagem oral, a escrita, o reconhecimento visual dos objetos e mesmo dos números, o reconhecimento tátil ou gestual das letras está normal, apenas a leitura oral das palavras é afetada.

Alguns pacientes com alexia, nos casos mais críticos, não conseguem mais ler as palavras e nem mesmo as letras isoladas. Na maioria das vezes decifram as palavras e nomeia as letras uma a uma.

Dislexia é uma dificuldade desproporcional de aprendizagem da leitura, pode ser consequência de um acidente vascular, como também, pode ser genético, onde há 50% de chance de um parente direto de um disléxico sofrer da mesma patologia.

Segundo Dehaene (2012, p. 253) afirma que: "A dislexia está associada a um déficit na manipulação mental dos fonemas. O cérebro das crianças disléxicas apresenta várias anomalias características: a anomalia do lobo temporal está desorganizada, sua conectividade está alterada, sua ativação no curso da leitura é insuficiente".

O objetivo da leitura é de compreender os textos escritos, porém os problemas da maior parte dos disléxicos são primordiais de um grau mais fundamental, que é o da palavra, seu cérebro se caracteriza principalmente por uma diminuição de atividade na região temporal esquerdo. Ao lerem palavras isoladas, erros e bastante lentidão são apresentadas, com isso, ocorre a dificuldade severa da compreensão de frases e textos.

Uma pessoa sem dislexia ao ler, usa a via lexical, ou seja, no momento em que bate o olho na palavra consegue ler de imediato, já o disléxico tem dificuldade de usar a via lexical e usam a via fonológica, onde juntas as silabas para conseguir ler a palavra.

Segundo a Associação Brasileira de Dislexia (ABD), a dislexia afeta 15% da população mundial, é um número extremamente alto. Porém, Davis (2004) afirma que, a mesma é um

talento latente que possui transtorno de aprendizagem. Ao abordar sobre a dislexia, julga-se ser um problema irreversível, entretanto tem várias formas de tratamento e maneiras para reverter os efeitos causados por este distúrbio.

O fato de possuir um problema com a leitura, escrito e ortografia não quer dizer que a criança não seja inteligente, pelo contrário, a dislexia deixa a desejar na parte da linguagem, no entanto, desperta outras partes da mente, produzindo, muitas vezes, grandes gênios. Alguns disléxicos dispõem de talentos natos, habilidades especiais e dons extremamente inteligentes.

Davis (2004, p. 31) cita algumas habilidades do disléxico:

> Utilizam seus dons mentais para alterar ou criar percepções; altamente conscientes do meio ambiente; mais curiosos que a média; pensam, principalmente, em imagens, em vez de palavras; são altamente intuitivos e capazes de muitos insights; pensam e percebem de forma multidimensional (utilizando todos os sentidos); pode vivenciar os pensamentos como realidade; são capazes de criar imagens muito vívidas.

De acordo com Davis (2004), os disléxicos ao se privarem da leitura, despertam outras funções do cérebro, as quais o permitem desenvolver outras habilidades, onde são vistas como por outras como pessoas bastante talentosas, por isso existem diversos artistas que tiveram dislexia na infância.

Ao ver os talentos que o disléxico, muitas vezes, desenvolve de forma abundante Dehaene (2012, p. 273), afirma que há:

> Duas ideias falsas [...] sobre cérebro e desenvolvimento. [...] O primeiro desses erros consiste em associar a biologia a imobilismo, como se o que fosse ditado pelos genes permanecesse gravado por toda vida no mármore de nossos organismos, sem que pudéssemos mudar coisa alguma. [...] Quanto ao segundo

> erro, mais sutil, ele traduz o que eu chamaria o "cripto-dualismo" de nossa sociedade. É a ideia de que todas as ajudas que prestamos à criança, no curso das sessões de fonoaudióloga, a reeducação, a escuta e o diálogo não intervêm senão num nível "psicológico" bem distinto do nível cerebral. [...] Em nosso córtex, a imbricação dos níveis de organização é tal que toda intervenção psicológica repercute nos circuitos neuronais até os níveis celular, sináptico, molecular e vai, mesmo, modificar a expressão dos genes. Assim, não é porque uma patologia se situe numa escala neurobiológica microscópica que ela não possa ser compensada por uma intervenção psicológica e vice-versa.

Conforme afirma, Dehaene (2012), não é porque uma pessoa tem dislexia que ela é incapaz. Ao ter limitações no desenvolvimento da linguagem, o cérebro passa a desenvolver outras habilidades funcionais, onde não necessariamente seja preciso a utilização da leitura, no entanto, muitos disléxicos são escritores, ao vencer as dificuldades do distúrbio, superam suas limitações de forma bem-sucedida.

## Sinais da dislexia e as dificuldades na leitura

As autoras Ianhez e Nico (2002) enfatizam uma série de sintomas que pessoas disléxicas apresentam,

> Dificuldade com a coordenação motora fina e grossa, dificuldade no processamento auditivo, dificuldade viso espacial, discalculia, disgrafia, disnomia, memória de curto prazo, excelente memória de longo prazo, dispersão, entre outros (IANHEZ; NICO, 2002, p. 26).

Em alguns casos, um sinal indicativo da dislexia pode ser o atraso na fala. Geralmente as primeiras palavras ditas

pelas crianças acontecem por volta de 1 ano, e nas frases 1 ano e 6 meses a 2 anos.

No entanto, as crianças disléxicas só começam a pronunciar suas primeiras palavras a partir de um ano e três meses e frases depois dos dois anos. Sempre que a criança apresentar um atraso na fala, é sinal de alerta, pois isso pode significar que sua capacidade fonológica está afetada, já que não está se desenvolvendo como deveria, visto que, pode ser um sinal precoce de um futuro problema de leitura.

Existem crianças que apresentam alguns sinais bem simples, como: dificuldade em amarrar o cadarço do sapato, distinguir o lado direito e esquerdo e dificuldade na resolução de cálculos.

Porém, ao longo do tempo, aprendem a fazer essas pequenas atividades diárias, a partir da ativação automática do sistema motor, no entanto, ainda continuam com dificuldades mínimas e só conseguem fazer da forma que aprendeu.

Quando a criança ingressa no nível IV do Ensino Infantil, inicia o processo de aprendizagem da leitura, nesse período, a criança apresenta sinais mais perceptíveis de dislexia, nessa fase ela desenvolve uma sensibilidade quanto a distinção dos sons. Ao iniciar a escrita, pode escrever as palavras de forma invertida, ao invés de "vovó", "ovóv", "topa" por "pato", fazem confusão com palavras que possui grafia similar. Ao ler, tem a necessidade de seguir a linha do texto com os dedos, apresenta dificuldade em aprender rimas e canções, assim como aponta pouco desenvolvimento na coordenação motora fina e grossa.

Geralmente o comportamento de um aluno disléxico, quando não tem timidez excessiva é identificado como o "palhaço da turma". A depressão também faz parte do comportamento do disléxico, à medida que não apresenta uma timidez excessiva, tenta contornar a situação usando palhaçadas, brincadeiras e muitas vezes rindo de si mesmo.

Se nessa fase a criança não for acompanhada com o tratamento adequado, os sintomas irão persistir na fase adulta, trazendo consequências desagradáveis em seu convívio social e profissional.

A dislexia não é o único distúrbio que inibe o aprendizado, mas é o mais comum. No entanto, de acordo com estudos e uma publicação no site da Associação Brasileira de Dislexia - ABD, pode-se ver alguns sinais de alerta para pais e professores, em relação aos sintomas apresentados por disléxicos:

> Haverá sempre:
> - Dificuldades com a linguagem e escrita; dificuldades em escrever; dificuldades com a ortografia; lentidão na aprendizagem da leitura;
> Haverá muitas vezes:
> - Disgrafia (letra feia); discalculia, dificuldade com a matemática, sobretudo na assimilação de símbolos e de decorar a tabuada; dificuldades com a memória de curto prazo e com a organização; dificuldades em seguir indicações de caminhos e em executar sequência de tarefas complexas; dificuldades para compreender textos escritos; dificuldades em aprender uma segunda língua;
> Haverá sempre:
> - Dificuldades com a linguagem falada; dificuldade com a percepção espacial; confusão entre direita e esquerda (http://www.dislexia.org.br/).

A apresentação de alguns ou de vários sintomas não significa necessariamente que a pessoa seja disléxica, mas que apresenta algo que precisa ser investigado no seu desenvolvimento, um quadro de risco, um distúrbio ou déficit de aprendizagem.

Nesse sentido, a criança deve passar pelo processo de avaliação feita por um profissional para um diagnóstico preciso e assim poder obter os resultados e com isso tomar as devidas providências em busca de um atendimento especializado e os cuidados necessários que vise o bem estar da criança.

Portanto, saber que a dislexia não é uma doença, mas um distúrbio, não contagioso e passível de intervenção, é o primeiro

passo para o entendimento e desmistificação deste vasto, complexo e contraditório universo do disléxico.

## A dislexia no contexto escolar

É difícil para pais e professores reconhecer uma criança disléxica, porque fora sua inabilidade para aprender a ler e a escrever, ela é geralmente como uma criança qualquer de idade igual a sua, com saúde física íntegra e sem traços específicos que denotem uma síndrome, contrariamente a outras existentes. Ao abordarmos sobre a dislexia no contexto escola, buscamos nos estudos de DEHAENE, a qual se referindo ao contexto escolar.

Nesses termos Dehaene (2012, p. 272) afirma:

> Os professores, por seu turno, reagem com uma mistura de consolo e desânimo. Quando eu lhes explico que a dislexia está associada a anomalias do cérebro, muitos concluem que ela ultrapassa sua competência. "Como você queria que eu, um simples professor, que mal ou bem já tenho que ensinar a ler as crianças normais, possa curar uma doença do cérebro? Meu trabalho não é intervir no córtex".

Ainda de acordo com a autora, os professores questionam sobre a falta de conhecimentos para poder fazer uma intervenção no processo de desenvolvimento da criança com dislexia, entretanto, a busca por parte dos professores em se aprofundar nessa patologia, certamente o auxiliará para que eles possam desenvolver atividades que contribuam significativamente na vida de seus alunos com dislexia.

Ainda sobre esse ponto relacionado ao conhecimento sobre essas reações de apatia, embora coerentes, são totalmente infundidas baseando-se no artigo publicado na Revista de Educação do Ideau - Rei (2011) é visto que, a partir do momento em que pais e professores não têm conhecimento e esclarecimento sobre a dificuldade da criança com dislexia, acabam

deixando o aluno à mercê de hipóteses, não tendo acesso a diagnósticos verdadeiros e favorecidos de avanço, o que provoca sofrimento e frustrações nelas.

Nesse sentido, o passo inicial é ter claro que todo e qualquer aluno, apresentando dificuldades, é capaz e pode ser autônomo, dentro de suas limitações e necessidades.

Para isso, é fundamental que o professor dispor ao aluno condições de realizações de aprendizagens, pois o educador é um diferencial neste processo.

O esclarecimento e diagnóstico precoce da dislexia ajuda a diferenciar as alterações que há em um processo normal de aprendizagem e aquelas conciliáveis com o distúrbio. Ao constatar a dislexia, é essencial que o professor esclareça em sala de aula quanto às dificuldades do colega, para que mantenha um ambiente de respeito e consideração sem exclusão.

De acordo com Davis uma criança que se sente derrotada e triste por não conseguir ler poderão sim, passar a ser uma criança feliz, realizada e com o desejo de aprender.

Segundo (Davis, 2004, p. 9), relata que:

> Embora as causas possam ser diversas, qualquer limitação na aprendizagem é sempre um problema para a criança. Mesmo quando os motivos decorrem de condições ambientais ou educacionais desfavoráveis, é nela que eles se manifestam, na forma de um desempenho não adequado. É ela, portanto, que sentirá as consequências. Quem não aprende, sofre. E o pior é que na maioria das vezes, é a própria criança quem carrega a culpa. Esta é uma regra geral.

Conforme afirma Davis (2004), as dificuldades de aprendizagens que as crianças enfrentam muitas vezes, também são decorrentes da metodologia de ensino utilizada pelos professores e as crianças, acreditam que as dificuldades de assimilação é culpa delas.

Nesse sentido, sabe-se que as recentes descobertas realizadas no ensino da leitura, podem garantir o sucesso de muitas

crianças, utilizando novas alternativas, e metodologias, sabendo-se que cada uma tem suas particularidades, seu histórico, seu ritmo e seu contexto.

Diante do exposto, logo após a confirmação do diagnóstico, a principal preocupação dos pais é de conseguir encontrar uma escola que possa atender as necessidades do filho disléxico.

E nessa perspectiva, sabe-se que a função da escola é estar com professores qualificados para atender as crianças com as mais diversas patologias, de forma que não se limite ao que é considerável para o aluno, mas oferecer um ensino que acrescente na experiência, aumentando os campos de significação dessas crianças.

Entretanto, a maior parte das escolas que existem públicas e privadas, não dispõe dessas adaptações para os disléxicos.

No entanto, está mais que confirmado que crianças disléxicas aprendem, na maioria, apontam nível cognitivo normal ou acima da média. Na adequação de um esforço particularmente maior, os disléxicos apresentam condições de cursar uma faculdade de qualidade, sabendo-se que eles aprenderem de maneiras diferentes, cabe as instituições encontrarem atalhos que possam contribuir com a pessoa com dislexia a reduzir e superar suas dificuldades específicas, buscando facilitar seu aprendizado.

Davis, (2004 p. 11), corrobora na compreensão de que:

> Podemos dizer com segurança que obviamente, para tudo existe limite, inclusive para aprendê-lo. Mas, isto não significa dizer que existam impossibilidades. O sucesso ou fracasso em nossa tarefa educacional depende daquilo que nos propomos a ensinar e dos métodos que empregamos para chegar até lá.

Crianças disléxicas necessitam de metodologias adequadas e tratamento diferenciado para superar ou amenizar

suas limitações. Ela precisa de um professor que a estimule, apoie e encoraje mesmo que haja dificuldade, um profissional que compreenda a realidade apresentada por uma criança disléxica. Não é o bastante apenas incluir o aluno com dislexia em sala de aula, é fundamental que se tenham, um corpo docente capacitado para atender com eficiência as necessidades que apresentarem as crianças com algum tipo de distúrbio.

Geralmente é na escola, nos anos iniciais, no processo de alfabetização que os alunos disléxicos apresentam sintomas, pois é na escola que a escrita e a leitura são permanentemente desenvolvidas e utilizadas.

Morais, (2006, p. 48) descreve que,

> O professor de um aluno disléxico deve rever suas estratégias metodológicas, para que eles possam descobrir-se, conhecer-se e possivelmente destacar-se em outras áreas, pois se disléxicos fracassarem no período escolar, quer dizer que não fracassaram sozinhos: a escola, do gestor ao professor, consequentemente também fracassou.

Ainda de acordo com o autor "Dislexia, um novo olhar", primeiro de tudo, para trabalhar com as diferenças, o professor deve estar preparado e disposto a ensinar a todos os seus alunos. Valorizar os acertos, ajudar o aluno na organização do caderno, na hora das explicações, usar uma linguagem direta, clara e objetiva e certificar-se sempre se o aluno entendeu.

Todos esses são procedimentos que facilitam a aprendizagem e são recomendadas em sala de aula.

Toda e qualquer criança necessita de suporte e paciência, mais ainda os disléxicos, por apresentarem baixa autoestima em função de sentirem-se menos capazes que os demais alunos.

Porém, é necessário ter conhecimento de que bons tratamentos podem amenizar, ou até curar a dislexia.

## O papel da família para superar a dislexia

Segundo o site "guia do bebê", Jessica Roberta Cavalcante, aborda que é essencial um trabalho diferenciado e multidisciplinar, tendo como apoio principal a cooperação dos familiares, amigos e professores para que o aluno seja incluído podendo realizar todas as atividades de modo pleno.

A dislexia afeta diretamente no sucesso escolar do aluno, dessa forma, é necessário que a escola e a família busquem juntas atitudes que não prejudiquem a autoestima da criança.

Para Topczewski (2010, p. 39), discorre que:

> Dá-lhe atenção especial e estimular o diálogo, pois o portador da dislexia muitas vezes fica tímido e se retrai, evitando assim o diálogo por receio de não ser tratado bem pelas pessoas. Diante dessa realidade é imprescindível que a família estimule o diálogo, que as dúvidas comuns que todo filho tem possa ser exposta respeitando assim o modo e ritmo como a criança.

Os pais devem encorajar seus filhos, ajudá-lo, compreendê-lo e acompanhar sistematicamente sua trajetória escolar, estabelecendo assim uma relação de transição com a escola e com os profissionais incluídos no tratamento. Observar o que o filho realiza de melhor, incentivá-lo a não desistir, evidenciar os acertos e habilidades, esses pequenos detalhes faz a criança sentir-se valorizada e contribui para o seu desenvolvimento.

Em seus estudos Dehaene, afirma que é necessário esclarecer aos pais que o cérebro é um órgão continuamente em obras onde a experiência vale tanto quanto o gene. Devido aos avanços da psicologia da leitura, podem-se utilizar métodos bem mais eficazes de aprendizagem e de reeducação da leitura. Vários especialistas da leitura desenvolveram estratégias eficientes para o tratamento da dislexia.

Ellis, (2005, p. 274) destaca que a maior parte dos

especialistas:

> Visa a aumentar a consciência fonêmica com a ajuda de manipulações das letras e dos sons. Apresentam-se, por exemplo, à criança palavras próximas cujo significado ela conhece (por exemplo, "mala" e "bala"). Mostra-se, então, que a substituição de uma letra por outra é suficiente para passar de uma palavra a outra.

O autor mostra vários outros métodos, formas e jogos para o desenvolvimento. Diversos estudos afirmam que a flexibilidade cerebral no homem, assim como no animal é maximizada pela reiteração intensa de uma mesma tarefa intercalada por espaço de descanso.

Dehaene (2012, p. 274) destaca ainda que, "a vigilância e a recompensa modulam, com efeito, a aprendizagem". Elas são responsáveis por alguns sistemas de mediadores antepassados, principalmente a acetilcolina, onde sua tarefa é apontar ao resto do cérebro a importância e adaptação que poderá haver para memorizar a situação presente, podendo ser lembranças instantâneas e experiências emocionais marcantes.

Dehaene (2012, p. 275), acentua que:

> A imagem cerebral mostra que a reeducação intensiva produz dois efeitos maiores no cérebro: normalização e compensação. No seio das redes típicas da leitura, a atividade se normaliza. Lembremo-nos de que o cérebro disléxico se caracteriza principalmente por uma diminuição da atividade na região temporal esquerda.

De acordo com Dehaene (2012), a reeducação contribui significativamente com os efeitos da normalização e a compensação, e que no que concerne à leitura, a atividade se normaliza. Ela ainda destaque que o cérebro disléxico se distingue sobretudo pela redução da atividade na região temporal esquerda.

## METODOLOGIA

A presente pesquisa usou a metodologia bibliográfica qualitativa sustentada pela fundamentação teórica de alguns autores, tendo como foco o desenvolvimento do aluno disléxico no contexto escolar, familiar e social. A pesquisa bibliográfica foi realizada através da leitura de livros, artigos e trabalhos acadêmicos publicados, relacionados ao tema abordado.

A pesquisa bibliográfica tem como objetivo acordar o que foi escrito, sobre determinado contexto, uma vez que a pesquisa sugere uma revisão de literatura, e nesse sentido o instrumento escolhido para tal é a análise de conteúdo.

Para a revisão de estudos científicos são definidos por Noronha e Ferreira (2000, p. 191) como:

> estudos que analisam a produção bibliográfica em determinada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou um relatório do estado da arte sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada.

Nesse sentido, se constitui, então, de um texto que reúne e induz a discussão acerca de um assunto específico, onde são ponderados os elementos produzidos na área de estudo delimitada, analisando pontos de vistas de diversos autores.

Com base em todos os objetivos e o estudo realizado, foi desenvolvido este artigo de forma clara e objetiva para um melhor entendimento sobre o assunto abordado.

Assim, a pesquisa científica está presente em todo campo da ciência, no campo da educação encontramos várias publicadas ou em andamento. Ela é um processo de investigação para solucionar, responder ou aprofundar sobre uma indagação no estudo de um fenômeno. Lakatos (2003, p. 53), definem: "A pesquisa científica é uma investigação metódica acerca de um determinado assunto com o objetivo de escolar e

aspectos em estudo".

Para Gil (2002, p. 17) "A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não pode ser adequadamente relacionada ao problema".

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas teorias apresentadas, este artigo tem por finalidade mostrar as principais dificuldades que a dislexia gera em crianças que estão em processo de desenvolvimento da leitura, destacando como podemos identificá-los e ter um diagnóstico mais preciso. Tendo em vista que a dislexia é uma dificuldade desproporcional de aprendizagem da leitura, onde a pessoa disléxica não consegue ler corretamente.

E assim facilitando, para o pedagogo junto à família e profissionais da área, a busca de métodos fundamentais que supram as necessidades que, por circunstância do problema, deixa de ser realizado com sucesso. Podendo assim recorrer a diferentes maneiras e tipos de tratamentos, possibilitando que a criança disléxica possa, no futuro, reger o processo linguístico e tornar-se um bom leitor.

Podemos perceber que há a necessidade de entender o que realmente é a dislexia; compreender como acontece o processo da leitura da pessoa com essa patologia; identificar quais os sintomas; caracterizar as consequências causadas pela dislexia; esclarecer qual o papel da família e da escola no desenvolvimento do disléxico e contribuir com informações importantes para os pais e professores sobre quais ações possam ser tomadas tendo em vista o bem estar da criança com dislexia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema é complexo, pois são inúmeros e particulares aspectos que envolvem o aluno disléxico. Porém, é fundamental a abordagem desse tema, já que a porcentagem de indivíduos com distúrbio é bem relevante, com isso, a família e os

profissionais da educação devem se especializar, procurar compreender e buscar soluções em prol dos alunos disléxicos, que por sua vez, querem apenas a possibilidade de uma aprendizagem plena e constante.

A dislexia quando mal identificada e diagnosticada, pode trazer sérios problemas na aprendizagem e no comportamento do indivíduo. O ideal é que seja diagnosticada cedo, quando a criança inicia o processo de alfabetização, quando passa a ter contato com a leitura e a escrita de forma necessária. Para isso, é necessário o olhar atento do professor e da família no desenvolvimento da linguagem da criança, desde a fala até a leitura.

É imprescindível que o profissional da educação realize cursos de formação continuada, assista palestras e se especialize na área para atender com todos os requisitos possíveis as necessidades do aluno com distúrbio.

O estudo efetuado para a realização deste trabalho teve como objetivo primordial a obtenção de maiores informações a respeito do assunto, causas e características para uma maior observação dos alunos em sala, e se preciso, a facilitação de um diagnostico inicial.

Visto que, a dislexia é um distúrbio que dificulta o processo de aprendizagem da leitura, podendo ser genético como também pode ser consequência de um acidente vascular cerebral. Desenvolvendo sintomas, muitas vezes, bem simples como: o atraso na fala, a dificuldade em aprender sobre lateralidade como identificar esquerda e direita, porém as mais evidentes são a dificuldade da leitura e escrita, e no desenvolvimento na coordenação motora fina e grossa.

Enfim, diante do exposto, considera-se que este estudo pode contribuir com estudiosos, leitores e com pesquisas futuras sobre essa temática tendo em vista que ela é complexa, para que possa ser concluída em apenas um trabalho de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

DEHAENE, S. **Os neurônios da leitura**: como a ciência explica à nossa capacidade de ler. Porto Alegre: Penso, 2012.

DAVIS, R. D. **O Dom da Dislexia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

DROUET, R. C. R. **Distúrbios de aprendizagem**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

ELLIS, A. W. **Leitura Escrita Dislexia**: uma análise cognitiva. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

IANHEZ, M. E.; NICO, M. Â. **Nem sempre é o que parece**: como enfrentar a dislexia e os fracassos escolares. 10 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

TOPCZEWSKI, A. **Dislexia**: Como lidar? São Paulo: All Print, 2010.

BRADY, S. *et al*. Annals of Dyslexia. 2003. Disponível em: www.dislexia.org.br/material/artigos/artigo014.html. Acesso em: 05 mar. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MASSI, G. **A dislexia em questão**. São Paulo: Plexus Editora, 2007.

MARTINS, V. **"Lingüística Aplicada às Dificuldades de Aprendizagem Relacionadas com a Linguagem**: Dislexia, Disgrafia e Disortografia". Disponível em: http://sites uol.com.br/vicente. martins/. Acesso em: 05 mar. 2022.

MORAIS, A. M. P. **Distúrbios da aprendizagem: uma abordagem pedagógica**. São Paulo: Edicon, 2006.

NORONHA, D. P.; FERREIRA, S. M. S. P. Revisões de literatura. *In*: CAMPELLO, B. S.; CONDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Orgs.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

POLESE, C. L.; COSTA, G. M. T.; MIECHUANSKI, G. P. "**Dislexia**: um novo olhar". Disponível em: http://www.bdm.unb.br/dislexiaumnovoolhar. Acesso em: 05 mar. 2022.

# CAPÍTULO 7:

## A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM AUTISMO NO ENSINO REGULAR

# 07
# A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM AUTISMO NO ENSINO REGULAR

Leví Nascimento Silveira[17] // Evanilda de Brito Lopes[18]

## INTRODUÇÃO

As causas do Transtorno Espectro Autista (TEA) não são totalmente conhecidas, e as pesquisas científicas sempre concentrou esforços no estudo da predisposição genética, analisando mutações espontâneas que podem ocorrer no desenvolvimento da criança. No entanto, já há evidências de que as causas hereditárias explicariam apenas metade do risco de desenvolver TEA. Fatores ambientais que impactam o feto, como estresse, infecções, exposição a substâncias tóxicas, complicações durante a gravidez e desequilíbrios metabólicos teriam o mesmo peso na possibilidade de aparecimento do distúrbio.

Aprendizagem escolar é um dos níveis que podem integrar o processo de desenvolvimento da pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) por meio do acesso ao ambiente de ensino é esperado que a pessoa no espectro possa aperfeiçoar sua capacidade de integração social, aumentar sua percepção de mundo além de ter acesso ao conhecimento por meio das aulas regulares.

Existe no Brasil, a legislação indica que a pessoa com TEA deve ter acesso à rede regular de ensino, é o que está no artigo 3º da Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Que garante uma forma de estabelecer o vínculo e a cumplicidade entre pais e educadores, para que, no espaço escolar, ocorra a coesão de vontades,

---

[17] Graduando de pedagogia pela Faculdade do Maciço de Baturité. Email: lnslevi2016@yahoo.com.br.

[18] Mestre em Ciências da Educação pela /ULHT, Especialização em Políticas Públicas /FIP, Gestão Escolar e Psicopedagogia Institucional e Clinica. Graduada em PEDAGOGIA pela UFRN. Professora da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense/FAMEN. Email: evanilda@famen.edu.br.

entre educadores e família, das competências estabelecidas para a educação do aluno com autismo.

Portanto, analisar as culturas, políticas e práticas de inclusão implementadas na e pela escola com o intuito de promover a inclusão do aluno em foco, a partir do referencial analítico como Santos (2013) afirma que: "a escola tem papel importante na investigação diagnóstica, uma vez que é o primeiro lugar de interação social da criança separada de seus familiares". É onde a criança vai ter maior dificuldade em se adaptar às regras sociais o que é muito difícil para um autista.

A referida pesquisa elegeu como principais teóricos Carvalho (2006), Cunha (2011), Batista (2002), Klin (2006) e Santos (2013), entre outros. A metodologia aplicada foi à pesquisa bibliográfica e qualitativa onde o estudo foi muito importante para a educação do autista é o currículo. Este deve levar autonomia do sujeito, tornando-o capaz de desenvolver atividades do cotidiano, e desenvolvimento da autonomia da criança autista.

A educação de uma criança portadora de autismo representa, sem dúvida, um desafio para todos os profissionais da educação. A singularidade e a insuficiência de conhecimento sobre a síndrome nos fazem percorrer caminhos ainda desconhecidos e incertos sobre a melhor forma de educar essas crianças e sobre o que podemos esperar de nossas intervenções.

Hoje, nos pais embora haja uma norma que prevê a inclusão de quem tem TEA no sistema educacional, observamos despreparo das instituições de ensino e seus profissionais em integrar e desenvolver os alunos no espectro por meio de uma educação especial, que possa possibilitar a criança evoluir no ensino que lhes é proposto.

É importante que os pais e familiares, bem como a pessoa de espectro, possa ter acesso a esta informação para que possa argumentar para lutar por seus direitos. A escola é uma das ferramentas que podem possibilitar ao autista ter sucesso e preparar para a vida com mais independência e possa ter oportunidade no mercado de trabalho.

Portanto, essa síndrome ainda está para os pais e educadores como algo que não se pode conviver naturalmente; grande são as dificuldades que muitos se vêm ao tratar com a criança

autista.

É necessário entender que para se obter êxito e garantia de que essa criança tenha uma boa qualidade de vida e aprendizado, pais e educadores devem estar esclarecidos quanto à síndrome; dificuldades, tratamentos precoces e metodologias que façam com que essa criança possa estar inserida no mundo, pois o mundo também pertence a ela dentro de seu entendimento.

## REVISÃO DE LITERATURA

### Características de Síndrome Comportamental

É fato que ao planejarmos todo e qualquer processo educacional, é preciso levar em consideração o indivíduo que se pretende educar, e para tanto, acreditamos ser importante uma breve descrição do transtorno autista e de algumas características dos portadores desse transtorno. No que se refere o desenvolvimento do aluno, importante que o educador faça atividades que se associem com as carências existentes do aluno, visto que é preciso a junção do aprendizado.

O autismo é considerado uma condição não progressiva. Todavia, existe dificuldade em estabelecer um prognóstico preciso, devido às variáveis ambientais, naturacionais e do próprio desenvolvimento do indivíduo. O autista, mesmo que consiga uma boa evolução do quadro, adquirindo independência e produtividade, carregará por toda vida características mais ou menos marcantes desta patologia (NUNES, 2000, p. 64).

Acreditamos que os processos educativos possuem um papel indispensável na aquisição de comportamentos socialmente aceitáveis, na independência e na preparação para o trabalho destas pessoas. Contudo, todos os distúrbios cognitivos podem ser amenizados com a estimulação precoce. Diante de uma figura com vários detalhes, a pessoa com autismo tende a perceber apenas uma parte do todo ou, ainda, diante de um estímulo composto, por exemplo, visual e auditivo, um dele é aparentemente ignorado. Existe dificuldade em relacionar as partes e o todo.

A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) adotada pela ONU em 2006 estabeleceu que as pessoas com deficiência, inclusive os autistas, devem ter serviços especializados, mas não exclusivos por razões igualmente importantes, a de não reafirmar e promover a exclusão, apartação e o isolamento dessas pessoas e suas famílias e garantir a igualdade de oportunidades e a participação social. Como signatário dessa Convenção, o Brasil, pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, promulgou, com status de Emenda Constitucional, as decisões da referida declaração.

Conforme o artigo 1º, do CDPD da ONU, referendada pelo Brasil pelo Decreto 6.949/2009: "Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos delongo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas".

Assim, a inclusão de alunos autistas é polêmica por se tratar de pessoas que tem estereotipias, causadas pelo transtorno. Esse fato é extremamente relevante, pois implica de forma direta nas trocas interpessoais que ocorrem na escola.

Portanto, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se por uma síndrome comportamental que apresenta comprometimentos nas áreas da interação social e da linguagem/comunicação, além da presença de comportamentos repetitivos e estereotipados, (American Psychiatric Association - APA, 2014).

Estes comportamentos podem ser expressos de diferentes formas: na brincadeira, geralmente repetitiva, por carecer de criatividade e espontaneidade; na fala, que pode ser ecolalia, quando presente; e no desenvolvimento motor, comumente caracterizado por repetições de movimentos, involuntários e sem aparente função (SILVA, 2009).

## Como se manifesta as dificuldades no Autismo

Falar sobre Transtorno do Espectro Autista não é mais algo tão difícil quanto costumava ser há alguns anos. Hoje em dia, muitas famílias procuram se informar a respeito desse

transtorno de origem neurobiológica, responsável por alterar alguns aspectos da vida do indivíduo diagnosticado.

Adultos que convivem com crianças no espectro certamente já passaram por alguns profissionais e tipos de tratamento até receber o diagnóstico. As dúvidas em relação às características, e até mesmo à legislação que diz respeito aos direitos desses pacientes, são o que vamos abordar neste artigo.

As manifestações das dificuldades no autismo poderão variar de acordo com o nível desenvolvi mental e a idade cronológica da criança, entre outros fatores.

Além disso, quanto maior o comprometimento cognitivo, maior a tendência a isolar-se e a não se comunicar. Klin (2006, p. 128) afirma: "pela dificuldade em compreender as interações sociais." No entanto, a ideia de que a criança com autismo não demonstra afeto e é inquestionavelmente distante e não-comunicativa, não tem sido respaldada por evidências empíricas.

Na mesma perspectiva, dialogamos com Glat (2007, p. 16):

> A Educação Inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem.

Com essa ótica, uma das propostas da Educação Inclusiva é que seja incluída no projeto político pedagógico, a construção de ações que tornem efetiva a interação social dos alunos com deficiências bem como seu desenvolvimento cognitivo, assim, os números têm revelado, que a capacidade dessas crianças para desenvolver relações de apego a seus cuidadores e de responder à interação social em diferentes contextos.

Portanto, o autismo tem sido principalmente uma incógnita para a medicina, e há ainda polêmicas respeito das indústrias farmacêuticas e alimentícias com suas drogas e elementos

pesados. Esse "desconhecido" trouxe grande preocupação a nível mundial e suas características se apresentam com mais evidência entre os dois e três anos de vida da criança.

Existem inúmeras formas de se trabalhar com as crianças autistas e com isso alguns métodos são utilizados para uma melhor inclusão desses alunos, mas não existe uma receita pronta, é preciso investir no acolhimento e na mediação da aprendizagem.

Outro fator de muita importância na educação das crianças autistas é a rotina, percebemos o quão fundamental é que a rotina seja estabelecida, pois a partir disso a criança autista conseguirá se situar no espaço e no tempo. No entanto, a rotina precisa ser estruturada, pois qualquer mudança que ocorra poderá influenciar no comportamento do aluno.

Na perspectiva de Cunha (2011), o autismo pode surgir nos primeiros meses de vida, mas, em geral, os sintomas tornam-se aparentes por volta dos três anos. Percebe-se na criança o uso insatisfatório de sinais sociais, emocionais e de comunicação, além da falta de reciprocidade afetiva. A comunicação não verbal é bastante limitada, as expressões gestuais são inexistentes, porque a criança não atribui valor simbólico a eles.

No que diz respeito à dificuldade nas interações sociais, observa-se por parte das pessoas com autismo, uma dificuldade em estabelecer relações interpessoais, nota-se algumas vezes a falta de reação e interesse por outras pessoas, tais dificuldades são percebidas desde os primeiros anos de vida.

Algumas outras dificuldades podem ser notadas nos indivíduos com autismo, tais como: a dificuldade em desenvolver o senso de imaginação e compreensão denotativa do sentido de algumas palavras e expressões de caráter subjetivo, fator incluso na dificuldade de comunicação. Além disso, podem apresentar atrasos no desenvolvimento da fala, ecolalia, pouco interesse por outras crianças, dificuldade na memória, dentre muitas outras características.

## Dificuldades da criança com Autismo

Diante dos estudos desenvolvidos percebemos que acolher crianças com necessidades especiais ainda é para os educadores algo que pode gerar incertezas e também novas perspectivas, principalmente, quando se deparam com as reações estereotipadas dessas crianças.

No entanto, toda e qualquer manifestação pode advir de uma alteração de rotina que esses pequeninos atípicos certamente terão que vivenciar neste momento, o mais importante é compreender que um programa de acolhimento será fundamental.

Nesse contexto, o desenvolvimento desta habilidade permite compreender e deduzir o comportamento das outras pessoas em função de suas intenções. A contrapartida disso é a dificuldade de a criança com autismo fazer sentido do que os outros pensam, querem e desejam dela. As implicações disso na rotina escolar incluindo ao apoio da família, por exemplo, são óbvias.

É de extrema importância a aceitação, apoio e atenção da família, por mais que seja uma família estruturada toda e qualquer condição diferente do normal, cabe aos educadores e familiares conhecer estes direitos e lutar pela sua efetivação já que a lei é um passo importante na garantia desses, porém, a concretização necessita da participação ativa de toda a sociedade.

Por isso, quanto maior a clareza na comunicação direta com a criança, maior será o seu entendimento social e, consequentemente, maior a sua participação nas atividades. Para Cunha (2014) o acompanhante especializado, como o nome diz, é um profissional especializado no assunto ou com a formação em pedagogia logo, não pode ser qualquer pessoa para lidar com esse aluno.

Com essa ótica, o papel dos educadores e da sociedade sobre a responsabilidade e compromisso social com a educação inclusiva das crianças autistas, mais do que leis precisa que tenha ações voltadas para a mudança na escola. É preciso rever as limitações e as dificuldades de cada aluno, para fazer adaptações essenciais para o desenvolvimento

da inclusão desses alunos especiais.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização do referido artigo cientifico foi à pesquisa qualitativa e bibliográfica, por meio de pesquisa em livros impressos, artigo disponível em sites confiáveis de domínio público, revistas etc. Dessa forma, encontra-se fundamentada teoricamente a partir das contribuições de autores que debate o assunto.

De acordo com Gil (2002), por pesquisa bibliográfica entende-se a leitura, a análise e a interpretação de material impresso. [...] Enquadram-se também como material para a pesquisa bibliográfica "[...] os livros de leitura corrente [que] abrangem as obras referentes aos diversos gêneros literários (romance, poesia, teatro etc.) e também as obras de divulgação, isto é, as que objetivam proporcionar conhecimentos científicos ou técnicos" (GIL, 2002, p. 44).

Assim, a aplicabilidade de uma metodologia que seja eficaz para o desenvolvimento e amadurecimento de uma criança ou adolescente durante o processo educacional é, sem dúvida, um dos maiores desafios dos professores, principalmente quando se precisa adaptar ou aperfeiçoar certas práticas e métodos para atender todos os alunos em sala de aula.

Uma das dificuldades de se pensar a inclusão escolar do autista, diz respeito à forma como tentamos inserir esses indivíduos dentro de um contexto que extrapola sua realidade. Para ilustrar esse pensamento, podemos pensar em um quebra-cabeça.

O Transtorno do Espectro Autista optou-se por uma abordagem qualitativa, tendo em vista que se buscou investigar aspectos da realidade não passíveis de quantificação. A pesquisa qualitativa tem se destacado no meio científico ocupando um lugar singular no que tange o estudo de fenômenos envolvendo seres humanos no cenário social. Nesse sentido, a racionalidade abre espaço para a subjetividade (BAPTISTA, 2002). Na pesquisa qualitativa a compreensão de um fenômeno se dá de forma mais efetiva no contexto em que acontece e do qual faz parte.

Nosso sistema educacional é planejado e organizado para encaixar todas as crianças dentro de um esquema proposto por certas pessoas, que não conhecem ou vivem a realidade de muitas dessas crianças; ou seja, por pessoas que pensam na uniformização da educação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inclusão de crianças especiais no ensino regular deve ir muito mais além da socialização. Deve almejar, sobretudo a aprendizagem e o desenvolvimento da criança incluída. Deve oferecer e promover modificações no ambiente físico e nas práticas pedagógicas, para melhor atender os alunos portadores de necessidades especiais, a escola inclusiva deve promover diversas adaptações de grande e pequeno porte.

No entanto, é preciso respeitar o indivíduo que se pretende educar, em nosso estágio questionamos se de fato respeitado e traspassado as barreiras autistas. É preciso levantar a questão em cada caso, e perguntar se ao incluir uma criança, estamos fazendo mal ou bem a ela. É necessário que tudo seja feito para que as crianças portadoras de autismo cheguem à idade adulta com um grau de autonomia que lhes permita possuir um repertório mínimo de habilidades. Toda unidade escolar segue diretrizes formuladas por um conjunto de políticas públicas e essas políticas devem garantir o aceso e a permanência dos alunos portadores de necessidades especiais. Na escola, a equipe deve promover a adaptação curricular, já que inserir o aluno é apenas o primeiro passo que deve ser seguido de medidas pedagógicas que garantam o acesso `a aprendizagem e ao conhecimento proposto na vivência escolar.

Carvalho (2006 p. 40), diz que "além de reformular os paradigmas de avaliação, oferecer condições ambientais favoráveis, além de garantir as condições para o melhor desenvolvimento possível do aluno incluído através de constantes treinamentos aos professores envolvidos", já que uma das principais barreiras é, sem dúvida alguma, o despreparo dos profissionais do sistema regular para receber esses alunos portadores de necessidades educativas especiais.

Segundo Glat (2007) além desses aspectos, é necessário levar em consideração as condições em que se dá o processo ensino-aprendizagem, o tamanho das turmas, o Projeto Político-Pedagógico das escolas (RODRIGUES, 2006). A questão educativa assume um papel relevante na discussão sobre o autismo, pois é necessário refletir sobre a forma de educar essas crianças, as características dos espaços educativos, e as características dos atendimentos.

Muitos são os benefícios da inclusão escolar, haja vista que a convivência das crianças com necessidades especiais com as demais crianças pode colaborar com a promoção de aprendizagens diversas, sejam elas de cunho cognitivo, afetivo ou social, bem como para a aquisição de comportamentos normalizastes e socialmente aceitáveis. O quadro autista demanda uma intervenção conjugada de profissionais de distintas especialidades (LIMA, 2005) e nessa atuação multidisciplinar, a escola ocupa um papel importante.

No presente estudo vimosa possibilidade de mudança de comportamentos de uma criança portadora de autismo, bem como a aquisição de comportamentos positivos e socialmente aceitáveis a partir da inclusão escolar na escola regular bem como os efeitos desta inclusão no ambiente familiar e escolar.

A inclusão deve contemplar movimentos de uma adequação recíproca entre a escola e o aluno, ampliando os espaços de atendimento e articulando a flexibilidade do currículo.

Os efeitos da inclusão na família também podem ser considerados positivos, pois se percebe uma alteração do comportamento diante das perspectivas de aprendizagem. Durante muito tempo a teoria psicanalítica e sua forma de interpretar o autismo culparam os pais pela existência da síndrome, provocando comportamentos paralisantes da parte destes para com seus filhos.

O papel da escola e da família no processo de aprendizagem das crianças com necessidades educacionais especiais é muito importante e deve assegurar que aprendizagem dos alunos aconteça de forma ética, democrática e cidadã. E para que apareceria entre família e escola possa acontecer de forma efetiva, cabe aos professores dar o primeiro pass.

Assim, os pais transmitem a seus filhos um patrimônio genético, assim como um modelo de identificação psíquica e, portanto, é evidente que todo pai se sente parte do filho e responsável de alguma forma, pelo que ocorre com ele. Para tanto, é imprescindível que haja um movimento desses pais em prol do desenvolvimento de seus filhos e a escola, preferencialmente a inclusiva, pode ser um espaço privilegiado para o alcance dos objetivos, com as crianças.

Nesse contexto, Baptista (2002, p. 39), afirma que "não se deve minimizar o trabalho educativo e que este é imprescindível se desenvolvido e aliado às terapias". Acrescenta ainda que o meio familiar é o lugar onde as mudanças tomam toda sua importância, em que os comportamentos e hábitos transformam-se pouco a pouco.

Essa afirmação reforça a ideia deque um trabalho de inclusão deve também ter como eixo o acompanhamento da escola e da família envolvida no processo que podemos recomendar a inclusão de crianças com autismo no ensino regular como possíveis intervenções para a aquisição de comportamentos positivos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que o aluno com autismo deve ter à sua disposição todos os meios possíveis para acessar as informações que quiser e o professor também precisa acompanhar o ritmo dos seus alunos, lembrando sempre que cada indivíduo possui um tempo diferente para assimilar o conteúdo.

Em relação aos comportamentos de *observar* a criança autista, as professoras, de uma maneira geral, estavam sempre dirigindo atenção às crianças da sala individualmente ou dando instruções coletivas. Autor como Cunha (2011) abordam a importância de que o adulto demonstre mais comportamentos dedicados à atenção ao que a criança está fazendo, bem como no que ela consegue ou não fazer nesses contextos, com vistas a realizar intervenções mais favoráveis ao desenvolvimento da criança.

Compreende-se que existem diferentes aspectos que

podem englobar o desenvolvimento do processo de aprendizagem em todo indivíduo, pois esse desenvolvimento é estabelecido por meio da associação entre questões biológicas e os mais variados estímulos ofertados pelo meio social.

Por fim, precisamos levar em conta a eclosão das metodologias ativas no cenário brasileiro. Infelizmente não temos ainda uma resposta clara sobre como tais modelos incluem de fato pessoas com necessidades especiais no processo educacional. Há caminhos possíveis para melhorar a educação e transmiti-la com qualidade, porém, no cenário brasileiro ainda falta diálogo entre o poder público e a comunidade escolar.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Lei Berenice Piana. Presidência da República. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2009. Disponível em: http://www.camara.leg.br/legin/fe. Acesso em: 19 abr. 2022.

BAPTISTA, C. R.; BOSA, C. **Autismo e Educação**. Rio Grande do Sul: Artmed, 2002.

CUNHA, E. **Autismo e Inclusão**: pedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

CARVALHO, R. E. Políticas em educação especial. In: MANZINI, E. J. (Org). **Inclusão e acessibilidade**. Marília: Abpee, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, R.; BLANCO, L. M. V. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. *In*: GLAT, R. (Org.). **Educação inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 7Letras, 2007.

KLIN, A. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Rev. Bras. Psiquiatr**., São Paulo, v. 28, suppl. 1, maio, 2006.

LIMA, E. S. **Diversidade e aprendizagem**. São Paulo: Sobradinho,

2005.

NUNES, C. Trajetória intelectual e identidade do educador: Anísio Teixeira (1900– 1971). **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 81, n. 197, p. 154–166, jan./abr. 2000.

RODRIGUES, D. **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a Educação Inclusiva. S. Paulo: Summus Editorial, 2006.

SANTOS, M. P. **Inclusão em Educação**: Culturas, Políticas e práticas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, M.; MULICK, J. A. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 29, 2009.

# CAPÍTULO 8:

## A IMPORTÂNCIA DOS PRÉ-REQUISITOS DA LITERATURA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

# 08
# A IMPORTÂNCIA DOS PRÉ-REQUISITOS DA LITERATURA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Lianeide Silveira Lira[19] // Evanilda de Brito Lopes[20]

## INTRODUÇÃO

O presente artigo se identifica com a linha de pesquisa, visa o estudo da importância da literatura na educação infantil e seus pré-requisitos em relação ao processo de despertar a imaginação, inovação e criação das crianças.

Como nos explica Caldin (2003), nos últimos anos do século XX, a ideia acerca da necessidade e relevância da literatura infantil na instrução formativa de pequenos leitores se consolidou, passando a fazer parte das discussões concernentes às políticas públicas de educação e de cultura.

Mesmo distante de uma situação ideal de configurar-se como um país de leitores, em razão dos problemas da qualidade da educação, é importante reconhecermos que a situação não é a mesma de tempos atrás como, por exemplo, a do ano de 1980, quando a criança escutava e desfrutava da mesma literatura para adultos. Sabendo desta situação e no objetivo de elevar a quantidade de trabalhos que discutam sobre o assunto, para, desta maneira, cooperar, mesmo que de maneira ínfima, para que a realidade ideal de leitores no Brasil aumente ainda mais, é que neste trabalho realizamos uma revisão bibliográfica da importância da literatura infantil como estratégia pedagógica para a incitação da leitura em alunos da educação infantil. Os critérios da escolha, A importância dos pré-requisitos da literatura para a educação infantil como objeto

---

[19] Graduando de pedagogia pela Faculdade do Maciço de Barurité. Email: edugomes8734@gmail.com.

[20] Mestre em Ciências da Educação pela /ULHT, Especialização em Políticas Públicas /FIP, Gestão Escolar e Psicopedagogia Institucional e Clinica. Graduada em PEDAGOGIA pela UFRN. Professora da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense/FAMEN. Email: evanilda@famen.edu.br.

de pesquisa, foi um documentário recente que falava sobre literatura infantil e minha experiência no Estágio Supervisionado na sala de aula da educação infantil. Onde pude perceber o quanto esse tema tem relevância e importância para os dias atuais.

Para alçar o proposto, foi necessário atingir o seguinte objetivo geral; mostrar através de fontes e pesquisas que a literatura no ensino infantil abre portas para outros meios de conhecimentos. E os objetivos específicos: (a) Esclarecer que a literatura infantil contribui para recreação, informação e interação necessária no ato de ler; e, (b) Desenvolver uma pesquisa criteriosa sobre a importância da literatura na educação infantil.

A metodologia adotada foi a de cunho bibliográfico, que, segundo Andrade (2007), é uma espécie de trabalho que objetiva destacar discussões acerca de um tema, isto é, elaborar um ajuntado de conhecimentos reunidos de obras de toda natureza, no almejo de conduzir o futuro leitor a compreender determinado assunto.de maneira mais ampliada. Além do mais, oportuniza que uma quantidade maior de informações seja descrita, comparada e publicada, do que as demais pesquisas que, por questões de tempo, não possibilitam. Mas ressalta-se a necessidade do cuidado com o levantamento de dados de fontes confiáveis, caso contrário, o trabalho, ao invés de contribuir para a construção do conhecimento, irá replicar e ampliar equívocos.

## REVISÃO DE LITERATURA

Entende-se que os processos de aquisição de leitura em diversos casos não são exclusividade da deficiência apresentada pela escola, pois o ambiente familiar expresso por muitas crianças, não oferece condições de levar seu aprendizado. Segundo Silva (2008, p. 23): "o que acontece no primeiro ano da escola tem reflexos não apenas na alfabetização, mas na confiança básica que cerca toda a escolaridade posterior". Além disso, é neste espaço que o aluno receberá o primeiro rótulo, que terá consequência no resto de sua escolaridade.

Segundo Orlandi (2008, p. 29): "a leitura pode ter vários

sentidos como: na escola o aprender a ler e escrever, em termos acadêmicos as várias formas de compreender um texto também pode uma ideologia ou uma atribuição de sentidos".

Desse modo, ler não é apenas transformar os rabiscos em ideias, varia de pessoa para pessoa de acordo com o seu nível social, o seu contexto de vida.

## A importância da literatura: breves considerações históricas

A literatura infantil teve início na Europa, em meados do século XVIII, quando, devido às transformações sociais da época, a criança começou a ser vista como tal, deixando para trás a concepção de miniadulto. A partir de então, obteve um novo status e, se antes consumia as mesmas obras literárias dedicadas aos adultos, no novo cenário ganhou um espaço literário só para ela.

O início da literatura infantil pode ser marcado com Perrault, entre os anos de 1628 e 1703, com os livros "Mãe Gansa", "O Barba Azul", "Cinderela", "A Gata Borralheira", "O Gato de Botas" e outros. Depois disso, apareceram os seguintes escritores: Andersen, Collodi, Irmãos Grimm, Lewis Carrol, Bush.

Zilberman e Lajolo (2003) contam que com o fortalecimento da burguesia, compreendido pelos autores como os grupos de poder aquisitivo e de influência a sociedade à época alta, isto é, antes do século XIX, incitou um investimento na educação; por este motivo a infância passou a ter um olhar especial e independente. De acordo com Zilberman (2003), a valorização da infância acarretou uma maior comunhão familiar, contudo, ao mesmo tempo, surgiram os meios de controle do crescimento intelectual da criança e do domínio de suas emoções. Sendo assim, a literatura e a escola, respectivamente, são inventadas e reorganizadas, para cumprirem a missão de educar as crianças.

Segundo Barrros (2013), o período de maior visibilidade da criança ocorreu no século XIX, originando assim a preocupação e respeito com as precisões e com o crescimento cognitivo e emocional da criança, por isso, as ciências – psicológicas sociológicas e pedagógicas passaram a se ater a este público. Neste contexto, a literatura passa a ser objeto pedagógico de

trabalho destes estudiosos que se dedicaram ao público infantil. Pela literatura eram transmitidos valores e normas da sociedade, com o objetivo de educar o caráter da criança em uma instrução cívica, ética, humanística, intelectual e espiritual.

No Brasil, apesar de serem publicados no início do século XIX, foi só ao final deste que os livros dedicados ao público mirim começaram a circular. Os períodos seguintes foram marcados por importantes mudanças que contribuíram, cada uma em seu tempo, para consolidar o segmento. "A leitura de textos de literatura infantil, mesmo para crianças ainda não alfabetizadas, é um caminho que leva a criança a desenvolver a imaginação, emoções e sentimentos de forma prazerosa e significativa".

De acordo com Barros (2013), o reconhecimento da importância dos livros literários infantis aconteceu depois sua valorização como recursos pedagógicos, que propositavam instruir as crianças com bons modos para a convivência em sociedade. Um dos autores que se destacou no Brasil na área da literatura infantil foi Monteiro Lobato. Em 1921, o autor lançou "Narizinho Arrebitado", que foi utilizado pela rede escolar pública com sucesso, por isso, outras histórias, como o "Sítio do Pica Pau Amarelo", também foram implementados.

Fundamental na formação do indivíduo, o hábito da leitura na infância ajuda a despertar na criança o senso crítico, além de auxiliar o aprendizado. A base do pensamento é a linguagem e a literatura fornece à infância alimentos primordiais para seu desenvolvimento: palavras significantes e imaginação.

Com o crescimento das pesquisas destinadas exclusivamente à área infantil, iniciada no século XX, que se atinham ao desenvolvimento emocional, na emoção e cognição das crianças, a literatura goza de um alto status como método de trabalho nesse campo. Entre décadas de 30 e 60, os gêneros literários, até então com destaque para as narrativas, aumentaram, aparecendo cartilhas didáticas, gibis, livros informáticos e novas linguagens tecnológicas.

Na década de 70, a literatura infantil começou a ser identificada como um benéfico objeto/auxiliador para o crescimento intelectual e cultural da criança. Ainda neste período,

apareceram o Instituto Nacional do Livro, fundado em 1937, que se incumbiu da tarefa de co-editar, viés convênios, uma grande quantidade de obras infantis e juvenis, que foram utilizadas como materiais para a comunidade escolar, que estavam, à época, bastante preocupados com o baixo índice de leitura (BARROS, 2013).

Diz o escritor e doutor pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo/USP, Ilan Brenman. Fica evidenciada a estreita ligação da literatura infantil com a pedagogia quando em toda a Europa a importância que assume os grandes educadores da época, na criação de uma literatura para crianças e jovens, suas intenções eram fundamentalmente formativas, até enciclopédicas.

A literatura infantil através dos contos e a sua relação que a criança estabelece entre a fantasia e a realidade, consiste em discutir na importância literatura para o desenvolvimento da criança, como também para transmissão do conhecimento e valores, norteando a importância da literatura infantil desenvolvimento da criança.

Destaca-se a sequência didática com um "trabalhão" organizado e estruturado, dinamizadora de aprendizagens significativas e prazerosas. Nessa perspectiva, a literatura infantil ajuda a formar a personalidade e por isso não pode faltar na educação infantil.

## A literatura infantil como ferramenta para despertar a lateralidade e a coordenação motora na Educação Infantil

A lateralidade parece estar definida por voltados 3 anos de idade, apesar de alguns estudos revelarem que no interior do ventre materno os bebés já demonstram uma certa preferência por um dos lados, nomeadamente pela mão que levam à boca. No entanto, a preferência lateral parece oscilar nos primeiros meses de vida durante o processo de desenvolvimento motor.

Assim, a literatura infantil como pré-requisito para ler e escrever é um importante incentivo para a formação do hábito de leitura na idade em que todos os hábitos se formam na infância incluindo a coordenação motora. Na sociedade atual, a

leitura faz parte do cotidiano do cidadão e está presente em todos os espaços e a todo o momento, cumprindo diferentes funções sociais. Assim, hodiernamente, já não se considera um leitor aquele que apenas declara saber decifrar o código linguístico, mas aquele que sabe usar a leitura para exercer uma prática social e significativa para a vida.

Segundo Abramovich (2001, p. 16), " é importante para a formação de qualquer criança ouvir, muitas histórias... Escutá-las é o início da aprendizagem para ser um leitor, e ser leitor é ter o caminho absolutamente infinito de descoberta e de compreensão do mundo.

Sabemos que a literatura infantil é importante para o desenvolvimento da criança na alfabetização, onde a coordenação motora contribui para melhorara o processo da leitura e da escrita. O contato com o livro leva a criança a desenvolver a sua imaginação e até mesmo potencializar o seu processo criativo e inovador. Mesmo sabendo do quão importante é a literatura no ensino infantil, e os benéficos que o seu incentivo pode trazer, ainda temos grandes índices de analfabetos e analfabetos funcionais, um problema que o Brasil já vêm enfrentando a muito tempo. Segundo o PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes apontou que o Brasil tem baixa proficiência em leitura, matemática e ciências, os números chegam a 55% em ciências e a 50% em leitura. (INEP).

Temos por base a lateralidade, que contribui com a leitura abre as portas para os outros saberes e conhecimento, todo maneirar de conhecer vem pelo ouvir, ver e sentir. Abrir um livro de matemática, por exemplo, e entender seus sinais, decorar os seus algoritmos, tudo se inicia com uma boa leitura.

Para vencer tais dificuldades, necessária se faz a introdução de novas formas de abordagem da Literatura Infantil na escola e, caso esta já exista no currículo, incrementar a dinâmica das aulas de forma a proporcionar e promover a participação ativa dos estudantes, inclusive com leituras condizentes com as suas possibilidades cognitivas.

Segundo Yunes e Pondé (1988, p. 56), diz que:

> O despertar do interesse pelos livros passa obrigatoriamente pelos primeiros anos e pela escolarização. As crianças que não puderem beneficiar-se desse estímulo estarão certamente prejudicadas em relação às demais que, pelo meio familiar e escolar, descobriram a leitura. Assim, os adultos têm papel decisivo na iniciação, que poderá transformar-se em prazer ou desprazer quase que definitivos.

Como já citado neste trabalho Brasil possui grandes índices de analfabetos, analfabetos funcionais ou pelo menos 50% da população brasileira tem algum problema com leitura. De uma forma clara e sucinta, apresento por meios de minhas pesquisas uma solução que pode ajudar neste mal; a literatura.

Levando em consideração o cenário do mundo atual, compreendemos que a versão que temos hoje da infância é fruto de uma longa construção histórica, durante a qual a criança passou a ocupar novo lugar social. Sendo assim, percebe-se que o sujeito criança sofreu um grande processo histórico até conseguir ser reconhecida como etapa fundamental na vida do ser humano.

Como podemos observar no trecho extraído da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, (BRASIL, 1996, p. 41):

> A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

De acordo com Coelho (2005), na passagem do egocentrismo para o sócio centrismo, quando a criança passa do eu para o nós, é nesse período de amadurecimento interior, que a literatura infantil pode ser decisiva para a formação do eu da criança e do mundo a sua volta.

De forma objetiva, Coelho ( 2005 p. 29), ressalta sobre

a importância da literatura:

> Na verdade, desde as origens, a literatura aparece ligada a essa função essencial: atuar sobre as mentes, nas quais se decidem as vontades ou as ações; e sobre os espíritos, nos quais se expandem as emoções, paixões, desejos, sentimentos de toda ordem [...]. No encontro com a literatura (ou com a arte em geral), os homens têm a oportunidade de ampliar, transformar ou enriquecer sua própria experiência de vida, em um grau de intensidade não igualada por nenhuma outra atividade.

A literatura infantil é uma ferramenta que contribui de forma significativa para a aquisição e aprimoramento da linguagem oral e escrita da criança.

Segundo (RCNEI, 1998, p. 127), considera que:

> A ampliação de suas capacidades de comunicação oral ocorre gradativamente, por meio de um processo de idas e vindas que envolve tanto a participação das crianças nas conversas cotidianas, em situações de escuta e canto de músicas, em brincadeiras etc., como a participação em situações mais formais de uso da linguagem, como aquelas que envolvem a leitura de textos diversos.

Sabe-se que a criança das primeiras turmas da educação infantil, ainda não sabe ler convencionalmente, ou seja, não são alfabetizadas, contudo, se o professor ler uma história na sala de aula apresentando as páginas com as ilustrações para os alunos e após esta etapa pedir para que eles recontem aquela mesma história para outra pessoa, é bem provável que eles saibam de fato narrar à história lendo as imagens, isto é, ouvir um texto, já é uma forma de leitura, descrevê-lo para outra pessoa folheando o livro é de fato uma leitura, claro, que não de forma convencional. Mas, desta forma, o professor já está apresentando para

a criança à escrita, assim ela vai se familiarizando mais com ela.

Porém, um problema é a forma como a literatura é passada para essas crianças na infância, onde muitos crescem sem o hábito da leitura. Que se percebe é que a forma como se trabalha a leitura em muitas das nossas escolas contribui para que o estudante não tenha gosto nem interesse pelos livros, principalmente quando alcançam os níveis posteriores do ensino fundamental. E se os estudantes não têm desenvolvido o gosto e o hábito de leitura, talvez seja pelo conteúdo das leituras, pela forma como o texto se apresenta e pelas habilidades necessárias (atenção, concentração, perseverança) e até mesmo pela falta de motivação.

Para vencer tais dificuldades, necessária se faz a introdução de novas formas de abordagem da Literatura Infantil na escola e, caso esta já exista no currículo, incrementar a dinâmica das aulas de forma a proporcionar e promover a participação ativa dos estudantes, inclusive com leituras condizentes com as suas possibilidades cognitivas.

## A contação de história na Educação infantil contemplando a leitura visual

Para se tornarem leitores capazes e talentosos na prática diária, eles são críticos e fluentes a contação de história como pré-requisito para iniciar a leitura. É necessário que pais e professores promovam a leitura durante a infância. As crianças ouviram histórias oralmente, o que é benéfico para o relacionamento entre crianças e o mundo da leitura. Os adultos são mediadores no processo de crescimento das crianças e fornecem equipamentos para se adaptar ao conhecimento.

Para (Barreto, 2006, p. 242), relata que:

> Ouvir história é recuperar a herança empírica do homem, seus medos, descobertas e desejos. As crianças sabem muito bem o que é essa herança empírica no turbilhão de sentimentos que vivenciam, é onde entra a figura

> do professor/contador de histórias como mediador deste processo de aprendizagem de lidar com as emoções.

Portanto, explica que os pais possuem um ofício solene de fornecer a aproximação com a leitura de maneira significativa e profícua, possibilitando o ingresso no qual o docente desenvolverá com a leitura. Sendo assim, quando os pais auxiliam e orientam os filhos desde o começo de sua vida, seja em qual for a atividade, proporcionam que ela obtenha uma atenção social mediada, pois a aprendizagem obtém significado e colabora para a afável desempenho da criança na sua vida escolar. O livro infantil, e as histórias nele contidas podem auxiliar no desenvolvimento e na intelectualidade do pequeno leitor.

Além do âmbito familiar, a escola também tem grande responsabilidade de inserir o ensino de literatura infantil, pois como discorrido por inúmeros autores, como Barros (2013), a este ambiente compete a tarefa de formar alunos leitores. É essencial que o aprendiz para além de decodificar letras, saiba compreender e reproduzir de maneira crítica o que foi lido. Isso é de extrema importância, pois praticamente todas as informações que irão adquirir no decorrer da vida serão por meio da leitura.

Cavalcanti (2002, p. 76), afirma que:

> Como ensinar a ler o texto pelo avesso, desmontando-o para encontrar numa leitura produtora de sentidos, numa escola que, [...], não respeita as diferenças, avalia injustamente, impede a criatividade e "engarrafa" todos dentro de padrões preconceituosos, mutilando qualquer gesto espontâneo, original, criativo inteligente?

O contato com as histórias instiga a curiosidade da criança a si própria querer ler um livro, além de contribuir para que tenha uma compreensão sobre si e do mundo a rodeia. Diversificar as leituras, com o propósito de deslumbrá-las

e despertar-lhes o prazer, favorece o hábito de leitura, permitindo que o aprendiz gere e reconte estória que ouvem.

A este respeito Abramovich (2001 p.17), diz que,

> É através duma história que se podem descobrir outros lugares, outros tempos, outros jeitos de agir e de ser, outra ética, outra ótica... É ficar sabendo História, Geografia, Filosofia, Política, Sociologia, sem precisar saber o nome disso tudo e muito menos achar que tem cara de aula... Porque se tiver, deixa de ser literatura, deixa de ser prazer e passa a ser Didática, que é outro departamento (não tão preocupado em abrir as portas da compreensão do mundo).

Formar leitores é papel complexa que desafia os educadores em geral, principalmente nesta era da comunicação de massa, ocasionada pela televisão e internet. Sendo assim, incitar a ler deve ocorrer, também, através de exemplos - o professor precisa ser um leitor afinco. Essa bagagem o permitirá fazer escolhas adequadas para a idade do aluno, oferecer livros destoantes, elaborar leitura em voz alta, contar estórias, mostrar livros, nomes de autores. Para as crianças, é importante o hábito da leitura porque com ela, se aprimora a linguagem e a comunicação com o mundo.

Contar estórias contribui para despertá-lo do aprendiz a um mundo de possibilidades, encantamento, impasses, soluções, descoberta de mundo e, principalmente, imaginário que os irão fazer ver o mundo de inúmeras formas, além de estimulá-lo a querer aprender a ler. O professor necessita angariar conhecimentos de que a motivação e criatividade são essenciais, daí a precisão de se trabalhar o lúdico, por exemplo. Os livros infantis são escritos para as crianças, lidos pelas crianças, mas comprados pelos adultos, porém escolhê-los não é uma tarefa fácil.

Para Abramovich (2001, p. 24), ressalta também que "ouvir histórias é viver um momento de gostosura, de prazer, de divertimento dos melhores... são encantamento, maravilha

mento, sedução.". Essa prática de contar e escutar estórias não deve partir apenas na escola, com os professores, deve ocorrer em suas rotinas domiciliares, com os pais. Ao ouvir e manusear o livro, a criança despertará um interesse que colaborará para a formação dele enquanto leitor e ofertará uma visão mais abrangente do espaço que faz parte para escolher um bom livro infantil é necessário seguir alguns critérios que podem estar intrínsecos e extrínsecos ao livro.

## METODOLOGIAS

Foi utilizado o método de pesquisa descritiva com a finalidade de analisar a importância da literatura infantil e as problemáticas existentes sobre o tema abordado neste trabalho.

Entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes.

Conforme esclarece Boccato (2006, p. 266), a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica.

Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

A revisão de literatura tem vários objetivos, entre os quais citamos: a) proporcionar um aprendizado sobre uma determinada área do conhecimento; b) facilitar a identificação e seleção dos métodos e técnicas a serem utilizados pelo pesquisador; c) oferecer subsídios para a redação da introdução

e revisão da literatura e redação da discussão do trabalho científico.

Partindo de uma revisão bibliográfica composta pelos principais autores e da área. Segundo Gil (199, p. 85), afirma "que o projeto ou plano de pesquisa é a organização visual, gráfica de um propósito intelectual dos diversos aspectos que integram o tema em estudo." Ou seja, toda pesquisa exige planejamento e sistematização dos seus objetos de estudo, a disciplina e organização estão estreitamente alinhados na composição de materiais científicos.

Os objetivos deste trabalho é orientar o leitor sobre a importância dos pré-requisitos para a literatura no Ensino Infantil, além de mostrar através de fontes e pesquisas que a literatura no ensino infantil abre portas para outros meios de conhecimentos, além de descrever meios para solucionar problemas educacionais no âmbito da alfabetização e explicar a importância e relevância da literatura infantil.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente artigo busca mostrar a importância da literatura no ensino infantil e como a coordenação motora, a lateralidade e a leitura visual contribuem com os pré-requisitos para estabelecer uma educação de qualidade, bem como, mostrar problemáticas causadas pela falta de contato da criança com livros, leitores e contadores de histórias. Em contraponto, este artigo também traz soluções no âmbito educacional pedagógico, pondo a literatura infantil como uma ferramenta pedagógica para combater o analfabetismo.

A linha de pesquisa deste trabalho tem como finalidade analisar a importância da literatura infantil e as problemáticas existentes sobre o tema abordado neste artigo. Baseando-se em investigações bibliográficas para conhecer melhor a literatura, o ensino infantil e uma ferramenta educacional para ensino e recreação, o livro!

É preciso conscientizar a criança dos valores que a leitura desperta, tornar a leitura interessante aos olhos da criança, como uma fonte de surpresas e descobertas. Como

já foi dito, é apartes dos dois anos de idade que se deve iniciar o contato da criança com o livro, pois é nessa fase que ela começa a desenvolver o jogo simbólico da linguagem. Para ela não é a narrativa que vai importar, mas sim, "o livro como objeto visual, o brinquedo-livro: forma, cor, ilustrações e letras que dizem alguma coisa." (CARVALHO, 2009, p. 197).

Por séculos nossas crianças não eram tidas como seres que deviam ser educados, mas, com um tempo, se pode enxergar a importância de fornecer acesso ao ambiente social e educacional que se tem nas escolas, tornando assim, pequenos protagonistas. Com o avançar da ciência, percebe-se, a necessidade do contato da literatura com o indivíduo ainda criança, para estimulá-lo a leitura e a escrita, tornando a literatura uma ferramenta para diminuição do analfabetismo funcional.

Conto fabula crônicas, mitos, entre outros, tem o poder de instigar a imaginação das crianças, trazendo à tona aspectos sociais, criativos e inovadores. Percebe-se facilmente que a leitura é a porta de entrada para outros conhecimentos, sem a leitura não conseguimos resolver algoritmos e problemas simples de matemática, uma bela obra filosófica nunca viria à tona, a história não seria registrada, a física não teria sentido, não entenderíamos bem a vida sem ler sobre a biologia. Viu só? A arte de ler e escrever são o princípio para todos os outros conhecimentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos afirmando que o desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como a primeira infância é fundamental para a formação do indivíduo na sociedade e como a literatura é parte fundamental deste processo, envolvendo os pré-requisitos para desenvolver a leitura das crianças.

Quando começamos a implantar no ensino infantil o contato com os livros e despertamos em nossas crianças o desejo pela a leitura, estamos desencadeando um futuro cheio de pensadores inovadores, que tem ideias a mil, críticos e educados, com um excelente vocabulário e escrita, com novas portas para

a nossa sociedade. Toda a pesquisa aqui apresentada, mostra onde podemos ter melhores êxitos educacionais, priorizando a base de nossas crianças e o ensino infantil, a escrita é uma das maiores tecnologias de nossa história e através dela se desencadeou a leitura, a facilidade de comunicação e todas as outros meios e inovações tecnológicas.

Assim, a leitura, o vocabulário e a escrita são fundamentos básicos para todos os outros saberes. É, antes de tudo, literatura; ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra.

Portanto, ler é um comportamento complexo que envolve aspectos motores, cognitivos e afetivos entre os dominós educacionais que devem ser cuidados no processo de ensino-aprendizagem. Não basta apreender a ler, é preciso gostar de ler. Como se sabe, a criança deve, desde cedo, considerar o livro como um objetivo que faz parte de seus brinquedos e este deve ser apresentado a ela por pessoas capacitadas ou que tenham uma ligação afetiva com a mesma.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, F. **Literatura Infantil**: Gostosuras e bobices. 5.ed. São Paulo: Scipione, 2001.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

_ _ _ _ _ _ _ _. Ministério da Educação e do Desporto. Fundamental. Referencial curricular nacional para a MEC/SEF. 1998. Vol.1.

BARROS, P. R. P. D. B. **A contribuição da literatura infantil no processo de aquisição de leitura**. 2013. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, São Paulo, 2013.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ**. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

CALDIN, C. F. A função social da leitura da literatura infantil. **Redalyc, Espanha e Portugal**, n. 15, s./p., jan./jun. 2003. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14701505. Acesso em: 24 abr. 2022.

COELHO, N. N. **Literatura infantil**: teoria, análise, didática. 7. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

CARVALHO, B. V. de. **A Literatura Infantil**: visão histórica e crítica. 6. ed. São Paulo: Global, 2009.

CAVALCANTI, J. **Caminhos da Literatura Infantil e Juvenil**: dinâmicas e vivências na ação pedagógica. São Paulo: Paulus, 2002.

GIL, A. C. Métodos e técnica de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 4 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2008.

YUNES, E.; PONDÉ, L. F. **Leitura e leituras da literatura infantil**. São Paulo: FTD, 1988.
SILVA, E. T. **Leitura na escola e na biblioteca**. Campinas, Papirus, 2000.

ZILBERMAN, R. **A Literatura infantil na escola**. São Paulo: Global. 2003.

# CAPÍTULO 9:

## COMO TRABALHAR COM ALUNOS DISLÉXICOS NO PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DA LEITURA E ESCRITA?

# 09
# COMO TRABALHAR COM ALUNOS DISLÉXICOS NO PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DA LEITURA E ESCRITA?

Maria Aparecida Gustavo da Silva[21] // Evanilda de Brito Lopes[22]

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa discute sobre a indagação como trabalhar com alunos disléxicos no processo da construção da leitura e escrita? Tendo como objetivo analisar as dificuldades de leitura com alunos disléxicos como um dos sérios problemas dentro do sistema de ensino-aprendizagem que interfere na capacidade de leitura, de entendimento das palavras, da escrita, a soletração, bem como a compreensão e interpretação de textos e de atividades que envolvem o raciocínio lógico e assim ajudar o professor no processo de formação do aluno.

A Dislexia é um Transtorno relacionado a linguagem, que possui origem genética e de procedência neurobiológica. É um transtorno da aprendizagem relacionado com a leitura e a escrita, na qual os alunos possuem dificuldades fonológicas quanto ao processamento das informações e na decodificação de algumas palavras.

Esse transtorno atinge entre 5% e 15% da população mundial e atualmente está sendo um dos transtornos mais presentes nas salas de aula. Por este motivo deve ser uma das preocupações dos professores, principalmente dos docentes de Língua Portuguesa, uma vez que a Dislexia é um transtorno que atinge diretamente (mas não exclusivamente) o ensino da Língua Portuguesa.

Desta forma, os professores devem estar preparados para

---

[21] Graduanda de pedagogia pela Faculdade do Maciço de Barurité. Email: reginanascimento1234567@gmail.com.

[22] Mestre em Ciências da Educação pela /ULHT, Especialização em Políticas Públicas /FIP, Gestão Escolar e Psicopedagogia Institucional e Clinica. Graduada em PEDAGOGIA pela UFRN. Professora da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense/FAMEN. Email: evanilda@famen.edu.br.

detectar que um de seus alunos é disléxico. As dificuldades das crianças com dislexia são geralmente abordadas do ponto de vista de um déficit na aprendizagem explícita, em especial, no nível da consciência fonológica, ou seja, na manipulação explícita dos sons da linguagem, definem dislexia como um tipo específico de dificuldade de leitura, que se distingue pelas dificuldades de soletração e de decodificação.

Para que haja um enfrentamento deste problema dentro do contexto escolar é necessário que a escola tenha ciência e consciência da sua responsabilidade na análise e na observação para com os alunos que apresentem dificuldades e/ou transtornos no quesito leitura e escrita, e, sendo que ao constatar casos de dislexia como a dificuldade elementar da linguagem, deve ser tratada por profissionais especializados como médicos, fonoaudiólogos, psicólogos, psicopedagogos e ao mesmo tempo, cabe a escola tomar iniciativas que denotem a construção de metodologias em prol do aluno com dislexia, colaborando com este aluno a superar barreiras através de estratégias eficazes em consonância com a contribuição coletiva da instituição escolar.

Também é de extrema importância a participação da família para que se disponha a ajudar o aluno a sentir-se capaz. Uma vez que é ela, a família, que tem o contato maior com o indivíduo, tendo condições de fornecer relevantes informações para a preparação do processo tanto de caráter médico como do empreendimento pedagógico.

## REVISÃO DE LITERATURA

### Distúrbios de aprendizagem: a dislexia

As dificuldades escolares levam os alunos a terem fracasso na aprendizagem, conseguintemente a falta de adaptação escolar, ou seja, os discentes não conseguem sentir-se motivados para estar naquele ambiente escolar em que estão inseridos. Isto ocorre devido o aluno não conseguir acompanhar as metodologias e projetos que a escola oferece, devido tanto aos fatores intraescolares e extra escolarizo.

Sendo assim, os alunos que possuem algum tipo de transtorno ou dificuldades são os principais atingidos, pois com frequência estes não são diagnosticados corretamente e por isso não conseguem estar inseridos de forma adequada naquele ambiente, tendo assim a falta de adaptação e logo após fracasso escolar.

A dislexia é caracterizada com diversos significados: transtornos específicos de leitura; déficit linguístico que dificulta a aprendizagem de leitura, escrita, soletração e decodificação; troca de letras; dificuldade com sentido espacial; dificuldade de decodificação. A dislexia é um distúrbio específico de aprendizagem de origem neurológica, caracterizada pela dificuldade com a fluência correta na leitura e dificuldade na habilidade de decodificação e soletração, resultantes de um déficit fonológico da linguagem.

Grande parte das escolas brasileiras não estão preparadas para lidar com alunos que apresentam dificuldades ou Transtornos de Aprendizagem, que quando não diagnosticados e tratados induzem ao fracasso e ao abandono escolar. Isso têm se tornado uma realidade preocupante na atualidade.

Por vezes a dislexia é comparada com uma doença, isso é um equívoco! Por esse e outros motivos alunos com dislexia podem sofrer até preconceito por parte de colegas ou pessoas da sociedade que desconhecem a dislexia.

Segundo Cândido (2013, p. 13) diz que a:

> [...] dislexia é um transtorno de aprendizagem que se caracteriza por dificuldades em ler, interpretar e escrever. Sua causa tem sido pesquisada e várias teorias tentam explicar o porquê da dislexia. Há uma forte tendência que relaciona a origem à genética e a neurobiologia.

Figueira (2012) analisa que é comum ouvir, quando se trata do tema dislexia, correlacionada com a palavra doença. Atualmente é um termo equivocado, pois na realidade trata-se de uma dificuldade, um distúrbio de ordem congênita hereditária.

Como há diferentes níveis de dislexia (leve, moderado e agudo), a duração do acompanhamento profissional não é precisa, podendo atingir até quatro em média, complementa ainda que vale lembrar que tal acompanhamento não visa uma cura, pois não há cura. Trata-se de fornecer meios para que o disléxico possa caminhar com as próprias pernas.

A palavra dislexia é derivada do grego "dis" (dificuldade) e "lexia" (linguagem); Dislexia é uma falta de habilidade na linguagem que se reflete na leitura; Dislexia não é causada por uma baixa de inteligência. Na verdade, há uma lacuna inesperada entre a habilidade de aprendizagem e o sucesso escolar.

O problema não é comportamental, psicológico, de motivação ou social; Dislexia não é uma doença, é um funcionamento peculiar do cérebro para o processamento da linguagem. As atuais pesquisas, obtidas através de exames por imagens do cérebro, sugerem que os disléxicos processam as informações de um modo diferente. Pessoas disléxicas são únicas; cada uma com suas características, habilidades e inabilidades próprias.

Para Schwartzman (2009), o diagnóstico que ocorrem de forma excludente, eliminando outros problemas que possam causar dificuldade de aprendizagem, tem de serem realizados por uma equipe multidisciplinar, constituída por psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos e neurologistas, pois, o quanto antes a dislexia for diagnosticada, mais cedo esta criança poderá ser tratada adequadamente, a fim de se minimizar o problema.

Visto que dislexia não tem cura. Essa dificuldade geralmente é mais perceptível no início da alfabetização e facilmente é confundida com inteligência baixa ou desmotivação, tal dificuldade é caracterizada pela dificuldade em ler, soletrar, compreender um texto, reconhecer fonemas, exercer tarefas relacionadas a coordenação motora. A dispersão é a primeira característica a ser percebida entre a criança disléxica.

Uma avaliação pedagogo é importante o profissional estar atento a alguns aspectos, quanto histórico familiar, tipo de escrita, tipo de leitura, sinais neurológicos, aspectos emocionais. Atitudes depressivas, perante

dificuldades apresentadas para a realização de atividades e atitudes agressivas diante de autoridade ou transtorno de conduta, também são considerados aspectos emocionais que se associam à dislexia.

Por fim, entende-se que necessário se faz caminharem juntos, professores, profissionais de áreas distintas, escola e pais/responsáveis na busca do atendimento da criança disléxica e, principalmente que a proposta pedagógica contemple atividades significativas, com contínua dinâmica e que a interação se faça uma constante entre as condições cognitivas do aluno e as intervenções pedagógicas do profissional da área da educação.

## Processo de leitura e escrita: dificuldades

Os sinais da Dislexia podem surgir em maior ou menor amplitude dependendo de vários fatores como a idade e estimulação. E podem também se agravar durante o processo de crescimento da criança.

Alguns desses sinais segundo o autor Marsili (2010, p. 15) são:

> Histórico familiar; falta de atenção e memória; atraso na aquisição da fala e da linguagem; dificuldade de nomear objetos; imaturidade, timidez exagerada; alterações de humor; atraso ou falta de coordenação fina (desenhar, escrever, etc); dificuldade na alfabetização e na aprendizagem de matemática; dificuldade na passagem da escrita e da linguagem falada; incapacidade de aprender a lembrar de palavras visionadas; escrita em reflexo (como espelho); dificuldade em soletrar; falta de prazer na leitura; movimento errático dos olhos na leitura; confusão entre vogais ou substituição de consoante.

Ao solicitar para uma criança portadora de dislexia

para que faça um texto, pequeno que seja visivelmente se observa a dificuldade de sua organização de pensamento para realizar a atividade. Trocam-se muito as letras, a escrita na maioria das vezes é ilegível, por problemas decorrentes também da dificuldade da coordenação motora.

Várias causas apontam para as dificuldades de leitura, na visão de Conde Marin e Marlys (1989), são: problemas emocionais; carência cultural; métodos de aprendizagem defeituosos; alterações no estado sensorial e físico; imaturidade na iniciação da aprendizagem da leitura; incapacidade geral para aprender, sendo estas causas responsáveis por um retardamento secundário na leitura, diferente da dislexia específica que é considerada a causa mais conhecida de dificuldade para a aprendizagem da leitura e da escrita.

Na visão de (Morais 1997, p. 94), diz que:

> A dislexia é um termo que se refere às crianças que apresentam sérias dificuldades de leitura e, consequentemente de escrita, apesar de seu nível de inteligência ser normal ou estar acima da média. Por outro lado, a criança dislexia não apresenta distúrbios a nível sensorial ou físico, a nível emocional, ou desvantagens socioeconômicas, culturais ou instrucionais, que possam ser causas das dificuldades para aprender a ler.

Segundo Nunes (1992), a criança entra na escola em meio a um clima de expectativas no tocante à tarefa de aprender a ler e a escrever, a alfabetização é, sem dúvida, a meta que deve ser alcançada por ela, deixando pais e professores ansiosos.

Não se pode desacreditar no sucesso da criança sadia, que ingressa na escola, já sabendo falar, que reconhece objetos, capaz de executar tarefas que coincidem com sua idade cronológica e cognitiva, porém o que deve ser considerado pela família e pelos professores é que ler e escrever requer da criança novas habilidades, habilidades estas que não faziam parte do seu cotidiano até então.

Portanto, Condemarin (1989, p. 39), "o sintoma mais marcante de um disléxico é o acúmulo e a persistência de seus erros na leitura e na escrita, esta dificuldade para ler persiste até a idade adulta do sujeito". Há uma confusão entre letras, sílabas ou palavras com diferenças sutis de grafia ou com grafia similar, mas diferentes na orientação espacial.

As letras que têm um ponto de articulação comum e com sons próximos, também confundem os disléxicos. Estes sintomas e outros, no tocante à leitura e a escrita, fazem com que a criança que tem dislexia, obrigue-se a realizar uma leitura muito analítica, isto é, há um esforço significativo para decifrar o material a ser lido e com isto diminui a compreensão leitora e sua velocidade.

Outros transtornos de leitura e escrita que podem ou não virem acompanhados pela dislexia é: a disortografia; a disgrafia. O primeiro está relacionado com: a confusão; a omissão; a inversão; a dificuldade em transcrever letras e palavras, também há um impedimento ao aplicar os aspectos gramaticais como: gênero e número das palavras. Mediante a estas dificuldades existirá como consequência uma compreensão difícil do que se escreve.

O segundo transtorno citado acima, tem a ver com a deficiência na qualidade do aspecto gráfico da escrita, sem que sujeito tenha um diagnóstico para qualquer problema físico ou neurológico. Na visão de Ajuriaguerra (1984), as principais características de um portador de disgra fiam são: dificuldade em organizar sua escrita no papel; traçado da letra irregular em sua dimensão, com hastes de aprendizagem e alfabetização dos disléxicos.

Valdois (*apud* HOUT; ESTIENE, 2001), diz que para aprender é necessário o surgimento de estratégias que permitam associar uma determinada forma escrita, nova ou já conhecida, à forma oral correspondente e parte ou não do vocabulário da criança. Essas etapas não são obrigatórias e não ocorrem de modo sequencial. Não há nenhum método único para se trabalhar com os alunos disléxicos, assim é necessária depois de diagnosticada a dislexia, que o Educador pesquise e estude diversos métodos, que será eficaz à criança.

Cândido (2013, p. 135), fala que:

> O disléxico precisa olhar atentamente, ouvir atentamente, atentar aos movimentos da mão quando escreve e prestar atenção aos movimentos da boca quando fala. Assim sendo, a criança disléxica associará a forma escrita de uma letra tanto com seu som como com os movimentos FALAR – OUVIR – LER - ESCREVER são atividades da linguagem. falar e ouvir são atividades com fundamentos biológicos.

Importante deixar registrado que o tratamento de uma criança com dislexia não tem cura total, entretanto, vai auxiliar o paciente em relação às suas limitações, oportunizando uma sensível progressão de sua melhoria no processo de aprendizado e ainda, auxilia na perspectiva dos problemas que podem levar a criança sobre as autoestimas e sua socialização.

Cândido (2013, p. 17) cita que:

> [...] uma criança com dislexia não é portadora de deficiência nem mental, física, auditiva, visual ou múltipla. O disléxico, também, não é uma criança de alto risco. Uma criança não é disléxica porque teve seu desenvolvimento comprometido em decorrência de fatores como gestação inadequada, alimentação imprópria ou nascimento prematuro. A dislexia tem um componente genético, exceto em caso de acidente cérebro vascular (AVC).

Sendo, portanto, uma criança disléxica não considerada como "doente grave", mas o mais importante para o educador é entender, conhecer, diagnosticar e promover ações que levem o estímulo para o desenvolvimento escrito e oral do educando.

Para Vygostsky (1992 *apud* BRANDÃO 2015, p. 16), diz

que não é possível pensar na construção da escrita como um processo linear e constante. Durante a aquisição da linguagem oral, a criança também apresenta instabilidades: errando, tentando, manipulando e acertando. Entende-se que são necessárias uma estimulação e participação ativa e a criatividade de imaginação, para que se possa dar espaço para as crianças agirem por conta própria.

Moura (2013, p. 14) cita que a partir do diagnóstico que vai tratá-la. Entre os vários métodos adotados, a Associação Brasileira de Dislexia aconselha a terapia multissensorial, cumulativa e sistemática que trabalha todos os sentidos ao mesmo tempo (como o disléxico assimila facilmente tudo que é vivenciado concretamente, ele pode ser treinado para ler e ouvir, enquanto escreve, por exemplo), o tratamento normalmente é feito por fonoaudiólogos, psicopedagogos e psicólogos especializados no assunto.

Em relação à postura e algumas ações do professor frente à dislexia, Marsili (2010) em primeiro plano o professor necessita estar capacitado e ter conhecimento sobre a Dislexia, o que é e suas causas. O professor precisa ter calma com este aluno, pois ele será mais lento que os outros, precisando de mais tempo para ele fazer um este, copiar a matéria do quadro, resolver um problema.

Por isso, é necessário usar diversas estratégias para com este aluno para que ele compreenda o conteúdo: usando materiais estimulantes e interessantes, como jogos, histórias, etc., procurando ensiná-lo de forma que ele entenda melhor o conteúdo proposto (MARSILI, 2010).

Segundo Solitto (2008, p. 68), "para ensinar as horas para um disléxico é comum se usar o relógio digital," a aprendizagem da criança torna-se mais prazerosa e com sucesso se for usado materiais concretos, gravador para que ele possa ouvir o material ministrado em sala de aula, fazer o uso do material dourado, o aluno também poderá montar sua própria cartilha para montagem do seu próprio material de alfabetização.

Para alfabetizar um disléxico é necessário que o Educador use quebra-cabeças, labirintos, alfabeto

embaralhado, no início necessita de grandes espaços para desenhar as letras. É necessário que o professor trate o aluno disléxico como qualquer outra criança, pois todos têm uma maneira diferente de aprender e o aluno disléxico também tem, certifique-se que a linguagem passada ao portador seja clara e que foi compreendida.

O disléxico precisa ouvir atentamente, olhar atentamente, prestar muita atenção no movimento das mãos quando escreve e no movimento da boca quando fala. A criança disléxica associa a forma escrita de uma letra tanto com seu som com os movimentos, sucesso da aprendizagem da criança disléxica está baseado em aprender pelo uso de todos os sentidos, fazendo a combinação da visão, audição e o tato.

Segundo Solitto, (2008, p. 49):

> O professor jamais deve rotular um aluno disléxico como lento ou preguiçoso e nunca o comparar aos outros alunos da classe. Esse aluno não deve ser forçado a ler em voz alta perante a classe a menos que ele demonstre desejo em fazê-lo. As suas habilidades devem ser julgadas mais em suas respostas orais do que nas escritas.

O disléxico é tão inteligente quanto ou até mesmo mais que os outros alunos, mas apresentam falhas de percepção de origem neurológica, ele necessita de variedade, flexibilidade, paciência e tolerância por parte do professor, ele não comete os seus erros por estar disperso.

## METODOLOGIAS

A metodologia usada para a realização da pesquisa foi a descritiva, tendo por finalidade analisar o aprendizado de alunos disléxicos, e as problemáticas contidas no tema pesquisado.

Para fundamentar o estudo, recorremos à Lakatos, (1997 p. 69) diz que "a pesquisa bibliográfica consiste na etapa inicial de todo o trabalho científico ou acadêmico,

com o objetivo de reunir as informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta a partir de determinado tema "a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.

Para realizar a presente pesquisa fez-se necessário selecionar boa quantidade de autores a fim de construir um arcabouço teórico para embasar a discussão do tema aqui apresentado. Por se tratar de pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, foi necessário pesquisar em livros, dissertações, monografias, revistas, sites de instituições etc.

Conforme Salomon (2004), a pesquisa bibliográfica fundamenta-se em conhecimentos proporcionados pela Biblioteconomia e documentação, entre outras ciências técnicas empregadas de forma metódica envolvendo a identificação, localização e obtenção da informação, ficha mento e redação do trabalho científico. Esse processo solicita uma busca planejada de informações bibliográficas para elaborar e documentar um trabalho de pesquisa científica.

Foi necessário seguir os objetivos estabelecidos no início da pesquisa para chegar a uma resposta satisfatória. Dessa forma, precisou-se investigar os problemas que uma criança com dislexia enfrenta em relação a aprendizagem, compreendendo o que é a dislexia, suas características, como afeta o indivíduo e como pode ser tratada; analisar de que forma a literatura sobre dislexia colabora no desenvolvimento da aprendizagem da Língua Portuguesa e identificar as metodologias que podem ser adotadas para lidar com esse transtorno de aprendizagem.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente estudo buscou apresentar a dislexia como um distúrbio de aprendizagem que afeta principalmente a leitura e a escrita, levando alguns alunos a serem tidos como "menos inteligentes" por alguns colegas, familiares ou até mesmo profissionais com pouco conhecimento sobre a dislexia.

Tal pensamento sobre o aluno pode levá-lo ao fracasso escolar, o deixando por vezes desanimado e sem estímulo para estudar, dizendo por vezes que "Estudar não é pra mim" ou "A escola não é o meu lugar." Essa concepção é erronia e equivocada, pois, sabemos que a escola é lugar de todos e que a dislexia mesmo sem cura, pode ser tratada.

O disléxico é uma mente que por vezes supera os ditos "normais", sendo que necessitam de um tratamento diferenciado, pois suas mentes trabalham de forma diferenciada. Trabalhando de maneira correta, os disléxicos funcionam, também, perfeitamente.

Ainda, em se tratando, sobre a forma de tratar o aluno disléxico, infelizmente nem os pais e a grande maioria dos profissionais da área da educação não estão preparados para lidar com crianças tidas como disléxica. São muitas as causas que precisam ser corrigidas, no entanto são poucos os profissionais que conhecem e entendem os problemas e suas possíveis correções e soluções.

Na educação é essencial que o professor tenha domínio de métodos e abordagens, que fazem o aluno deter o conteúdo mediado, tornado a aprendizagem significativa. Sendo assim o educador necessita avaliar qual a melhor estratégia para seu aluno, pois elas são elementos fundamentais para construção da aprendizagem, pois objetiva propiciar condições para que o aluno possa se apropriar dos conhecimentos propostos.

Portanto, o professor precisa entender que o aluno é fundamental na sociedade e por este motivo deve ser entendido, possibilitando a criação de um vínculo de cumplicidade entre professor e aluno.

Vimos diante deste trabalho, métodos que trabalham a leitura e a escrita de alunos disléxicos, que possibilitam um melhor aprendizado e avanço na alfabetização e carreira destes. Também, foi debatido o quanto o papel dos professores na identificação de disléxicos é essencial para que o aluno tenha um melhor aproveitamento educacional.

Assim, o professor precisa ter calma com este aluno, pois ele será mais lento que os outros, precisando de mais tempo para

ele fazer um este, copiar a matéria do quadro, resolver um problema. Por isso, é necessário usar diversas estratégias para com este aluno para que ele compreenda o conteúdo: usando materiais estimulantes e interessantes, como jogos, histórias, etc., procurando ensiná-lo de forma que ele entenda melhor o conteúdo proposto (MARSILI, 2010).

A dislexia não tem ligação alguma com nenhum tipo de retardo ou deficiência mental, como se trata de uma dificuldade de aprendizagem, a criança pode apresentar mal comportamento dentro e fora da sala de aula.

Quando o educador começar a desconfiar que algum aluno, sofre de algum tipo de distúrbio, deverá imediatamente procurar auxílio, pois quanto mais cedo a Dislexia for diagnosticada, mais ajuda a criança poderá receber, pois o disléxico necessita de formas diferenciadas para ser alfabetizado, ele necessita do uso de material concreto, de ouvir sons, de ouvir repetidamente uma determinada aula, para que entenda determinado conteúdo.

É fator de estudos científicos que quanto mais cedo for diagnosticada a Dislexia, maiores serão os resultados eficazes dos tratamentos e das estratégias de ações voltadas para este indivíduo. Mesmo com dificuldades de aprendizagem de escrita e de leitura, os disléxicos apresentam um grau de inteligência normal ou até mesmo acima da média.

A dislexia está relacionada às dificuldades na leitura e na escrita, cuja qual ocorre independentemente do método utilizado na alfabetização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a dislexia é tida como um distúrbio que provocam dificuldades na aprendizagem da leitura e escrita, produzidas em bases neurológicas, além de fatores genéticos ou adquiridos. Não se caracterizando como uma doença no meio científico.

Fica evidente que cabe ao educador e equipe pedagógica apresentar intervenções que criem situações desafiadoras provocando o interesse pela aprendizagem,

esboçando também a oportunidade do desenvolvimento da autonomia do aluno, sua independência e estímulo para a busca de resolução de problema e que saiba lidar com as possibilidades de frustração.

Outro fator de registro é a necessidade da relação afetiva, do desvelo, do cuidado, da boa vontade do professor para que as práticas educativas resultem em efeitos positivos, tendo como ponto de apoio, o respeito e a aceitação da criança como um ser em construção, e, que por fatores inerentes à natureza da criança, necessita de uma atenção mais apurada pelo educador.

## REFERÊNCIAS

AJURIAGUERRA, J. A **Dislexia em Questão**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1984.

CÂNDIDO, E. da C. **Psicopedagogia para a dislexia nas séries iniciais do ensino fundamental**. Especialização em Psicopedagogia. Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, RJ. 2013. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/T208833.pdf. Acesso em: 04 maio de 2022.

CONDEMARIN, M.; MARLYS, B. **Dislexia Manual de Leitura Conectiva**. Porto Alegre. Artes Médicas, 1989.

MARSILI, M. A. **Dislexia no contexto da aprendizagem**. Especialização em Controladoria e Finanças. Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro: RJ. 2010. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_ publicadas/c205242.pdf. Acesso em: 05/02/2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MORAIS, A. M. P. **Distúrbios de aprendizagem**: uma abordagem São Paulo: Pamplona EDICON, 1997.

MOURA, S. P. P. T.de. **A dislexia e os desafios pedagógicos**. Especialização em Orientação Educacional e Pedagógica. Universidade Cândido Mendes. Niterói: RJ. 2013. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/N205864.pdf.Acesso em: 06 maio 2022.

SCHWARTZMAN, S. **Diagnóstico**. Entrevista com Drauzio Varella. Drauzio Varella. 2009. Disponível em: http://drauziovarella.ig.com.br/entrevistas/dislexiall2.asp. Acesso em: 05 maio 2022.

SOLAMON D. V. **Como fazer uma monografia.** 11. ed. São Paulo:

Martins Fontes, 2004.

SOLITTO, R. H. C. **Avaliação Escolar para os Alunos Disléxicos**. 2008. Trabalho Científico de Conclusão de Curso. Centro de Referência de Distúrbio de Aprendizagem. São Paulo, 2008.

VIGOTSKY, L. S. **A Formação social da mente**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

# CAPÍTULO 10:

## ENSINO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CONTEPORÂNEIDADE: UM OLHAR DIFERENCIADO SOBRE A EVASÃO

# 10
# ENSINO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CONTEPORÂNEIDADE: UM OLHAR DIFERENCIADO SOBRE A AVESÃO

Maykelle Geiza de Souza[23] // Evanilda de Brito Lopes[24]

## INTRODUÇÃO

Este estudo caracterizado por uma pesquisa de cunho bibliográfico surge da necessidade de refletir a problemática da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos - EJA, uma vez que, esta modalidade de ensino, emerge como um desafio aos profissionais da educação, no sentido de promover práticas pedagógicas que favoreçam o acesso e permanência exitosa de alunos que tenham deixado de frequentar a escola regularmente na idade própria e nesta oportunidade de retorno a escola, representam, egressos do mundo do trabalho.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, a EJA é a equipe recebida como um todo, ou seja, nos níveis Fundamental e Médio da Educação Básica. A pesquisa tomará por fundamento autores como Freire (1989), Gadott (2001), Paiva (2003) entre outros que trazem discussões fundamentais para o desenvolvimento do trabalho. A trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil está relacionada com a própria história da educação e, sua consolidação como modalidade de ensino é marcada por uma série de acontecimentos e ações.

Diante desse contexto da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos-EJA, o estudo que se propõem apresentar na temática da pesquisa bibliográfica, tem como objetivo geral, analisar os fatores intra e extra escola requer concorrem para a evasão escolar na EJA; E como objetivos específicos, refletir

---

[23] Graduanda de pedagogia pela Faculdade do Maciço de Barurité. Email: maykelle26@gmail.com.

[24] Mestre em Ciências da Educação pela /ULHT, Especialização em Políticas Públicas /FIP, Gestão Escolar e Psicopedagogia Institucional e Clinica. Graduada em PEDAGOGIA pela UFRN. Professora da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense/FAMEN. Email: evanilda@famen.edu.br.

quanto as possibilidades de garantia de acesso e permanência exitosa dos alunos da EJA na escola; Discutir alternativas de minimização da evasão na EJA, tendo como referência a pesquisa bibliográfica, qualitativa e virtual.

A questão central a ser revisada, refere-se a identificar quais os fatores predominantes intra e extra escolares, interferem para à evasão na EJA? E qual seja, poder saber que há saídas na escola que valorize a modalidade de ensino como necessária ao processo de ensino aprendizagem de alunos que ficaram fora da faixa etária regular na aprendizagem e podem permanecer até o final do curso.

Para compreendermos melhor este contexto, e como a EJA é estruturada nos dias de hoje, vale a pena relembrar a trajetória desta modalidade de ensino enfatizando os percursos iniciais de sua formação. Seu início começou desde a vinda dos jesuítas ao Brasil, porém sem muito destaque e com algumas tentativas frustradas de implantação. Somente a partir de 1945, este quadro começou a mudar.

Gadotti (2001, p. 42), ao enfatizar os aspectos históricos que deram início a implantação da EJA no Brasil, recorre a Paiva (1970), dizendo que “no Brasil, os papéis dos professores, na promoção de uma aprendizagem significativa é desafiar os conceitos já aprendidos, para que eles se reconstruam mais ampliados e consistentes, tornando-se assim mais inclusivos com relação a novos conceitos. Quanto mais elaborado e enriquecido é um conceito, maior possibilidade ele tem de servir de parâmetro para a construção de novos conceitos. Isso significa dizer que quanto mais se sabe, mais se tem condições de aprender, pois, educação é também um ato coletivo e solidário e nunca se dá isoladamente. "Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, midiatizados pelo mundo" (FREIRE, 1987, p. 13).

Assim o método de Paulo Freire encorajava a alfabetização dos adultos por meio das discussões em meios as suas experiências de vida entre si, mediante as palavras presentes na realidade dos educandos, decodificada para adquirir novas palavras escritas e do entretimento do mundo. Assim a concepção Freiriana indagava que não havia conhecimento

pronto, ou seja, completo pois o homem é um ser ilimitado apto a prender.

O professor alfabetizador deve partir dos princípios de ação-reflexão-ação e deve estar aliado à formação continuada. É fundamental que o professor da EJA tenha a consciência da valorização do outro, é importante valorizar o conhecimento que este aluno possui, pois durante toda a vida o aluno adquire um vasto conhecimento do senso comum, daí a importância da valorização de suas experiências de vida, é claro sem se limitar a ele.

## REVISÃO DE LITERATURA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394, de 1996, no artigo 37, evidencia a preocupação em garantir a continuidade e acesso aos estudos por aqueles que não tiveram oportunidade em idade própria. O Parecer CEB/2000, regulamentou "As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. O educador Paulo Freire foi o responsável pelo método que consiste na proposta de alfabetização de jovens e adultos. Freire toma a conceito de cultura, como essencial para introduzir uma concepção de educação que seja capaz de desenvolver a impaciência, a vivacidade, os estados de procura da invenção e da reivindicação.

### Breve histórico da Educação de Jovens e Adultos – EJA

A EJA sofreu inúmeras variações ao longo do tempo, e sua história está intimamente ligada às mudanças sociais, econômicas e políticas que têm caracterizado vários momentos no país.

A história da educação no Brasil, de maneira geral foi repleta de idas e vindas com relação à gratuidade do ensino e do acesso de todos os cidadãos a uma educação de qualidade. A luta pela democratização do ensino começou a acontecer desde a época do império, havendo uma concretização ainda que não suficiente, do acesso de todos os cidadãos na escola na década de 1930. Com a Educação de Jovens e Adultos - EJA, este

movimento não foi diferente, durante muito tempo esta modalidade de ensino foi vista de forma assistemática e sem importância, sempre ligada a interesses políticos, econômico e social.

Segundo Paiva (2003), as primeiras iniciativas de educação de adultos foram realizadas por Jesuítas na Colônia, Brasil. No entanto, logo após a fase inicial da colonização, a educação indígena perdeu sua importância e, como a atividade econômica colonial não exigia pessoas instruídas, a educação de adultos foi abandonada.

Embora a constituição de 1824 garantisse educação básica a todos os cidadãos, no final do período imperial a maior parte da população era analfabeta. Isso porque o governo imperial garantia educação apenas para a elite econômica. Mesmo após a implantação da república e a promulgação da constituição em 1891, as taxas de analfabetismo não sofreram alterações significativas no país (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Somente com a revolução de 1930 é que as mudanças políticas e econômicas permitiram o início da consolidação do sistema público de ensino fundamental no país. A constituição de 1934 instituiu o Plano Nacional de Educação - PNE, que pela primeira vez tornou a educação de adultos uma responsabilidade do Estado, incluindo em suas normas a oferta do ensino fundamental integral, gratuito e obrigatório estendido aos adultos.

Assim, a educação de adultos no Brasil passou a ser tema de política educacional, principalmente a partir da década de 1940, quando, segundo Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001), surgiu a preocupação de oferecer os benefícios da aprendizagem a amplos segmentos da população antes excluída da escola.

Essa tendência se manifestou em diversas ações e programas de governo nas décadas de 1940 e 1950. Além das iniciativas estaduais e municipais, merece destaque a criação do Fundo Nacional de Educação Básica (FNEP) em 1942; Serviço de Educação de Adultos e Campanha de Educação de Adultos, ambos em 1947; A Campanha de Educação Rural começou em 1952 e a Campanha Nacional pela Erradicação do Analfabetismo em 1958.

A contribuição dessas iniciativas para a redução dos índices de analfabetismo no Brasil da época, mas aponta o objetivo de aumentar a base eleitoral já que os analfabetos não tinham direito a voto e aumentar a produtividade da população. Essas campanhas criaram um campo de reflexão pedagógica sobre o analfabetismo e suas consequências no Brasil, mas não criaram nenhuma proposta metodológica específica para a alfabetização de adultos ou um paradigma pedagógico para essa modalidade de ensino (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001).

Aconteceu apenas no início da década de 1960, quando Paulo Freire, educador brasileiro que dedicou grande parte dos estudos à educação de adultos, tornando-se um ícone da área, junto com a delegação pernambucana da qual fazia parte, divulgou suas ideias no o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos realizado em 1958. A partir daí, suas propostas pautadas no diálogo, nas características socioculturais das classes populares e no incentivo à participação.

Então, consciente na realidade social passaram a nortear diversas experiências de educação de adultos. No mesmo evento, também foi debatida a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/1961, resultando na elaboração do Plano Nacional de Educação em 1962, levando ao desaparecimento das campanhas nacionais de educação de adultos.

Em 1964, o Ministério da Educação organizou o Programa Nacional de Limpeza de Adultos, cujo planejamento seguiu em grande parte as diretrizes de Paulo Freire. Porém, em 1964, com o golpe militar, todos os movimentos literários relacionados à ideia de fortalecimento da cultura popular foram suprimidos (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001).

A década de 1970, ainda sob a ditadura militar, deu início às atividades do Movimento Literário Brasileiro MOBRAL, um projeto que visa erradicar o analfabetismo em apenas dez anos. Esse movimento instalou comissões municipais em todo o país, responsabilizando-as pela execução das atividades com controle rígido e centralizado da orientação, do acompanhamento pedagógico e da produção do material didático. Em 1985, desacreditado no meio político e educacional, o MOBRAL expirou quando o processo de abertura política estava

relativamente avançado.

Nesse período, educadores relacionados às experiências de aprendizagem popular foram inscritos em diversos programas governamentais. Um novo marco legal já estava disponível para esse fim: a Lei Federal 5.692, de 1971, foi um marco importante da educação complementar na história da educação de jovens e adultos no Brasil. "O artigo 24 dessa legislação estabelecia o papel do abono na oferta de ensino regular a adolescentes e adultos que não o atingissem ou não o concluíssem na idade adequada" (VIEIRA, 2004, p. 40). Esse ensino pode então incluir alfabetização, aprendizagem, profissionalização, algumas disciplinas, bem como atualização.

A flexibilidade curricular, através da possibilidade de organização do ensino nas diversas modalidades - cursos complementares, centros de estudos e a distância e a aceleração da graduação, pois o tempo previsto para a conclusão do curso de docência era de pelo menos metade do previsto no regime ordinário.

A ampliação da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos, proposta pela Lei 5.692 / 71, também foi um grande desafio, pois colocava grande parte da população adulta em situação de déficit educacional que se beneficiaria com o ensino complementar. No entanto, as mesmas regras limitavam o ensino primário público obrigatório apenas a crianças e jovens dos 7 aos 14 anos. O direito, mais amplo, à educação básica, só seria estendido aos jovens e adultos na Constituição Federal de 1988, a atual Constituição trouxe avanços significativos para a EJA. O artigo 208 da Carta Magna reconheceu o direito à educação de todos, inclusive adolescentes e adultos, que não puderam frequentar a escola na idade correta, cabendo ao Estado sua responsabilidade pública, gratuita e universal (BRASIL, 1998).

Além disso, as disposições transitórias desta Constituição estabelecem que em dez anos o analfabetismo deve ser erradicado e o ensino fundamental deve ser universal no país. (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

No entanto, a partir da década de 1990, a EJA começou a perder seu lugar nas atividades governamentais. Em março de

1990, com o início do governo Collor, a Fundação EDUCAR, sucessora do MOBRAL, foi extinta e todos os seus funcionários foram colocados à disposição. Dessa forma, foi se distanciando das atividades do EJA e transferindo responsabilidades para estados e municípios (LOPES; SOUSA, 2005).

Em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9394/96, a EJA obteve novos aportes, passando a fazer parte constitutiva desta Lei, que no Título V contempla: "Níveis e modalidades de ensino e ensino "capítulo II" Da educação básica", seção V intitulada" Da educação de jovens e adultos ". Os artigos 37 e 38 deste capítulo definem a inclusão dessa modalidade no ensino fundamental, bem como a redução da idade mínima para realização de exames complementares 15 anos no ensino fundamental e 18 anos no ensino médio (BRASIL, 1996).

Outro marco importante para esse tipo de ensino são as Conferências Internacionais de Educação de Jovens e Adultos. Em julho de 1997, durante a V CONFITEA na Alemanha, foi elaborada a Declaração de Hamburgo, assinada pelo Brasil. Essa declaração reconheceu a EJA como mais do que um direito humano fundamental, um direito fundamental do século XXI, tanto uma consequência do exercício da cidadania quanto uma condição para a plena participação na sociedade.

A EJA também mereceu capítulo próprio na Lei nº. 4155/98, referente ao Plano Nacional de Educação, que em seu diagnóstico reconhece a necessidade de remessa dessa dívida educacional, garantindo a oferta do ensino fundamental e a ampliação gradativa do acesso ao ensino médio, buscando a popularização da educação (BRASIL, 1998).

Resolução nº 1/2000 do Conselho Nacional de Educação - Câmaras de Educação Básica institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, as quais estão vinculadas ao Parecer CNE / CEB 11/2000. Ambos representam um avanço em relação às experiências de formação de jovens e adultos ocorridas anteriormente em nosso país, pois se propõem a atender as necessidades específicas desse grupo de destinatários.

Respeitar seu perfil, sua faixa etária,

contextualizar os componentes curriculares, indicando a necessidade de formular um modelo pedagógico próprio. Sob a coordenação do Conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury, Parecer CNE / CEB nº. 11, apresenta três funções que permeiam as necessidades da política educacional de jovens e adultos e mostra a importância de um modelo pedagógico específico que respeite a especificidade dessa modalidade de ensino.

A primeira função da EJA diz respeito ao direito de todas as pessoas à educação e é denominada de função reparadora:

Assim, a função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também, o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante (CURY, 2000, p. 6).

A importância da oportunidade de educação básica para todos os cidadãos caracteriza a segunda função da EJA, denominada de função equalizadora: Nesse sentido, reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada, seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação (CURY, 2000, p. 9).

Em 2002, o Ministério da Educação lançou as Propostas de Programas dos segmentos I e II da EJA como instrumento de apoio e referência, com o objetivo de fornecer subsídios para adequar os programas às necessidades e interesses de jovens e adultos (BRASIL, 2002).

Em janeiro de 2003, o Ministério da Educação (MEC) anunciou que a alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade para o novo governo federal. Para tanto, foi criada uma Secretaria Extraordinária de Combate ao Analfabetismo e lançado o Programa Brasil Alfabetizado. Em relação ao total

de horas a serem prestadas nas várias fases da sua formação, a Resolução CNE / CEB n.º 3, de 15 de junho de 2010, estabeleceu a carga horária mínima, qualquer que seja a forma de organização do currículo:

Segundo (BRASIL, 2010b, p. 1):

> I – para os anos iniciais do Ensino Fundamental, a duração deve ficar a critério dos sistemas de ensino;
> II – para os anos finais do Ensino Fundamental, a duração mínima deve ser de 1.600 (mil e seiscentas) horas;
> Parágrafo único. Para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada com o Ensino Médio, reafirma-se a duração de 1.200 (mil e duzentas) horas destinadas à educação geral, cumulativamente com a carga horária mínima para a respectiva habilitação profissional.

Apesar de todas as mudanças e avanços ocorridos, estudos recentes sobre a trajetória histórica da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, mostram que o nível de oportunidades e condições oferecidas a esses alunos ainda é insuficiente para garantir seu direito à educação. Isso é evidenciado pelo Documento Nacional Preparatório para a 6ª Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (CONFINTEA), elaborado em março de 2008 pela Secretaria de Aprendizagem ao Longo da Vida, Leitura e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação. Isso porque, embora as oportunidades educacionais tenham se expandido, elas ainda são desiguais e de pior qualidade.

## Uma reflexão sobre as evasões escolares no EJA

Para Freire (1979), evasão escolar é um problema social, pois suas consequências levam o aluno à exclusão social. Afirma que a evasão escolar não é responsabilidade apenas da escola, mas também da família, das políticas de governo, já que o Estado não cumpre o seu papel como deveria e do próprio

aluno.

Para este autor, a evasão escolar está relacionada ao ingresso do aluno na criminalidade, o convívio familiar conflituoso, à má qualidade do ensino, à necessidade de o educando trabalhar para ajudar a família e até mesmo para o seu próprio sustento, além de outros fatores. "O fenômeno da evasão e repetência longe está de ser fruto de características individuais dos alunos e suas famílias. Ao contrário, refletem a forma como a escola recebe e exerce ação sobre os membros destes diferentes segmentos da sociedade" (BRANDÃO, 2001, p. 38).

Já de acordo com Freire (2003), a evasão escolar é um problema que transpõe a sala de aula e vai além dos muros da escola e tem diversas razões de ordem social e principalmente econômica, tais como: necessidade de o aluno trabalhar para ajudar nas despesas de sua casa, violência no ambiente escolar, faltas de professor, falta de material didático e formação inadequada oferecida pela escola aos alunos. Já Pimenta *et al* (1998, p. 27) cita que os "fatores externos são trabalho, as desigualdades sociais, a relação familiar e as drogas.

Os "internos mais comuns estão assentados na própria escola, na linguagem e no professor". É preciso ressaltar que, com relação aos fatores externos, parte da necessidade que muitas vezes o jovem tem a necessidade de trabalhar para manter o seu próprio sustento e o de sua família, o que acaba desmotivando-o a ir à escola, mesmo em período noturno, consequentemente pelo cansaço do dia-a-dia.

Segundo Paiva (2003), para que uma política pública educacional seja bem-sucedida, é preciso que haja uma participação recíproca de pais e alunos, pois de nada adianta vencer todos os obstáculos para se alcançar as melhores práticas educacionais, se não houver o pleno entendimento de todos os envolvidos sobre o seu papel como participante ativo na construção de uma educação de qualidade, ou seja, toda e qualquer política pública torna-se vulnerável ao fracasso sem um envolvimento mútuo de todos, principalmente os estudantes, para que esta obtenha os resultados desejados.

Paulo Freire defendia a tese de que, o importante do ponto de vista de uma educação libertadora, e não "bancária", é

que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutem o seu pensar, sua própria visão de mundo, manifestada implicitamente ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros (FREIRE, 1979, p. 120).

No entanto, podemos concluir que a evasão escolar é um problema não só da escola em si, mas de todos, pois existem inúmeros fatores que contribuem para determinada situação, que envolvem escola, estrutura familiar e entre outros.

## Alternativas pedagógicas contra a evasão no EJA

As ideias que envolvem o planejamento são amplamente discutidas nos dias atuais, mas um dos complicadores para o exercício da prática de planejar parece ser compreensão de conceitos adequado dos mesmos. Como aponta Gandin (1994, p.45), é impossível enumerar os tipos e níveis de planejamento necessários à atividade humana. Sobre tudo porque, sendo a pessoa humana condenada, por sua

racionalidade, a realizar algum tipo de planejamento, está sempre ensaiando processos de transformar suas ideias em realidade.

Planejar é uma atividade para combater a evasão na EJA está dentro da proposta pedagógica que podemos avaliar como sendo possível eliminar abandonos. Podemos listar características básicas, como evitar a improvisação, prever no nas formas de atividades, estabelecer caminhos que possam nortear mais apropriadamente a execução da ação educativa.

Para Freire (1989, p. 31):

> É impossível o professor levar avante seu trabalho de alfabetização ou compreender a alfabetização, quando separa completamente a leitura da palavra, da leitura do mundo. Ler a palavra e aprender como escrever a palavra, de modo que alguém possa lê-la depois, são precedidos do aprender como "escrever o mundo", isto é, ter a experiência

> de mudar o mundo e estar em contato com o mundo.

Diante de apresentação das estatísticas que oferecem caminhos para se combatera evasão e o debate entre os autores para identificar os problemas sociais no contexto da política educacional, questionamos qual a dificuldade encontrada pelos alunos da EJA na primeira em desistir de seus estudos?

É necessário sugerir a realização de algumas práticas pedagógicas que sejam adequadas à realidade dos alunos, precisamos observar uma proposta inovadora e motivadora onde as disciplinas sejam integradas e não separadas, aproveitando essa bagagem de conhecimento de cada aluno, pois ele precisa se encontrar nos conteúdos propostos para que cada disciplina possa ser introduzida em sua vida diária e contribua em sua prática social. Utilizar linguagens alternativas, como a música, o cordel e o teatro, facilita o aprendizado, principalmente de alunos mais velhos, que geralmente têm mais proximidade com a cultura pop.

## METODOLOGIAS

O presente artigo tem caráter exploratório, conforme Gil (2006), pois tratou da análise de dados e publicações relacionados ao tema de estudo. A metodologia aplicada trata de análise qualitativa de dados secundários, pois visa proporcionar uma maior familiaridade com o problema, de forma a explicitá-lo e construir hipóteses, como as que se referem à importância do ensino da EJA, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para maior aprofundamento da temática em questão.

A pesquisa bibliográfica é o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico o que necessita uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico. Para Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

O interesse de estudo dessa pesquisa é investigar a metodologia aplicada por professores na educação de jovens e adultos, com intuito de identificar as contribuições de educadores como Paulo Freire na prática pedagógica, no trabalho docente, o que tem refletido na vida do educando, e como é orientada essa modalidade de ensino.

A educação de jovens e adultos, EJA, é uma modalidade do ensino fundamental e do ensino médio, que possibilita a oportunidade para muitas pessoas que não tiveram acesso ao conhecimento científico em idade própria dando oportunidade para jovens e adultos iniciar e/ou dar continuidade aos seus estudos, são, portanto, uma modalidade de ensino que visa garantir um direito aqueles que foram excluídos dos bancos escolares.

## RSULTADOS E DISCUSSÕES

Percebemos que o contexto escolar do aluno da EJA se destaca por vários fatores que contribuem para a sua evasão da escola, tais como os conflitos familiares, a questão de os alunos terem que trabalhar para ajudarem na renda familiar. A jornada de trabalho diária que provém de cansaço, e outro fator que contribui muito é o ingresso na criminalidade e no tráfico de drogas, se tornando pontos fortes que leva a evasão.

As práticas pedagógicas também contribuem, pois, podem destacar a falta de uma proposta em que as disciplinas fossem integradas, já que no cotidiano estas não estão separadas e devemos levar em consideração do adulto, por apresentar um conjunto de saberes que produz na sua prática social, onde o educando precisa se identificar com os conteúdos propostos pelos professores.

Freire (1989, p. 52), defende que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou sua construção”. Nesta declaração do autor, conseguimos observar que os profissionais da educação ou o simplesmente educador, como assim os denomina, precisa proporcionar possibilidades para que os alunos possam produzir e construir a partir do seu próprio conhecimento o que ajudariam

em grande medida as ações para diminuir a evasão na EJA.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos afirmando que a aprendizagem, desempenha na EJA um papel fundamental no amadurecimento de um indivíduo, sendo um processo que requer atenção e reflexão por parte do adulto em relação a uma experiência específica e que é liderada pela transformação daquela entidade em relação ao seu comportamento, atitudes, aptidões e até mesmo em relação ao seu conhecimento ou às suas próprias crenças.

Por tudo isso, para entender como pensam e aprendem, é imprescindível conhecer seus principais aspectos psicossociais e suas especificidades, pois ao ingressar na escola trazem consigo diversas habilidades e dificuldades, e muitas vezes também uma maior capacidade de refletem conhecimento e conhecimento próprio processo de aprendizagem (PIMENTA, 1998). Assim, a Escola não é o único lugar onde você estuda, quando você entra já sabe muito, e depois que sai, dá continuidade aos estudos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. M. **A voz da esposa**: A trajetória de Paulo Freire. São Paulo: [s.n.], 1989.

ARAÚJO, A. M. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

BRANDÃO. Ministério da Educação. **Plano Nacional de educação.** PNE/Ministério da educação. Brasília: INEP, 2001.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Educação de Jovens e Adultos. **Proposta curricular para o 2º segmento da Educação para jovens e adultos**. Brasília: Ação Educativa/MEC, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/segundosegmento/ vol3_cie ncias.pdf. Acesso em: 04 ago. 2021.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000.** aprovado em 10 de maio de 2000: Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a educação de Jovens e Adultos. CNE/CEB,2000.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providencias. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. **Resolução nº 3, de 15 de junho de 2010.** Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idademínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação o nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. MEC/CNE/CEB, 2010.

CURY, C. R. J. **Conselho Nacional de Educação – Parecer nº 11\2000**. Brasília, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 7 ed. Paz e Terra. São Paulo. 1987.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução e ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GADOTTI, M. **Educação de Jovens e Adultos**: Teoria prática e proposta. 4. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

HADDAD, S; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, 2000.

PIMENTA, S. G. **O pedagogo na escola pública**. São Paulo: Loyola, 1998.

# CAPÍTULO 11:

## A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E DAS BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

# 11
# A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E DAS BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Suzane Peixoto do Nascimento[25] // Evanilda de Brito Lopes[26]

## INTRODUÇÃO

O brincar é relevante, sobretudo para a Educação Infantil, pois através do mesmo, o professor relaciona as brincadeiras ao conteúdo a ser aplicado. As brincadeiras em sala de aula concedem às crianças o prazerem vir à escola, sendo as mesmas menos condicionadas à realização de atividades prontas. Assim, os discentes aprendem e podem expressar suas criatividades e terão mais aproveitamento no processo de ensino e aprendizagem.

A brincadeira apresenta um fator de grande importância no processo de desenvolvimento e de socialização, pois essas atividades podem ser físicas ou mentais, organizadas por um sistema de regras. São atividades lúdicas, que, portanto, proporcionam prazer, buscando Satisfação própria. É através do brincar que a criança se prepara para aprender. Brincando, ela aprende novos conceitos, adquire informações e tem um crescimento saudável.

A pesquisa tem por objetivo demonstrar à representatividade dos jogos e brincadeiras no cotidiano das crianças de ensino da educação Infantil como também instrumentalizar os educadores para o uso das mesmas, enfatizando a importância das brincadeiras para o desenvolvimento infantil. Esta temática foi norteada através dos teóricos Oliveira (2000), Kishomoto (2009), Santos (2010), Cunha (2007), dentre outros que

---

[25] Graduanda de pedagogia pela Faculdade do Maciço de Barurité. Email: suzane.peixoto@hotmail.com.

[26] Mestre em Ciências da Educação pela /ULHT, Especialização em Políticas Públicas /FIP, Gestão Escolar e Psicopedagogia Institucional e Clinica. Graduada em PEDAGOGIA pela UFRN. Professora da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense/FAMEN. Email: evanilda@famen.edu.br.

sustentam cada vez mais a tese de que é as brincadeiras são indispensáveis para a aprendizagem da criança.

Com isto esta pesquisa se faz necessária, pois a mesma expõe de maneira clara e objetiva a importância do lúdico na educação infantil, pois é através dele que a criança vem a desenvolver habilidades e se apropriar delas

Toda criança que brinca, vive uma infância feliz, além de tornar-se um adulto muito mais equilibrado fisicamente e emocionalmente. Deste modo, ela conseguirá superar com mais naturalidade problemas que possam surgir no seu dia a dia.

Através, dos jogos e brincadeiras na Educação Infantil pode-se trabalhar de modo significativo, possibilitando atender às necessidades e características peculiares de cada criança de forma que a escola desempenhe um importante papel nesse aspecto, que é oferecer um espaço favorável às brincadeiras às sociadas a situações de aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento de forma agradável e saudável.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo evidenciar a importância da utilização dos jogos e brincadeiras para o desenvolvimento das crianças e da aprendizagem. A escolha do justificar pelo fato de os jogos e as brincadeiras serem relevantes como recursos pedagógicos para contribuir no desenvolvimento infantil, auxiliando a criança no desenvolvimento da aprendizagem de forma significativa.

## REVISÃO DE LITERATURA

O ato de brincar é o principal meio pelo qual a criança desenvolve o ensino aprendizagem, é por meio das brincadeiras que as mesmas desenvolvem a linguagem, o raciocínio e a percepção do mundo.

De acordo com Kishimoto, (2009, p. 36), relata que:

> Considerarmos que a criança pré-escolar aprende de modo intuitivo, adquire noções espontâneas, em processos interativos, envolvendo o ser humano inteiro com suas

> cognições, afetividade, corpo e interações sociais, o brinquedo desempenha um papel de relevância para desenvolvê-la.

Aprender brincando é a maneira mais prazerosa existente que se conhece, principalmente pelo fato de que as crianças nem percebem que estão se apropriando de algum conhecimento, pois as mesmas estão tão entretidas com o jogo ou brincadeira que nem se dão conta disto.

Na visão de (Barros, 2002, p. 3), diz que:

> [...] a pré-escola, nesse caso, é um recurso benéfico, enquanto se propõe a ser um ambiente intermediário, entre o lar e a escola, no período de vida em que a personalidade começa a se formar. Cabe ao professor proporcionar um ambiente agradável que facilite a adaptação da criança, nesse primeiro contato com a escola, demonstrando que gosta dela e se interessa por ela, um havia que a transição dá um impacto muito grande e, por isso mesmo, exigirá, tanto do professor como dos pais, grande compreensão e paciência.

Nesse sentido, é na infância que a criança necessita de cuidado perante uma sociedade de razão, é preciso compreender a o saber que ela necessita de um ambiente acolhedor que passe segurança de cuidar e educar também na escola.

Sendo assim, para Santos (2010, p. 45): "o lúdico é eminentemente educativo no senti doem que constitui a força impulsor a de nossa curiosidade a respeito do mundo e da vida, o princípio de toda descoberta e toda criação".

Nos últimos anos tem se dado uma grande importância a estudos que comprovem a eficácia do ensino com jogos e brincadeiras, além do que de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, no Art. 7: tem o direito de se divertir “[...] toda criança terá o direito de brincar e divertir-se cabendo à sociedade e a autoridade pública garantir a ela o exercício pleno desse direito”.

## A importância do brincar na Educação Infantil

As brincadeiras acontecem em determinados momentos no universo cotidiano das crianças, neste contexto, Oliveira (2000, p. 92) "aponta o ato de brincar, como sendo um processo de humanização, no qual a criança aprende a conciliar a brincadeira de forma efetiva, criando vínculos mais duradouros." Assim, as crianças desenvolvem sua capacidade de raciocinar, de julgar, de argumentar, de como chegar a um consenso, reconhecendo o quanto isto é importante para dar início à atividade em si e em vivencia grupal.

Nesse sentido, o brincar se torna importante no desenvolvimento da criança de maneira que as brincadeiras vão surgindo gradativamente na vida da criança desde os mais funcionais até as de regras.

As brincadeiras são elementos elaborados que proporcionarão experiências, possibilitando a conquista e a formação da sua identidade como um ser pensante crítico reflexivo como pode perceber, os brinquedos e as brincadeiras são fontes inesgotáveis de interação lúdica e afetiva, portanto para uma aprendizagem eficaz é preciso que o aluno construa o conhecimento e assimile os conteúdos. O jogo e as brincadeiras são excelentes recursos para facilitar a aprendizagem.

Neste sentido, Carvalho (1992, p. 14) afirma que:

> (...) desde muito cedo o jogo na vida da criança é de fundamental importância, pois quando ela brinca, explora e manuseia tudo aquilo que está a sua volta, através de esforços físicos se mentais e sem se sentir coagida pelo adulto, começa a ter sentimentos de liberdade, portanto, real valor e atenção as atividades vivenciadas naquele instante.

Ainda de acordo com Carvalho (1992, p. 28) acrescenta, mais adiante:

> (...) o ensino absorvido de maneira lúdica, passa a adquirir um aspecto significativo e afetivo no curso do desenvolvimento da inteligência da criança, já que ela se modifica de ato puramente transmissor a ato transformador em ludicidade, denotando-se, portanto, em jogo.

Com isso, a inserção das brincadeiras na educação Infantil, e de suma importância para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças, e com todas as tecnologias hoje inseridas nos brinquedos das mesmas, vem à necessidade de se resgatar as brincadeiras tradicionais que hoje parecem pouco utilizadas.

Com esses ensinamentos dentro da própria família, a criança passa a se interessar por essas brincadeiras, tornando mais fácil para que os professores possam as inserir em sua sala de aula e com isso as brincadeiras tradicionais passam a criar a valorização dos processos, acuidade, expressarem as necessidades e intenções interiores, portanto através tornando-se extraordinária para o desenvolvimento social, escolar da criança.

Durante muito tempo, a sociedade considera a escolinha e a creche como os lugares em que as crianças iram para brincar, por não terem idades e maturidade para entender certas coisas, enquanto que a escola nas séries iniciais seria o lugar de estudar, não tendo espaço para jogos e/ou brincadeiras.

Para Kishimoto (2009, p. 54):

> Deve-se ficar atento quando a utilização do lúdico, tendo em vista que a utilização da atividade na escola tem uma concepção diferente da utilizada na casa, ao se utilizar da ferramenta do jogo na área educacional tem como objetivo o desenvolvimento da aprendizagem e da formação integral do educando, enquanto que em casa nas brincadeiras diárias o objetivo é o entretenimento.

Assim, a implementação do lúdico como caráter recreativo e didático se faz presente na maioria das escolas, mostrando que os educadores reconhecem a importância do lúdico no desenvolvimento dos educandos, e o seu papel na construção da individualidade e das relações interpessoais.

## Jogos e brincadeiras no contexto da Educação Infantil

O Brincar na educação infantil faz parte do processo de aprendizagem de todo ser humano, começando na infância e podendo se estender a alguns momentos da fase adulta. É interessante notar que, independentemente da idade, a brincadeira pode inserir-se como elo do objeto do conhecimento com a aprendizagem, possibilitando um conhecimento mais sólido e permanente ao aprendiz.

Por isso, o brincar na sala de aula é extremamente relevante para a aquisição da aprendizagem, nesse sentido e necessário que o professor, como principal responsável pela organização das situações de aprendizagem, deve saber o valor da brincadeira para o desenvolvimento do aluno.

Na visão de Vygotsky (1989), na situação de brincadeira a criança se projeta nas atividades adultas de sua cultura e ensaia seus futuros papéis e valores. Ela começa a adquirir a motivação, as habilidades e as atitudes necessárias para sua participação social, que só pode ser completamente atingida com a interação dos companheiros da mesma idade.

Nesse sentido, as brincadeiras usadas na situação escolar podem criar condições para a criança avançar no seu desenvolvimento cognitivo, porém elas precisam ser cuidadosamente planejadas pelo professor.

Cabe a ele oferecer um espaço que mescle brincadeira com as aulas cotidianas, um ambiente favorável à aprendizagem escolar e que proporcione alegria, prazer, movimento e solidariedade no ato de brincar.

O Educador não precisa ensinar a criança a brincar, pois este é um ato que acontece espontaneamente, mas sim planejar e organizar situações para que as brincadeiras ocorram de maneira diversificada, propiciando às crianças a

possibilidade de escolher os temas, papéis, objetos e companheiros com que brinca. Dessa maneira, poderão elaborar de forma pessoal e independente suas emoções, sentimentos, conhecimentos e regras sociais (RCNEI, 1998, p. 29).

"A sala de aula pode se transformar também em lugar de brincadeiras, se o professor conseguir conciliar os objetivos pedagógicos com os desejos do aluno" (ALMEIDA, 2009 p. 97). Para tal, é necessário encontrar o equilíbrio entre o cumprimento de suas funções pedagógicas ensinar conteúdos e habilidade, contribuindo para o desenvolvimento da subjetividade, para a construção do ser humano autônomo e criativo na moldura do desempenho das funções sociais, preparar para o exercício da cidadania e da vida coletiva, incentivar a busca da justiça social e da igualdade com respeito à diferença.

Reconstruir conceitos importantes sobre o ato de brincar e sua importância no contexto escolar é fundamental para a prática pedagógica do professor, se ele busca a formação de indivíduos dinâmicos, criativos, reflexivos e capazes de enfrentar desafios, deve proporcionar condições para que as crianças brinquem de forma espontânea, dando a elas a oportunidade de ter momentos de prazer e alegria no ambiente escolar, tornando-se autoras de suas próprias criações.

Mais uma vez remetendo a Winnicott (1975), quando não reprimidas, a espontaneidade e a criatividade agem no sentido de fazer as coisas, de brincar; conseguintemente, as crianças alcançam a aprendizagem, o brincar estimula a inteligência porque faz com que o indivíduo solte sua imaginação e desenvolva a criatividade, possibilitando o exercício da concentração, da atenção e do engajamento, proporcionando, assim, desafios e motivação.

Para Oliveira (2000, p. 85):

> Reforça que desse modo surgi à necessidade de resgatar, numa sociedade tecnológica e consumista, brincadeiras e brinquedos tradicionais que estão sendo abandonados e trocados por brinquedos eletrônicos. Isto porque a atividade lúdica estimula a caricatura e

> a demonstra ação de imagens que invoca, mas fetos da realidade da criança.

Portanto, atualmente não se ouve falar ou pouco se fala em histórias antigas contadas pelos pais para seus filhos, muito menos verem-se crianças brincando de pique - esconde, pega-pega, amarelinha, peteca, passa o anel e muitas outras brincadeiras que antigamente eram motivos de muita alegria e socialização, não podemos esquecer-nos da dança das cadeiras, a dança da laranja, telefone sem fio, pula-pula.

## O brincar na Educação Infantil: um espaço de aprendizagem

A Brincadeira na educação infantil está associada à criança há séculos. Mas foi através de uma ruptura de pensamento que a brincadeira passou a ser percebida e valorizada no espaço educacional das crianças menores. No passado, o que se via era o brincar apenas como forma de fuga ou distração, não lhe sendo conferida o caráter educativo.

Assim, a sociedade moderna cada vez mais tem sofrido transformações em relação ao brincar e ao espaço que se tem para brincar, os pais e os filhos têm pouco tempo para ficarem juntos e brincar.

É de suma importância salientar que os jogos e as brincadeiras estão presentes ativamente na vida da criança de diferentes tempos realidades e de diferenciada cultura, o ato do brincar, além de propor prazer e alegria também estimula diferentes áreas do cérebro da criança no que concerne ao ensino e aprendizagem.

Segundo Friedmann (1996, p. 71), advoga que:

> O brincar atualmente é uma ação considerada lúdica no qual trabalha na criança seu desenvolvimento cognitivo, motor, social e afetivo, principalmente por ser uma ação no qual proporciona a socialização e interação com outras crianças, estimulando consecutivamente a autonomia, curiosidade, criatividade, raciocínio, ou seja, ela aprende

> brincando, se divertindo, pois, a brincadeira proporciona as crianças uma aprendizagem.

Assim, o lúdico auxilia também no desenvolvimento ativo da criança em idade pré-escolar, pois quando brinca, inventa, cria e fantasia fatos que presencia em seu cotidiano.

A escola acaba sendo a única fonte transmissora de cultura, onde ainda existem espaços para as crianças brincarem, tendo os profissionais de educação a incumbência de ensinar e resgatar as brincadeiras populares, mas não só isso, como também o jogo deve fazer parte do cotidiano das crianças, e seria usado como uma nova forma de transmitir conhecimento, pois a atividade lúdica é benéfica ao aprendizado.

De acordo com Almeida (2005, p. 5):

> A brincadeira se caracteriza por alguma estruturação e pela utilização de regras. A brincadeira é uma atividade que pode ser tanto coletiva quanto individual. Na brincadeira a existência das regras não limita a ação lúdica, a criança pode modificá-la, ausentar-se quando desejar, incluir novos membros, modificar as próprias regras, enfim existe maior liberdade de ação para as crianças.

Assim, a prática da brincadeira na escola promove aspectos diversos na criança que serão de suma importância para o seu desenvolvimento biopsicossocial, sendo imprescindível para uma formação sólida e completa.

Segundo Wajskop (2007, p. 25):

> A criança desenvolve-se pela experiência social nas interações que estabelece, desde cedo, com a experiência sócia histórica dos adultos e do mundo por eles criado. Dessa forma, a brincadeira é uma atividade humana na qual as crianças são introduzidas constituindo-se um modo de assimilar e recriar a experiência sociocultural dos alunos.

Portanto, o brincar vai desde a sua prática livre até uma atividade dirigida, com regras e normas. Os jogos e brincadeiras na educação infantil são ótimos para desenvolver o raciocínio lógico, e também para o desenvolvimento físico, motor, social e cognitivo, e atualmente a aplicação desta nova maneira de transmissão de conhecimento é até mais fácil pelos recursos e metodologias disponíveis para o professor.

Para a criança o brincar é uma forma de se expressar que acontece em qualquer momento, e na escola é uma ótima oportunidade de criar ocasiões que potencializarão todo o aprendizado e desenvolvimento através das brincadeiras, que também é coisa para se fazer na escola a equipe pedagógica da Educação infantil tem se debruçado nesse universo tão conhecido e muitas vezes pouco fundamentado do brinca.

A partir de estudos e reflexões, novas propostas vêm sendo planejadas no dia a dia dos alunos, a fim de ampliar cada vez mais os espaços da escola, como os pátios e o parque, são modificados e reorganizados semanalmente pela comissão de professores, engajados em ampliar as possibilidades do brincar no decorrer da rotina.

Os Jogos e brinquedos são selecionados com o objetivo de instigá-las a novos desafios; objetos não convencionais, como pneus, funis, colchonetes, pedacinhos de madeira, tecidos e elásticos se transformam nas mãos das crianças em grandes construções, como navios e foguetes, o parque ora tem rede e elas experimentam seu balanço, ora tem saquinhos com diferentes aromas para despertar as percepções sensoriais, entre outras propostas que ampliam o repertório de brincadeiras, levando em consideração a faixa etária das crianças. Nesses espaços, com ambientações e tantas possibilidades, as crianças vivem o estar e reconhecer o outro, aprendem a se comunicar, respeitar, ouvir,

negociar, flexibilizar, ceder e liderar de maneira construtiva e real.

## METODOLOGIAS

A metodologia utilizada para a realização deste artigo cientifico foi a pesquisa qualitativa e bibliográfica, por meio de livros impressos, artigos disponíveis em sites confiáveis de domínio público, revistas etc. Dessa forma, encontra-se fundamentada teoricamente a partir das contribuições de autores que debate o assunto.

Nesse sentido, a utilização de brincadeiras e jogos no processo de socialização é de total relevância, pois vão aprender a confiar, dividir, aguardar e até compartir. Cunha (2007, p. 34) afirma que "[...] os brinquedos também são agentes de socialização; através deles, a criança interioriza valores e crenças [...]" essa troca de experiências contribui para o crescimento pessoal e emocional de ambas as crianças envolvidas nessas brincadeiras.

Assim, a aplicabilidade de uma metodologia que seja eficaz para o desenvolvimento e amadurecimento de uma criança ou adolescente durante o processo educacional é, sem dúvida, um dos maiores desafios dos professores, principalmente quando se precisa adaptar ou aperfeiçoar certas práticas e métodos para atender todos os alunos em sala de aula.

Uma das dificuldades de se pensar a inclusão escolar do autista, diz respeito à forma como tentamos inserir esses indivíduos dentro de um contexto que extrapola sua realidade. Para ilustrar esse pensamento, podemos pensar em um quebra-cabeça.

Nosso sistema educacional é planejado e organizado para "encaixar" todas as crianças dentro de um esquema proposto por certas pessoas, que não conhecem ou vivem a realidade de muitas dessas crianças; ou seja, por pessoas que pensam na uniformização da educação.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

É suma relevância compreendermos que toda criança tem o direito brincar, e que desde muito cedo são inseridas em uma sala de aula. Assim os jogos brinquedos e

brincadeiras têm que ser parte fundamental no cotidiano das crianças. Segundo Maluf (2003, p. 46), afirma que "jogar é o meio ideal para uma aprendizagem social positiva, pois é natural, ativo e muito motivador para a maior parte das crianças. As brincadeiras envolvem de modo constante as pessoas nos processos de ação, reação, sensação e experimentação".

Deste modo é notório que o principal papel do educador é estimular o aluno por meio da construção do ensino aprendizagem proporcionando assim novos conceitos e novos conhecimentos, é através da ludicidade e através das atividades lúdicas o aluno se envolve em situações o qual é desafiado a buscar soluções viáveis a situações problemas as quais são impostas pelo professor, o lúdico é então uma forte ferramenta que proporciona motivação na construção de uma aprendizagem significativa.

Os jogos e as brincadeiras sempre foram atividades presentes na vida e na cultura das crianças de geração em geração. Portanto são recursos que as crianças utilizam para exprimir a curiosidade, a imaginação, formular sua estrutura cognitiva, estimulando-as a representarem através das relações individuais.

Dessa forma entende-se que as que os jogos e as brincadeiras estão presentes na vida da criança, na relação familiar, na vida social e cultural e representam-se através do brincar. Assim, as experiências e vivências do cotidiano como também as que são incorporadas pela relação de interação com as outras crianças, servem como elemento de aprendizagem e de desenvolvimento infantil.

Percebemos que os jogos tornam-se importante aliado do professor no que se refere ao ensino de valores, podendo utilizar-se de jogos cooperativos e competitivos objetivando incentivar os valores que a brincadeira permitir no atual momento. Sobre cooperação e competição Silva (2010, p. 29) vem nos dizer que, "cooperação é quando os objetivos comuns e as ações são benéficos para todos. Competição é quando os objetivos são mutuamente exclusivos e as ações são benéficas somente para alguns".

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que os jogos e as brincadeiras são indispensáveis para efetivação do desenvolvimento integral das crianças no processo da educação infantil. A interação com o ambiente por parte da criança, com outra criançada mesma idade ou de idade diferente e com adultos, potencializa significativamente odes envolvimento, uma vez que se permite que ela aprenda a utilizar os instrumentos exíguos em suas relações.

Sendo assim a importância da inserção dos jogos, brinquedos e brincadeiras no dia a dia fazem com que as crianças possam ter o lúdico cotidiano, além disso, faz com que seja assumido pelo professor o papel de dar oportunidades desta inserção, assim desenvolvendo também o ensino e aprendizagem de maneira mais eficiente, pois a criança aprende brincando.

Portanto, o brincar é faz parte da infância, por isso elas precisam de um ensino lúdico em que participem de forma contextual, por meio de diversos jogos e brincadeiras, aprendendo não somente sobre si, como sobre o outro e a sociedade que está inserida.

Vários são os jogos e brincadeiras que podem ser usadas durante as aulas, o que necessita de forma geral é um cuidado e atenção por parte do professor da educação infantil no momento de escolher e de explicar as regras para seus alunos, mas nada que comprometa a sua utilização em sala de aula.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. **Ludicidade como instrumento pedagógico**. 2009. Disponível em: http://www.cdof.com.br/recrea22.htm.

ALMEIDA, M. T. P. O Brincar na Educação Infantil. **Revista Virtual EFArtigos**. Natal/RN, vol. 03, n. 01, maio, 2005.

BRASIL. MEC. SEF. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** (RCNEI). Brasília: MEC, 1998. 3 v.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: MEC, 2003.

BARROS, J. L. da C. **A valorização da ludicidade enquanto elemento construtivo do modo de vida das crianças em nossos dias**. 2002.

CARVALHO, A. M. C. *et al*. (Org.). **Brincadeira e cultura**: viajando pelo Brasil que brinca. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

CUNHA, N. H. S. **Brinquedoteca um mergulho no brincar**. 4. ed. São Paulo: Aquariana, 2007.

FRIEDMANN, A. **Brincar crescer e aprender:** o resgate do jogo infantil. São Paulo: Moderna, 1996.

KISHIMOTO, T. M. Educação Infantil no Brasil e no Japão: acelerar o ensino ou preservar o brincar? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 90, n. 225, p. 449-467, maio/ago. 2009.

MALUF, Â. C. M. **Brincar**: prazer e aprendizado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, V. B. de (Org). **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. 6. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes Editora LTDA, 1989.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WAJSKOP, G. **Brincar na pré-escola**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Winnicott, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 2020.

SANTOS, C. P. dos. **A importância do lúdico na educação infantil com crianças de 5 anos**. [s.l.]: Lins, 2010.

# POSFÁCIO

## POSFÁCIO

Os resultados das narrativas científicas presentes nos capítulos, de forma geral, apontam para uma dupla constatação: 1) a proposta institucional do curso de Pedagogia EaD da Faculdade FMB consiste em uma experiência de aproximação dos licenciandos com o paradigma emancipador da formação docente ampliando a profissionalidade criativa e crítica dos futuros pedagogos; e que 2) a Graduação EaD da Faculdade FMB possibilita a ampliação do profissionalismo dos egressos por meio de ações de formação desenvolvidas tanto em ambientes escolares como em diferentes contextos educativos de atuação não escolar.

O *e-book* revela que a graduação em Pedagogia da Faculdade FMB no formato EaD possibilitou aos acadêmicos o desenvolvimento de contundente postura profissional, uma vez que nas suas experiências formativas, seja teórica ou prática, puderam ir além das expectativas, exercitando, com autonomia, práticas reflexivas de intervenção pedagógica, que conduziram para abundante desenvolvimento e aprendizagem.

A proposta da graduação em Pedagogia da FMB, por um lado, privilegia a ampliação de espaços e tempos pedagógicos voltados para a aquisição de conceitos, procedimentos e atitudes, exaltando os princípios e valores da formação profissional transformadora e, por outro, articula o curso de formação inicial dos futuros pedagogos com práxis em ambientes educativos para conduzir à formação humana integral dos estudantes.

O rico currículo do curso de Pedagogia da Faculdade FMB articula de forma dinâmica possibilidades de interação entre teoria e prática nos contextos escolares, entre formação inicial e continuada nos espaços reflexivos, possibilitando oportunidades investigativas para intervenção, no sentido de que a pesquisa como prática pedagógica deve partir e retornar aos contextos educativos, suscitando discussões sobre as práxis apoiadas em reflexão sobre o trabalho na educação, sobre os estudos de educação e sobre as ciências que colaboram com o pensamento da educação.

Enfim, entendemos que a Graduação EaD da Faculdade FMB, por meio da licenciatura em Pedagogia, assegurou aos egressos saberes, competências e habilidades que lhes permitem

realizar *práxis* transformadoras em diferentes contextos educacionais. A experiência dos autores deste *e-book* ressalta a colaboração do curso de Pedagogia da FMB para o pensar crítico dos seus pedagogos concluintes.

**Profa. Ms. Valdete Batista do Nascimento**
**Diretora Geral da Faculdade FAMEN (2019 - Atual)**

A **Faculdade Metropolina Norte Riograndense (FAMEN)** é credenciada pela **Portaria nº 665/MEC, publicada no Diário Oficial da União em 22 de março de 2019**. Entre as atividades vinculadas ao ensino superior, a Faculdade oferece serviços acadêmicos da **EDITORA FAMEN** que objetiva a difusão de conhecimento por meio de e-books, livros impressos, periódicos (revista científica e jornal eletrônico), anais de eventos e repositório institucional, sendo vinculada à Diretoria de Pesquisa da Faculdade.

A **EDITORA FAMEN** é especializada em publicar conhecimentos relacionados ao campo da educação e a áreas afins por meio de plataforma on-line, como também em formato impresso. O endereço eletrônico para acessar as suas publicações e demais serviços acadêmicos é o www. editorafamen.com.br.

A **EDITORA FAMEN** realiza edição, difusão e distribuição de produções editoriais seguindo uma Política Editorial qualificada e baseada nas seguintes linhas: acadêmica, técnico-científica, produção didático-pedagógico, produção artístico-literária e cultura popular.

Formato: E-book/PDF
Tipologia: Volkhov

2023 Natal/Rio Grande do Norte

Não encontrando nossos títulos na rede de livros conveniados e informados em nosso site contactar a Editora Faculdade FAMEN:
Tel: (84) 3653-6770 | Site: www.editorafamen.com.br
E-mail: editora@famen.edu.br

O manuscrito eletrônico intitulado “Tópicos Especiais para a formação de professores transformadores”, vinculado ao curso de Pedagogia da Faculdade do Maciço de Baturité (FMB), por meio da Educação a Distância (EaD), na cidade de Lagoa Salgada RN, tem como foco contribuir para a divulgação de resultados de pesquisas científicas na área da Pedagogia.

Sistematizado para socializar pesquisas realizadas a partir do ano de 2022, possui caráter interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, ao receber contribuições de diversas áreas e campos de saberes. O manuscrito disponibiliza por meio de versão eletrônica acesso internacional e gratuito para as ideias relacionadas ao campo da educação. O livro “Tópicos Especiais para a formação de professores transformadores” possui 11 (onze) capítulos que abordam diversos temas das ciências da educação.